

DISCURSO, CRÍTICA E (AUTO)EMANCIPAÇÃO: UMA HOMENAGEM À PROFESSORA SOLANGE BARROS

**Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Márcio Evaristo Beltrão
(Organizadores)**



Mentes Abertas

Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos dos autores.

Diagramação e Capa

Déborah Letícia Ferreira de Sousa

Conselho Editorial

Prof. Dr. Fábio Marques de Souza (UEPB, Brasil)

Prof. Dr. Ivo Di Camargo Júnior (SME – Sertãozinho e Ribeirão Preto, Brasil)

Comitê Científico

Profa. Dra. Elda Firmo Braga (UERJ, Brasil)

Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos (UEPB, Brasil)

Profa. Dra. Eva Paulino Bueno (St. Mary's University, Estados Unidos)

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza (UFPE, Brasil)

Antonio Henrique Coutelo de Moraes e Márcio Evaristo Beltrão
[Organizadores]

Discurso, crítica e (auto)emancipação: uma homenagem à professora Solange Barros. São Paulo: Mentis Abertas, 2023. 191 p.

ISBN: 978-65-80266-92-0

DOI: 10.47180/978-65-80266-92-0

1. Análise do discurso. 2. Análise Crítica do Discurso. I. Título.

CDD: 410

SUMÁRIO

Apresentação	4
1. Análise crítica do discurso: alguns conceitos da teoria de Norman Fairclough	7
<i>Álvaro José Antunes Brandão e Márcio Evaristo Beltrão</i>	
2. A interdisciplinaridade nas pesquisas da análise crítica do discurso	25
<i>Karl Heinz Efken e Alexcina Oliveira Cirne</i>	
3. Modos de subjetivação e realismo crítico: diálogos com os estudos discursivos de Solange Barros	41
<i>Viviane Vieira</i>	
4. Aportes a la ley sobre personas en situación de calle desde una perspectiva discursiva y crítica	79
<i>María Laura Prado</i>	
5. A Análise Crítica do discurso como ferramenta para formação do leitor crítico	102
<i>Alexcina Oliveira Cirne e Solange Maria Barros</i>	
6. Sobre a beleza dos documentos e a triste realidade: a socioeducação em Mato Grosso	129
<i>Jussivania de C. V. Batista Pereira e Arivan Salustiano da Silva</i>	
7. Em nome da família: o discurso que justifica a permanência em relações abusivas em prol do status social	144
<i>Nilsa T. de Sá de Souza e Viviane Silva de Oliveira Nolascio</i>	
8. Sexualidade na adolescência: análise de conjuntura	161
<i>Jonatan Costa Gomes e Túlio Adriano Alves Gontijo</i>	
Sobre os organizadores	182
Sobre as/es/os autoras/us/es	184

APRESENTAÇÃO

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis
antonio.moraes@ufr.edu.br

O presente livro, que carinhosamente intitulamos – Márcio e eu – de *Discurso, crítica e (auto)emancipação: uma homenagem à professora Solange Barros*, surge da necessidade de marcar o reconhecimento do trabalho e da contribuição da professora e amiga Solange Maria de Barros para os Estudos Críticos do Discurso e – sem dúvidas – para a formação e a prática de diversas/es/os pesquisadoras/us/es.

Este livro, feito a muitas mãos, comemora, portanto, a vida e a obra da Prof.a Dr.a Solange Maria de Barros, que faz de sua pesquisa um elemento promotor da busca por melhores condições para todas as pessoas. Participaram de sua confecção amigas/ues/os, colegas e orientandas/es/os – todas/es/os muito gratas/es/os por terem (tido) a oportunidade de aprender com uma pessoa tão bondosa e generosa.

Solange é mãe, irmã, avó e amiga, e muito querida por todas/es/os. É, também, professora associada do Curso de Letras-Inglês da Universidade Federal de Mato Grosso /UFMT. Realizou seu pós-doutorado pela Universidade de Londres (IOE), sob a orientação de Roy Bhaskar. Tem doutorado em linguística aplicada e estudos da linguagem pela PUC/SP e estudos doutorais pela universidade de Lancaster, no Reino Unido, sob a supervisão de Norman Fairclough. Foi presidente do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO), biênio 2012-2014. Atualmente, é coordenadora do NEPEL - Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Emancipatória em Linguagem do CNPq. Membro do grupo brasileiro sobre discurso, pobreza e identida-

de (CNPq), da Associação latinoamericana de estudos do discurso (ALED), da Rede Latinoamericana de estudos do discurso da Pobreza Extrema (REDLAD).

Entre suas publicações constam: *Prática pedagógica emancipatória: o professor reflexivo em processo de mudança* (Pedro & Joao Editores, 2008); *Formação crítica de educadores de línguas: desejos e possibilidades* (Pedro & Joao Editores, 2010); *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso* (Pontes Editora, 2015). É autora em conjunto com Márcio Evaristo Beltrão do livro *Transgressão como Prática de Resistência: um olhar crítico sobre os Estudos Queer e a Socioeducação* (EdUFMT, 2019). É organizadora, juntamente com Danie M. de Jesus, do livro *What is Critical in Language Studies? Disclosing Social Inequalities and Social Injustice* pela Routledge (2020). Organizou também, com Viviane de Melo Resende, o livro intitulado *Coloniality in Discourse Studies: A Radical Critique* pela Routledge (2023).

Diante de tamanha contribuição para os estudos críticos – não poderia ser diferente! –, construir uma obra em homenagem a Solange representa um desafio. Desafio este que aceitamos e enfrentamos com muito carinho. Para tanto, foram convidadas/es/os orientandas/es/os, ex-orientandas/es/os, colegas e amigas/ues/os, totalizando 8 capítulos por 13 pesquisadoras/us/es de 8 diferentes instituições.

Os capítulos estão assim organizados: 1. *Análise Crítica do Discurso: alguns conceitos da teoria de Norman Fairclough*, por Álvaro José Antunes Brandão e Márcio Evaristo Beltrão; 2. *A interdisciplinaridade nas pesquisas da Análise Crítica do Discurso*, por Karl Heinz Efken e Alexcina Oliveira Cirne; 3. *Modos de subjetivação e Realismo Crítico: diálogos com os estudos discursivos de Solange Barros*, por Viviane Vieira; 4. *Aportes a la ley sobre personas en situación de calle desde una perspectiva discursiva y crítica*, por María Laura Pardo; 5. *A análise crítica do discurso como ferramenta para formação do leitor crítico*, por Alexcina Oliveira Cirne

e Solange Maria de Barros; 6. *Sobre a beleza dos documentos e a triste realidade: a socioeducação em Mato Grosso*, por Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira e Arivan Salustiano da Silva; 7. *Em nome da família: o discurso que justifica a permanência em relações abusivas em prol do status social*, por Nilsa Taumaturgo de Sá de Souza e Viviane Silva de Oliveira Nolascio; e 8. *Sexualidade na adolescência: análise de conjuntura*, por Jonatan Costa Gomes e Túlio Adriano Alves Gontijo.

A todas/os/es, uma boa leitura!!!

1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: ALGUNS CONCEITOS DA TEORIA DE NORMAN FAIRCLOUGH

Álvaro José Antunes Brandão

Universidade Federal de Mato Grosso

alvarojose.brandao@gmail.com

Márcio Evaristo Beltrão

Universidade Federal de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

marcioevaristobeltrao@hotmail.com

1. Introdução

Em primeiro momento, cabe destacar a compreensão atual da ACD, a qual, de forma resumida, pode ser entendida como uma “metodologia de investigação social de base linguística” (Gouveia, 2013, p. 1060). Essa delimitação visa fornecer uma base para os contatos que deixarão o contexto mais complexo, a partir da apresentação enquanto uma abordagem que possui peculiaridades no campo ontológico e epistemológico em relação às demais teorias/metodologias de análise de discurso.

No campo ontológico, a visão do “ser” — no que tange à compreensão das relações sociais — emerge do que se chama de uma “abordagem realista” (Fairclough, 2003, p. 15). Essa premissa parte de Bhaskar (1975, 1978, 1986, 1998, 2002), o qual trabalha conceitos como estratificação da realidade, noções do papel das ciências sociais, papel do pesquisador, estruturas, mecanismos e eventos (Barros, 2015). Essas concepções formam, assim, o arcabouço teórico ontológico para pesquisa que não se pauta por axiomas ambiciosos típicos do paradigma positivista, mas sim, por uma visão madura das limitações do pesquisador crítico discursivo na compreensão de seu dever maior: o estudo

da realidade social exposta pela realidade linguística.

No que envolve as peculiaridades epistêmicas, a ACD possui tamanha amplitude que pode ser compreendida simultaneamente como método, teoria, metodologia e abordagem, a depender da escolha do pesquisador (Gouveia, 2013, p. 1060). Essas adequações conceituais são utilizadas por Fairclough (2003) no decorrer do seu trabalho em *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, o qual fornece a trilha de pedras amarelas as quais o analista de discurso crítico deve seguir. Alguns exemplos de interesses da ACD são temáticas relacionadas a lutas hegemônicas, globalização, informatização, entre outros, os quais a preocupação principal é, a partir da realidade linguística, compreender em parte ou no todo a realidade social para, portanto, transformá-la.

A confluência desses elementos para análise do corpus em pesquisas sobre ACD fornece um alinhamento teórico com o objetivo de não apenas analisar, mas também, propor hipóteses de intervenção que visem a transformação social. Com o objetivo de compreender melhor como isso ocorre, nas próximas seções, serão explanados alguns conceitos importantes da teoria faircloughiana, como ordens do discurso, significados do discurso e ideologia.

2. Discurso e Discursos

A priori, os conceitos que necessitam ser instrumentalizados são aqueles que definem e diferenciam *discurso* de *discursos*. Essa diferenciação é essencial para que se compreenda a forma de observação/análise de determinado elemento discursivo, uma vez que se pode aplicar ora uma percepção abstrata, ora uma concreta. Essa ótica discursiva abstrata, voltada para um olhar sobre o macro da articulação lexical ou semiótica apresentada, encontra-se na esfera do *discurso* compreendido como prática social. Por sua vez, os *discursos* apresentam-se de forma mais

localizada em um campo micro, ou mesmo enquanto elemento dessa prática passível de uma maior individualização (Vieira; Macedo, 2018, p. 57).

O discurso (enquanto prática social) para Fairclough (2003, p. 3-4) parte da compreensão da semiose em conjunto com o contexto social, o qual é permeado por relações de poder e ideologias que ocorrem por meio de mecanismos e estruturas nas quais são aplicados. Nessa perspectiva, o discurso produz e reproduz práticas que são socialmente constituídas e, com isso, ao analisarmos os textos/semioses, podemos produzir reflexões sobre o caráter ideológico deles.

A partir dessa localização, é possível tecer críticas ou mesmo fazer uso daquilo que se acredita ser útil nas dinâmicas sociais discursivas. Esse uso ou rechace acomoda-se pela forma de relação, seja ela de opressão ou de emancipação. Os trabalhos, em sua maioria, trazem essa perspectiva crítica aos discursos colonialistas, machistas, racistas e demais de perspectiva opressora. Entretanto, é importante ressaltar que as transformações partem também de uma mudança na prática discursiva. Dessa forma, quando se pensa em um discurso anticolonial, ou antirracista ou feminista, podem ser eventualmente elencados elementos discursivos de um processo emancipatório.

A partir disso, resta evidente a necessidade de uma diferenciação entre os conceitos, dada a natureza de cada um deles, facilitando a compreensão do que seria o discurso enquanto parte fundamental do exercício das relações de poder por meio da ideologia, assim como os elementos individualizados que constituem essas práticas, seja por meio de um léxico ou símbolo que reforça uma lógica opressora. Deste modo, na próxima seção, os significados do discurso serão explanados.

2.1 Ordens do discurso e significados do discurso

A partir daqui, serão definidos alguns conceitos que integram a análise textual, compondo assim o arcabouço da ACD para pesquisas produzidas pelos analistas críticos do discurso. O principal deles é o de ordens do discurso, visto que, nelas, estão os significados do discurso, que por sua vez delimitam as abordagens das propostas analíticas, seja pelos modos de ser (estilos), pelos discursos apresentados (modos de representar) ou mesmo pelos modos de agir (gêneros) (Barros, 2015, p.70).

As ordens do discurso são definições acadêmicas para processos que interagem socialmente de forma dialética. Na vida cotidiana, uma determinada troca de informação pressupõe uma forma de se comunicar (gênero) e uma série de representações sociais que compõem a comunicação, assim como identidades (estilos) pré-definidas que compõem os sujeitos e o conteúdo da linguagem utilizada. Dessa forma, é fundamental que se compreenda a relação dialética dos significados do discurso, uma vez que o isolamento de determinada categoria apenas compõe uma medida de facilitação de análise de elementos discursivos específicos (Vieira, 2019, p.85).

Tais constructos tem como escopo fundamental o papel de ferramentas de análise, as quais também são denominadas de “categorias de análise”. Fazendo uso desses instrumentos, é possível localizar a interação entre linguagem e sociedade por meio das semioses, partindo do pressuposto da produção e reprodução dos discursos em meio às relações de poder, as quais são subordinadas às ideologias (Wodak, 2004).

Ademais, os nomes dos significados das ordens do discurso passaram por algumas transformações dentro do escopo teórico da ACD, sendo que, nos dias atuais, são nomeados como identificacional (modos de ser), representacional (modos de representar) e acional (modos de agir). Cada uma desses significados do discurso faz uso das seguintes categorias de análise: o primeiro

com a Modalidade e Avaliação; o segundo com a Interdiscursividade e as Representações de atores sociais; e o terceiro com a Estrutura genérica e a Intertextualidade (Barros, 2015, p. 86).

O alinhamento desses significados afunila o paradigma proposto pela ACD para a análise dos dados. Dessa forma, a realidade linguística, compreendida como expressão da realidade social, passa a ser compreendida nas especificidades de seu contexto, levando em consideração a estrutura social, os eventos ocorridos e os mecanismos de comunicação utilizados.

A partir desse método, somada a uma ontologia moderna da compreensão da relação entre pesquisador e objeto, a qual rompe com o paradigma positivista onde o pesquisador onipotente traz as verdades absolutas frutos de sua pesquisa para a sociedade, a abordagem realista traz uma maturidade na percepção das limitações dessa relação e, também, a localização das “verdades” produzidas pelas ciências sociais, diferenciando-as das demais ciências (Sayer, 2000). E, por fim, o viés emancipatório da episteme da ACD, a qual visa não só compreender, mas transformar a sociedade.

Com essas ponderações, a seguir, dão-se início as definições dos três significados do discurso para Fairclough (2003): identificacional, representacional e acional.

2.2 Significado Identificacional

O significado identificacional do discurso é aquele que trabalha com a noção de estilo/identidade. Nessa perspectiva, a compreensão de identidade parte também de uma percepção da diferença, de maneira que, ao construir uma automaticamente se constrói a outra. Nesse processo, é importante ressaltar que as produções linguísticas são constituídas e constituem processos de formação de identidade.

Esses processos de formação identitária são objetos funda-

mentais dos estudos culturais (Hall, 2000), que por sua vez trabalham a localização das definições da diferenciação ou identificação socialmente, ou seja, em meio às relações de poder. A partir dessa conclusão, a ACD tem papel crucial quando propõe não só um processo de análise puramente acadêmico, mas sim uma proposta combativa com as estruturas que reforçam posturas identitárias opressivas, ou mesmo estimulantes em relação às práticas de resistência.

Esse significado do discurso trabalha com duas principais categorias de análise, sendo elas a Modalidade e Avaliatividade. A primeira diz respeito ao que Halliday (1994) trabalha como o modo que determinadas proposições são apresentadas em meio a um juízo de valor. Em meio a isso, adentramos nas diferenciações entre Modulação e Modalização, trabalhadas por Barros (2015), de tal forma que a primeira trabalha com a validação da troca de informações, e a segunda com o maior ou menor grau de certeza do que é dito.

2.3 Significado Representacional

Em meio ao processo de produção, reprodução e transformação do discurso, a representação de aspectos dos mais variados (socialmente, fisicamente, emocionalmente entre outros) é um dos principais meios de fabricação do que constitui uma realidade social. Destarte, o significado representacional do discurso trata sobre as formas de representar o mundo (Barros, 2015, p. 74), em que o contexto, ainda que único, possui interações específicas com dinâmicas próprias. As representações desses processos são diretamente ligadas às semioses produzidas socialmente.

Em relação a esse significado, Rezende e Ramalho (2019, p. 72) trazem o seguinte trecho elucidativo:

Assim como acontece com os gêneros discursivos, os discursos também variam em estabilidade e escala. Alguns discursos, em contextos sócio-históricos definidos, apresentam um alto grau de compartilhamento e repetição, podendo gerar muitas representações e participar de diferentes tipos de texto. A escala de atuação de um discurso também pode variar de representações localizadas e as representações globais, capazes de colonizar diversas práticas na vida social, em boa parte do mundo.

As reproduções discursivas interagem com vários outros discursos emitidos para representar os aspectos da sociedade. Essa interação entre discursos é chamada pela ACD de Interdiscursividade. Por meio dela, é possível compreender a relação estabelecida entre diferentes discursos que podem tratar das mesmas representações. O apontamento discursivo de um texto possui duas etapas, sendo a primeira vinculada a identificação dos temas presentes no texto, e a segunda sobre as particularidades apresentadas na mesma produção semiótica (Vieira; Resende, 2019, p. 72).

Além da Interdiscursividade, também se faz uso da Representação de atores sociais de Van Leeuwen (1997). Essa categoria analítica tem por objetivo analisar a relação de sentidos socialmente localizados. A partir das representações, o aparato ideológico fica exposto, sendo possível análises e proposituras de intervenções. Não cabe aqui compreender toda a teoria de Van Leeuwen, mas a título de exemplo, podemos citar as narrativas da imprensa com personagens sem nome ou nomeadas, sendo assim, um instrumento de controle das interações, portanto, subordinado à ideologia do senso comum, a qual aprecia se vale a pena ou não produzir uma maior empatia com os sujeitos da notícia. Além disso, a agregação para produção de contundência do conteúdo defendido usa-se dados estatísticos para defender

sua tese (Vieira; Resende, 2019, p. 73).

2.4 Significado Acional

Por fim, o último significado do discurso possui o objetivo de discutir os gêneros discursivos e os modos de se comunicar ou produzir discursos. Para iniciar a explanação sobre esse significado do discurso, é necessário compreender a comunicação enquanto interação entre sujeitos por meio de uma ou mais formas de trocar sentidos. Posto isso, Fairclough (2003) define gênero como “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer dos eventos sociais” (Fairclough, 2003, p. 65).

A partir dessa compreensão, as maneiras de ação e interação podem ser divididas em grau de “rigidez” ou mesmo de “flexibilidade” em relação ao contexto do evento que visa a produção semiótica. Nesse sentido, Fairclough (2003) deixa evidente a necessidade dessa divisão:

Primeiro, os gêneros variam consideravelmente em termos de seu grau de estabilização, fixidez e homogeneização. Alguns gêneros, por exemplo, o gênero do artigo de pesquisa em certas áreas da ciência, são bem definidos quase ao ponto de serem ritualizados. Outros, por exemplo, anúncios de cargos acadêmicos, são bastante variáveis e em fluxo. Neste período de rápida e profunda transformação social, há uma tensão entre as pressões de estabilização, parte da consolidação da nova ordem social [...] e as pressões de fluxo e mudança (Fairclough, 2003, p. 66).

Tal citação demonstra a necessidade, em primeiro momento, de adequação do contexto de produção do gênero para compreensão da forma semiótica estabelecida. Algumas nomenclaturas

produzidas para gerar uma melhor localização teórica são as de “pré-gênero”, “gênero desencaixado”, e “gênero situado”. As três respectivamente variam em grau de abstração, sendo a primeira correspondente aos mais abstratos, a segunda intermediária e a terceira com menor grau de abstração.

Essa diferenciação é fundamental para adequação do gênero “processo penal”, por ser supostamente um gênero situado. As práticas sociais e discursivas deveriam passar por formatações que visassem o cumprimento da lei a partir de certos princípios da administração, ou seja, prevê uma prática uniformizada e regulamentada. Entretanto, essas três categorias não se encontram isoladas entre si. Elas se movimentam e dialogam de forma dinâmica, podendo, então, o processo penal, enquanto gênero situado, possuir narrativas, artigos, argumentações e descrições que possuem características de pré-gênero e gênero desencaixado (Fairclough, 2003, p. 69).

O papel do gênero discursivo é de controle das semioses produzidas em meio a um contexto, aquilo que Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 144) chamam de *faceta regulatória do discurso*, rompendo com o papel de mera forma de expressão e adquirindo o papel de ditar o que e o quanto se é produzido discursivamente. Nesse sentido, Vieira e Resende se fazem assertivas no seguinte trecho:

A representação do discurso não é mera questão gramatical, ao contrário, é um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada. Analisar em textos quais vozes são representadas em discurso direto, quais são representadas em discurso indireto e quais as consequências disso para a valorização ou depreciação do que foi dito e daqueles(as) que pronunciaram os discursos relatados no texto pode lançar luz sobre questões de poder no uso da linguagem (Vieira; Resende, 2019, p. 67).

Compreendido o papel de estudo do gênero discursivo como produto do poder e da ideologia, adentra-se na categoria Intertextualidade. Essa categoria de análise trata do diálogo entre semioses produzidas em diferentes eventos. Bessa e Sato (2018, p. 142), definem a Intertextualidade como “significados de outros elementos trazidos à ação por meio dos gêneros discursivos para participar da interação”, reafirmando assim o caráter dialógico da linguagem.

Enquanto categoria da ACD, a Intertextualidade é dividida como Manifesta (ou Manifestada) e Constitutiva. A Intertextualidade Manifesta diz respeito às referências explícitas como citações, aspas, paráfrases de textos anteriores que embasam o aspecto teórico aplicado. Como exemplo, o uso da Constituição, Código de Processo Penal, Direito Penal, entre outras normativa, a Intertextualidade ocorre de forma expressa. Entretanto, as teorias garantistas que servem de base para esse corpo legislativo adentram no segundo tipo de Intertextualidade, ou seja, a Constitutiva, sendo aquela que promove o diálogo de textos que constitui sua localidade discursiva. Nesse contexto, o texto compõe o arcabouço teórico que traz as coordenadas da semiose produzida, a qual pode ser permeada por ideologias.

2.5 Ideologia

Os analistas críticos do discurso fazem uso de uma concepção plural de ideologia envolvendo autores como Althusser, Thompson, Foucault e vários outros entre o marxismo, pós-estruturalismo, pós-modernidade e decolonialidade. Considerando isso, a coesão teórica formada não busca uma unilateralidade frente à escola científica em que o pensamento se forma, mas sim uma acomodação de conceitos criada por Fairclough (2003), que, por sua vez, deixa evidente um caráter dialético de sua teoria, em que se rompe com dogmáticas epistêmicas.

É importante destacar que, a partir dessa análise, o autor não

busca alinhar trabalhos antagônicos, mas sim dar vazão para um processo de mistura positiva, trazendo o que se considera de mais assertivo e compatível entre vários autores, construindo, assim, uma teoria pragmática do discurso em meio às ciências sociais.

Antunes e Silva (2018, p. 59) tratam do tema afirmando que a Ideologia lida com questões mais voltadas para quem emite o discurso, o contexto, a instituição. Nessa esteira, as autoras compreendem que a materialidade linguística não se trata de mera expressão gramatical do contexto, mas sim fruto dos interesses em meio às relações entre sujeitos de determinada estrutura, eventos e a partir de determinados mecanismos.

A ACD tem por objetivo na análise das ações da ideologia compreender eventuais injustiças sociais, e interferir na realidade visando combater essas injustiças. Dessa forma, a finalidade é o ponto de principal diferenciação para outras teorias de análise discursiva, de tal maneira que a emancipação social na perspectiva realista crítica é um dos cânones dessa teoria. Complementando esse contexto, Ruth Wodak (2004) elucida da seguinte forma:

As teorias críticas, portanto, também a LC e a ACD, possuem uma posição especial como guias para a ação humana. Elas objetivam a produção de conscientização e da emancipação. Tais teorias buscam não apenas descrever e explicar, mas também expor um tipo particular de engano. Ainda que adotem conceitos diferentes de ideologia, as teorias críticas pretendem despertar nos agentes a consciência de que, com frequência, eles são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses. Esse tema, é claro, também foi explorado pelos conceitos de Pierre Bourdieu de “violência simbólica” e “meconnaissance”. Um dos objetivos da ACD é ‘desmistificar’ os discursos de-

cifrando as ideologias.

A partir dessa citação, destaca-se a importância da finalidade do método, levando em conta que o seu papel é evidenciar e tentar despertar para uma necessidade de emancipação, em meio a uma possível injustiça social, processo possível apenas a partir do estudo dos mecanismos de ação da ideologia. O principal autor que traz método para o processo de percepção da ação da ideologia em Fairclough é Thompson (2011, p. 80-81). A execução do que Barros (2015, p. 52) define como o “arcabouço para análise das construções simbólicas ideológicas no discurso” se dá a partir dos Modos de Operação, Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação. Esses Modos de Operação seriam as formas de construção simbólica.

Vale destacar que o objetivo de Thompson (2011, p. 80) não é de fato esgotar a forma como as relações se estabelecem em torno da ideologia e originam a dominação, mas sim esboçar um campo rico de análise, entendendo dessa forma a necessidade de compreensão dos limites da teoria produzida. Além disso, o autor produziu um arcabouço teórico para estudo da ideologia e percepção de formas, por meio de semioses, de transformar, produzir e reproduzir os modos de vida da sociedade moderna.

Esses processos são recorrentes em meio ao processo judicial, mesmo sendo considerado um gênero com uma margem de atuação limitada por parte dos sujeitos processuais. Ou seja, mesmo com uma regulamentação forte sobre as etapas processuais, os aspectos subjetivos interferem no processo decisório de tal forma que a ideologia e a dominação ditam o rumo do processo, sem, por exemplo, dar possibilidade de escuta aos povos originários vítimas no caso em pauta.

Como forma de compreender como as ideologias são materializadas linguisticamente, ACD utiliza dos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1994), a qual será explanada na próxima seção.

3. Linguística Sistêmico-Funcional e Realismo Crítico

A Linguística Sistêmico-Funcional para ACD trata-se da base de estudos linguísticos, ou seja, a principal forma de executar o que Fairclough (2003) propõe considerando a ACD como um método de estudo social a partir da materialidade linguística. Segundo Vieira e Resende (2019, p. 12), a LSF propõe um debate epistêmico sobre o papel da linguagem que envolvem os paradigmas Formalista e o Funcionalista, o primeiro tratando o objeto (linguagem) como elemento autônomo, e o segundo compreendendo que o objeto não é suficiente em si.

O paradigma Formalista busca proporcionar a cientificidade positivista ao estudo da linguagem. O isolamento hermético faz parte do que se deseja na construção de um conhecimento aséptico aproximado das ciências naturais/exatas. Já no paradigma Funcionalista, o qual o presente trabalho se apropria, a linguagem possui localidade em meio às relações sociais, portanto, não se atenta apenas a forma, mas sim a função exercida em determinado contexto. Essa diferenciação recai em diferentes noções de discurso. Logo, o funcionalismo torna-se a lente mais coerente com o que a ACD tem como proposta.

Além disso, é importante ponderar que o aprofundamento do estudo das semioses de forma mais ampla vem amadurecendo, entretanto, nas análises de textos verbais, a LSF cumpre papel fundamental. Não apenas por dar função e explicação aos processos (verbos) e participantes (sujeitos) em meio às relações de poder, mas também por discutir abordagens textuais, afinal, é da teoria de Halliday (1994) que surgem os significados do discurso a partir das macrofunções da linguagem, ideacional, interpessoal e textual.

Segundo Barros (2015, p. 70), essas macrofunções ocorrem simultaneamente e é por meio delas que se pode perceber como se organiza o discurso. Fairclough (2003) atualiza esses conceitos para ACD compreendendo que os sujeitos não trocam

apenas sentidos, mas constituem uma nova forma de significar. Dessa forma, os significados representacional, identificacional e acional “são a organização social e o controle da variação linguística e de seus elementos (discursos, gêneros e estilos), e não correspondentes a elementos puramente linguísticos” (Fairclough, 2003, p. 24)

Se a LSF fornece o método de análise textual, o Realismo Crítico (Bhaskar, 1975, 1978, 1986, 1998, 2002) fornece toda base ontológica para atuação dos analistas críticos do discurso. O RC parte de uma concepção de mundo que visa entender as limitações do sujeito na compreensão da realidade (Sayer, 2000) e, dessa forma, pode-se produzir o conhecimento de maneira mais segura e honesta intelectualmente. Os principais conceitos produzidos por Bhaskar que a ACD faz uso são os de Estratificação da Realidade, Estruturas, Eventos e Mecanismos e Emancipação Social.

A estratificação da realidade é essencial para uma postura madura do pesquisador, Essa noção divide o mundo em três camadas. A primeira seria o Empírico, que diz respeito ao que o ser humano traduziu a partir do contato e, sendo assim, possuiu algum grau de compreensão do objeto. Já a segunda diz respeito ao Realizado, que seriam os eventos que a humanidade tem conhecimento e, portanto, maior possibilidade de uma experiência empírica ou produção de conhecimento.

Por último temos o Real, que por sua vez diz respeito ao que devemos buscar conhecer, ou seja, um campo vasto de complexidade que o homem, enquanto sujeito pesquisador, não teve contato ainda (Bhaskar, 1978). Esse sistema também se aloca em uma subdivisão anterior do transitivo e intransitivo, que não cabe aprofundar neste trabalho, mas apenas a título de apresentação, o primeiro (dimensão transitiva) diz respeito às teorias científicas formalizadas, e a dimensão intransitiva, aos objetos dessas ciências físicas ou sociais (Barros, 2015, p. 28).

A superação dos paradigmas objetivistas e subjetivistas é im-

portante pela necessidade da compreensão de que o que se estabelece é uma relação. Os conceitos não se esgotam no objeto e nem o sujeito dá o conceito ao objeto. Sendo assim, o que vem sendo aplicado a partir do RC é uma visão do pesquisador socialmente localizado, com formas plurais de interação e produção do conhecimento, e um objeto também socialmente localizado com outras interações possíveis em seu contexto (Sayer, 2000).

Em seguida, adentra-se nos conceitos de Estruturas, Eventos e Mecanismos (Barros, 2015, p. 36). A Estrutura diz respeito a uma dinâmica macro-situada que dita em grande medida como as relações se darão, seja em meio a um modelo de monocultura escravista, ou uma sociedade patriarcal com as instituições não laicas, entre inúmeros outros exemplos. Por sua vez, o evento segunda diz respeito a uma relação em determinado ambiente que prevê determinada conduta, como exemplo, podemos citar uma aula, uma audiência, uma palestra e assim por diante. Já o mecanismo traz o micro-material ideológico que guia determinadas condutas, ou no caso que interessa para este trabalho, guia uma produção discursiva. Dessa forma, podemos citar como exemplo o machismo, o racismo e o colonialismo.

A Emancipação social nos moldes de Bhaskar (1978) trata da finalidade a qual a ciência social encontra seu propósito. Outrossim, a produção das ciências sociais deve ter esse objetivo de gerar transformação social, buscando romper com as relações de opressão por meio do estímulo à emancipação social, afinal, não se pode emancipar o outro, entretanto é possível interferir nas relações de forma transgressora do status quo, propondo, assim, rupturas sociais que objetivem uma sociedade mais justa.

4. Considerações finais

Na perspectiva transcendental do RC, Bhaskar lança a pergunta: “Como deve ser o mundo para que a ciência seja possível?” (Bhaskar [1975], 1978; Barros, 2015). A partir desse ques-

tionamento, observamos que Fairclough (2003) traz um novo enfoque à sua pesquisa, de caráter ainda mais emancipatório. Por meio dos pressupostos faircloughianos, é possível analisar que o autor não vê sentido em trabalhar a ciência/pesquisa de forma desassociada do social. Baseando-se em Bhaskar (1978), Fairclough (2003) também compreende que existem visões de mundo pré-existentes aos conhecimentos de mundo, as quais, muitas vezes, são construídas por meio de discursos opressores, unilaterais e colaboram para a legitimação de práticas sociais de caráter discriminatório. Dessa forma, para que a ciência seja possível, é necessário um mundo mais igualitário, em que visões legitimadas acerca dele, provocadoras de injustiças sociais, sejam compreendidas, analisadas e desconstruídas.

Barros (2015) enfatiza que a ontologia — questões relativas ao ser — é o caminho para responder de forma efetiva a esse questionamento de Bhaskar. Compreender o ser em suas mais profundas dimensões (social, interna, espiritual) pode contribuir para que uma análise mais densa seja feita sobre seus posicionamentos, discursos e ações. Não é apenas julgá-lo ou construir verdades relativas a ele, mas perceber o processo de construção de seus pensamentos e ações, objetivando, então, verificar como seria possível realizar um plausível processo de desconstrução daquilo que pode prejudicar a ele mesmo e ao outro.

Referências

BATISTA, JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.). *Análise de Discurso Crítica para Linguistas e não Linguistas*. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2018.

BARROS, S. M. *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes, 2015.

BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de Análise. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.). *Análise de Discurso Crítica para Linguistas e não Linguistas*. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola,

2018. p. 124-157.

BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Leeds: Leeds Books, 1975.

BHASKAR, R. Filosofia e Realismo Científico. *In: BHASKAR, R. A Realist Theory of Science*. London: Verso, 1977.

BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Brighton: Harvester, Press, 1978.

BHASKAR, R. *Scientific realism and human emancipation*. London: Verso, 1986.

BHASKAR, R. *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
BHASKAR, R. Critical realism. Essential readings. *In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. (Eds.). Centre For Critical Realism*. London: Routledge, 1998.

BHASKAR, R. *From science to emancipation. Alienation and the actuality of Enlightenment*. New Delhi/London: Sage Publications, 2002.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; LARA, G. M. P. (Org.). *Teorias do Discurso – Novas Práticas e Formas Discursivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis Group, 2003.

GOUVEIA, C. A. M. Análise Crítica do Discurso: dimensões teóricas e metodológicas. *In: GOUVEIA, C. A. M. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2013.

HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

RESENDE, V. M. (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. 2. ed. 3. reimp. São Paulo, SP: Contexto, 2019.

SAYER, A. *Realism and Social Science*. London: Sage Publications, 2000.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. *In: PEDRO, E. R. (Org). Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolitical e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos Chaves em Análise de Discurso Crítica. *In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.). Análise de Discurso Crítica para Linguistas e não Linguistas*. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2018. p. 48-77.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em Dis(curso)*, Tubarão, v. 4., n. esp., p. 223-243, 2004.

2. A INTERDISCIPLINARIDADE NAS PESQUISAS DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Karl Heinz Efken

Universidade Católica de Pernambuco
karl.efken@unicap.br

Alexcina Oliveira Cirne

Universidade Católica de Pernambuco
alexcina.cirne@unicap.br

1. Introdução

A ACD tem como característica fundamental de trabalho a interdisciplinaridade (Fairclough, 1995, 1998, 2006, [1992] 2008; Van Dijk, 1997, 2005, 2009, 2010; Wodak, 2001, 2003, 2015). Pontuaremos algumas considerações sobre essa característica a fim de contextualizarmos a evolução de sua prática no campo da pesquisa científica das ciências sociais. Lakoff (2015, p. 293, tradução nossa) menciona que as ciências sociais, diferente das ciências físicas, ofereceram resistência à prática da interdisciplinaridade, ele afirma que as ciências sociais, por certa insegurança quanto à legitimidade dos seus procedimentos de investigação, “parecem ter tido mais um problema em decidir o que fazer quando as ideias derramam seus recipientes disciplinares originais”.

Há um bom tempo, é de bom tom os pesquisadores afirmarem que são a favor da interdisciplinaridade, uma vez que seria provocar um dissenso na comunidade científica recusar os benefícios do diálogo entre áreas do conhecimento e disciplinas. Segundo Amaro *et al.* (2016, p. 15), essa aparente concordância generalizada “tarda encontrar o acolhimento na definição de metodologias e práticas de investigação interdisciplinares”. Madeira (2016, p. 21), num artigo intitulado *Por que não temos mais*

investigação interdisciplinar, revela a incoerência de propostas de pesquisa que se promovem como interdisciplinares, mas que se caracterizam por fortes práticas de proteção de nichos acadêmicos que não estão abertos para articulações com outras áreas do saber:

Num painel de avaliadores de um recente concurso para financiamento de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, um dos critérios estabelecidos foi o de bonificar significativamente as propostas em que o trabalho de investigação tinha evidente natureza interdisciplinar. Comunicados os resultados aos candidatos, uma boa parte das reclamações incidia precisamente sobre a decisão do painel de não classificar como investigação interdisciplinar (e não conferir a consequente bonificação) a proposta em que os candidatos defendiam o caráter interdisciplinar do seu trabalho de investigação.

O texto citado acima revela que o trabalho de natureza interdisciplinar, além de não ser tarefa das mais fáceis, requer, sobretudo, uma formação voltada para o diálogo, a cooperação, intercâmbio de ideias e de perspectivas entre as áreas de conhecimento, entre disciplinas e entre os envolvidos na construção e execução de um projeto de investigação. Rajagopalan (2003, p. 9, 25, 40-41), por exemplo, aponta para a necessidade de um reencontro da Linguística com seu próprio fenômeno de interesse, a linguagem e, segundo o autor, esse reencontro envolveria manter, ou retomar, as relações com outras áreas do saber. Rajagopalan (2003) defende que grande parte dos avanços que ocorreram no campo da Linguística se devem à sua articulação e ao diálogo com outras áreas do conhecimento. Semelhantemente, a Análise Crítica do Discurso se beneficiou e ainda beneficia e se define dando valor ao diálogo interdisciplinar, pois segundo

Van Dijk (1997), a ACD teve como ponto de partida o diálogo com a filosofia da linguagem. Meersohn (2005, p. 288, tradução nossa), em seu artigo *Introducción a Teun Van Dijk: análisis de Discurso*, reconhece a força caracterizadora do trabalho interdisciplinar da ACD:

A principal motivação para escrever este artigo, foi que, apesar dos vários materiais de estudo em referência às metodologias qualitativas que estão à disposição de acadêmicos e estudantes, há uma certa falta de escritos que falam deste assunto a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Teun van Dijk, em seus mais de trinta anos de carreira acadêmica, vem construindo um método de análise do discurso, aperfeiçoando-o passo a passo, com grande solidez, e no qual vem definindo com grande precisão os conceitos que fazem parte de um trabalho todo em si articulado e coerente.

Para Van Dijk (1993, p. 131, tradução nossa), o que vincula as pessoas que optam pela ACD é o elo construído por uma “perspectiva compartilhada de fazer linguística, semiótica ou análise discursiva”, e pela preocupação, também compartilhada, com questões de abuso de poder e injustiça social. Fairclough ([1992] 2008, p. 276) destaca que “a análise do discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar”, pois, segundo ele, empreender apenas a análise de textos não é suficiente para uma análise crítica. (Cf. Jorgensen; Phillips, 2002). Na mesma linha de raciocínio, Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (2010, p. 1217, tradução nossa) afirmam que os projetos de pesquisa da análise crítica do discurso devem necessariamente “ser interdisciplinares, isto é, devem funcionar como um recurso para dar destaque ao discurso em suas relações com outros elementos sociais nas várias formas de pesquisa crítica interdisciplinar [...]”. Dessa forma, a prática da interdisciplinaridade é indispensável para o

método de análise da ACD. É possível perceber, por exemplo, na obra *Political discourse analysis – a method for advance students*, escrita por Norman Fairclough e Isabela Fairclough, a defesa da prática de cooperação da ACD com outras áreas:

[...] a ACD trabalha por meio da cooperação interdisciplinar com outras áreas da ciência social crítica, e a nossa versão da ACD tem sido usada em colaboração com várias áreas e teorias, (por exemplo, política, gestão, estudos de educação, estudos de mídia, estudos culturais e teorias do campo político, poder, ideologia, hegemonia, espaço público, cidadania, racionalidade instrumental e comunicativa, capitalismo, nova sociologia do capitalismo, mudança organizacional, marxismo, realismo crítico, etc. - veja Fairclough 2010 para uma variedade deles), que incluíram mais recentemente a “economia política cultural” [...]. (Fairclough; Fairclough, 2012, p. 84, tradução nossa).

Sabemos que a agenda de interesse da ACD é ampla e abarca política, meio-ambiente, direito, economia, biologia, sociologia, psicologia e linguística, entre outras áreas e, portanto, não é difícil compreender a sua natureza interdisciplinar, tanto em termos teórico quanto práticos. Neste caso, como seria a dinâmica interdisciplinar materializada na pesquisa e análise dos fenômenos sociais produzidos e reproduzidos discursivamente? Repko, Szostak e Buchberger (2017) destacam alguns impulsionadores dos estudos interdisciplinares e um deles é a necessidade de um pensamento sistêmico e um pensamento contextual. Eles definem o pensamento sistêmico como “a capacidade de dividir um problema em suas partes constituintes para revelar fatores internos e externos, descobrir como cada uma dessas partes se relaciona com as outras e com o problema como um todo e identificar quais partes as diferentes disciplinas abordam” (Repko;

Szostak; Buchberger, 2017, p. 49, tradução nossa). Essa articulação do pensamento sistêmico acima destacada, acreditamos que fortalece as análises dos fenômenos discursivos, pois conforme Ruth Wodak (2003) apenas a investigação interdisciplinar pode cooperar para que relações tão complexas se tornem mais transparentes .

Como em diversos campos de investigação propostas pela Análise Crítica do Discurso não é fornecido um *script* analítico e teórico, ou seja, não há um método uniforme de desconstrução e reconstrução dos textos, isso pode, por vezes, representar um desafio para alguns pesquisadores. (Cf. Carvalho, 2000; Cirne; Efken, 2021). Carvalho (2000) deixa evidente que demandará do pesquisador leituras intensas para que ele construa as características e os caminhos de sua pesquisa. Magalhães *et al.* (2017, p. 217) afirmam que a interdisciplinaridade “não deve ser intuitiva, precisa ser definida, de forma a produzir conhecimento novo”. Parece-nos bem positiva essa natural característica da Análise Crítica do Discurso.

Por exemplo, há apelos em diversos campos da comunidade científica à realização de pesquisas interdisciplinares, de forma que tal demanda ocupa atualmente um discurso dominante na área da ciência. (Cf. Silvast; Fouds. 2021). Porém, isso não significa que a prática da interdisciplinaridade se opõe ao conhecimento disciplinar, mas sua finalidade é produzir uma “melhor compreensão da realidade”. (Amaro *et al.*, 2016, p. 16). Deste modo, a interdisciplinaridade procura “a análise, síntese e harmonização das ligações entre as disciplinas num todo articulado e coerente”. (Madeira, 2016, p. 26). Essas considerações tornam oportuna uma definição para interdisciplinaridade e, neste caso, optamos pela definição de Klein (2021, p. xviii, tradução nossa):

A interdisciplinaridade conota a integração de dados, métodos, ferramentas, conceitos, teorias e/ou perspectivas de várias disciplinas ou corpos de conhecimento para responder a uma pergunta,

resolver um problema ou abordar um tópico ou tema muito amplo ou complexo para ser tratado por uma disciplina. É datado do início do século XX, embora expandido em uma heterogeneidade de práticas e formas, que vão desde o empréstimo de ferramentas e métodos até a formação de novos campos interdisciplinares. Uma variedade de catalisadores e contextos também moldam os resultados, com diferentes trajetórias e interseções com outros campos.

Ainda sobre a interdisciplinaridade das pesquisas, Yunes (2002, p. 80) pontua que “é mais que um método”, é uma “atitude nas produções sociais, científicas e culturais”. Diante das complexidades do mundo moderno, tratar as questões de pesquisa de modo unilateral se tornou limitado, de modo que ampliar olhares (sem ser enciclopédico), adotar diferentes perspectivas e visadas é mais indicado. Ao defender a prática de interdisciplinaridade para explicar e compreender melhor a sociedade moderna, Yunes (2002, p. 80) argumenta que “o caráter complexo dos acontecimentos, a incapacidade de lidar com as análises meramente pontuais e a falência das explicações gerais nos remeteram a uma inadiável cooperação interdisciplinar”. As consequências desse novo modo de fazer pesquisa e análise ampliam o olhar sobre o objeto, sem se tornar uma panaceia, e requer do pesquisador “uma interação lúcida sobre os paradigmas adotados” (Yunes, 2002, p. 82), o que, sem dúvida, repercute, também, na esfera epistemológica, no próprio fazer ciência, nos procedimentos científicos na resolução de problemas. Defende-se o “caráter plural das abordagens” para evitar um reducionismo na leitura e interpretação do mundo:

A necessidade inarredável de interpretar o mundo exige o alargamento mesmo da linguagem que o organiza. O caráter plural das abordagens já não

pode desconsiderar as implicações entre diferentes sistemas de conhecimento e elaborar um entendimento que, sem ser reducionista, conjugue alguns princípios. A questão passa a se impor, então, epistemologicamente (Yunes, 2002, p. 81).

O papel do cientista em abrir espaço para um diálogo com diversas áreas do saber é mencionado por Bourdieu (2001), que ele intitula de “regras do confronto dialógico”. O estímulo ao diálogo que Bourdieu provoca, em nosso entender, afasta uma “posição inatacável de uma razão autoritária, detentora exclusiva do poder de veridicidade”. Neste confronto de ideias, ou como chama Bourdieu, nessas regras de confronto dialógico, a pesquisa interdisciplinar tem sido defendida como o ponto culminante da prática de pesquisa como uma superação de determinadas demandas ou problemas de investigação que encontram dificuldades, no espaço apenas disciplinar, ou seja, temos que questionar severamente o trabalhar separadamente. (Cf. Silvast; Fouds. 2021).

Segundo Stephenson *et al.* (2010, p. 271, tradução nossa), em seu artigo *The practice of interdisciplinarity*, os objetivos da prática interdisciplinar, ao coordenar as especialidades de várias áreas, são “fornecer uma apreciação multifacetada do problema, aplicar múltiplas técnicas de pesquisa e oferecer uma compreensão integrada”. Desta forma, a interdisciplinaridade cooperaria com a conquista de uma visão geral mais abrangente e poderia ajudar o pesquisador a construir suas categorias conceituais “para analisar problemas particulares, integrar proposições entre disciplinas e sintetizar continuidades entre modelos e analogias” (Klein, 2017, p. 29, tradução nossa).

Moreira (2016) também reflete sobre os riscos de uma investigação de caráter apenas disciplinar e que tende a se especializar num determinado foco de conhecimento, embora com grande aceitação, “está longe de ser verdade absoluta, para não dizer que é uma ideia redutora e geralmente falaciosa”. (Cf. Mas-

sey *et al.*, 2006; Midgley, 1996). Isso não significa que a pesquisa interdisciplinar não seja, também, especializada, mas a compreensão da realidade objetiva a integração interdisciplinar do conhecimento que, por consequência, “implica normalmente um foco muito preciso e altamente especializado”. (Madeira, 2016, p. 27; Rafols; Meyer, 2008). No campo dos estudos do discurso, Wodak e Meyer (2003) fornecem uma boa defesa da interdisciplinaridade na ACD ao explicarem, de modo pragmático, como ela atua no complexo sistema da pesquisa, não como uma catalogação de conceitos diversos sem contexto, mas estabelecendo uma relação com as questões teóricas e com os problemas a serem investigados. Segundo eles, a postura do pesquisador deve ser a de perguntar “quais ferramentas conceituais são relevantes para esse ou aquele problema e para esse contexto?” (Wodak; Meyer, 2003, p. 7, tradução nossa). Usar diversas ferramentas conceituais advindas de várias teorias não é um problema para a ACD, mas a sua condição de possibilidade, uma vez que se entende a si mesma como uma proposta de investigação dialogante com outras áreas do conhecimento e práticas sociais.

Além disso, é importante pontuar que a adoção das práticas interdisciplinares, no campo da Análise Crítica do Discurso, não é livre de questionamentos. Magalhães *et al.* (2017, p. 10) destacam que a ACD, embora tenha atingido respeitabilidade no cenário internacional, não está imune às críticas ocasionadas pelo que eles identificam como sendo um “reducionismo de algumas análises, como generalizações baseadas em poucos exemplos”. Neste caso, o suporte precioso que a interdisciplinaridade fornece se coaduna com o que pretende a ACD que é uma “maior sensibilização teórica e metodológica” (Cirne; Efken; Barros, 2022, p. 22). Dentro dessa perspectiva de trabalho, é possível perceber que a interdisciplinaridade não é um fim em si mesmo, mas um meio de fazer avançar as pesquisas desenvolvidas pelos analistas do discurso.

A prática da interdisciplinaridade para ser levada aos resul-

tados que se propõe, precisa, também e sobretudo, de um suporte institucional, ou seja, deve engajar efetivamente os pesquisadores e estudantes participantes de um projeto de pesquisa, deve promover a cooperação interdisciplinar, mobilizar práticas de pesquisa que transcendem os limites e fronteiras das áreas de conhecimento dos envolvidos, deve motivá-los para um trabalho que requer uma avaliação racional dos interesses pessoais (carreira do pesquisador ou docente) e da equipe de investigação, resumindo: todos devem se sentir motivados quanto ao objetivo de produzir novos conhecimentos e, o que não é menos importante, de fazer alavancar a própria formação profissional e o reconhecimento na comunidade científica a qual pertencem (Cf. Hollaender, 2003). Será difícil, assim nos parece, envolver pesquisadores e estudantes num projeto de investigação, caso não haja satisfação de interesses pessoais e profissionais. Para Frodeman (2017, p. 04, tradução nossa): a interdisciplinaridade consiste “não apenas no estudo de como integrar vários tipos de conhecimento disciplinar – chamo isso de tarefa epistêmica”, mas ela também contribui “na análise dos desafios que cercam a comunicação efetiva para diferentes públicos – chamo isso de tarefa política e elemento retórico”.

Portanto, a capacidade de produção cooperativa de conhecimentos, habilidades e competências não se esgota apenas na configuração dialógica dos objetivos, métodos e abordagens teóricas, mas encontra força no próprio desenvolvimento da pesquisa em equipes multidisciplinares. Dessa forma, é adequado dizer que a interdisciplinaridade objetiva estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa dos quais participam profissionais pesquisadores oriundos de diversas áreas. Por exemplo, numa pesquisa apresentada por Ruth Wodak, e que foi transmitida pelo canal de Youtube do Centre of Discourse Studies, intitulada “*Fortress Europe*”? *A Politics of Shameless Normalization*, a analista do discurso fala da importância de sua equipe de pesquisadores estar constituída de Conselho Consultivo interdisciplinar formado por historiadores, linguistas, analistas do discur-

so, cientistas políticos e pessoas que trabalham com imagens, especialistas em multimodalidade. A natureza de determinados fenômenos sociais estudados leva, inevitavelmente, à inserção de outras disciplinas ao conjunto de investigação e é possível perceber a grande riqueza da proposta, pois também trabalha a capacidade de integração entre pesquisadores de diversas áreas. O que diz respeito a essa questão, vale destacar, aqui, as reflexões de Zapata (2016, p. 199) sobre a interdisciplinaridade na Análise Crítica do Discurso:

[...] a interdisciplinaridade é uma aposta decidida da análise crítica do discurso e, como pesquisadores críticos, devemos desenvolver movimentos tendentes a consolidar essa aposta. Para alcançar o acima exposto, devem ser encontrados objetos de reflexão comuns a várias disciplinas, ferramentas teóricas relacionadas, constantes metodológicas transversais; da mesma forma, lacunas teóricas ou metodológicas devem ser preenchidas com contribuições de outras áreas que não a nossa.

Tal proposta é uma inegável contribuição para a configuração de análises dos fenômenos sociais e discursivos em comparação com os modelos tradicionais. A proposta se alinha à compreensão da própria pesquisa como uma prática discursiva e, sem dúvida, também, de prática social, o que legitima, de certa forma, tudo o que afirmamos a respeito da prática interdisciplinar. Um projeto de pesquisa deve inscrever-se na dinâmica e complexidade da realidade social, política, econômica, cultural, quer dizer, a pesquisa encontra-se “situada” em um determinado contexto histórico, fazendo parte dele, contribuindo ou não para sua produção e reprodução, como também, para sua reconstrução criativa e sempre mais democrática, para salientar, aqui, uma das grandes preocupações da Análise Crítica do Discurso.

Conforme reflete Raynaut (2016), esse trabalho de coope-

ração que marca o trabalho interdisciplinar das especialidades científicas e técnicas diferenciadas é, atualmente, uma exigência para resolver boa parte dos desafios com os quais a ciência se depara. A atenção dada à pesquisa desenvolvida de forma interdisciplinar e à inserção dela no conjunto de práticas de pesquisa, no campo da Análise Crítica do Discurso, não é mera opção entre outras possíveis perspectivas de pesquisa, mas sim, um dever, uma exigência ética, assim defendemos, pois se inscreve nas pautas assumidas pela ACD, de contribuir para a tematização, problematização e possível superação de problemas sociais, como a fome, a pobreza, o racismo, o machismo, questões de gênero, que necessitam da abertura de horizontes científicos outros e formações profissionais diferentes, sempre mais articuladas com as demandas que surgem do diálogo intenso da sociedade com a academia.

2. Considerações Finais

A pesquisa interdisciplinar, no campo da Análise Crítica do Discurso, incorpora criticamente perspectivas disciplinares diversas, fazendo-as não apenas dialogando entre si, mas mobilizando-as para um projeto de pesquisa em comum e, do mesmo modo, visando o diálogo entre diversos pesquisadores oriundos de diversas áreas. Buscamos mostrar que trabalhar numa perspectiva interdisciplinar é fundamental para cumprimento das intenções propostas na Análise Crítica do Discurso. Ao longo do capítulo, enfatizamos a necessidade da produção do conhecimento na dinâmica interna de uma rede interdisciplinar de ações mobilizadoras, criativas, integradoras e impulsionadoras de empreendimento científico sempre mais ousados, o que, sem dúvida, pode requerer uma mudança radical na prática de produção do conhecimento científico.

A interdisciplinaridade tem crescido em importância devido aos problemas complexos que têm surgido na contemporanei-

dade e, neste caso, no campo da ACD, ela está incorporada à sua proposta como forma de atingir seus objetivos de contribuir para a tematização, problematização e possível superação de problemas sociais. As junções das intenções investigativas da Análise Crítica do Discurso com a proposta interdisciplinaridade são adequadas para desenvolver programas de pesquisas que focam nos desafios sociais como fome, racismo, política, antissemitismo, mudanças climáticas e doenças epidêmicas.

Além disso, conforme destacamos, a interdisciplinaridade objetiva estimular o desenvolvimento de núcleos de pesquisas compostos por profissionais pesquisadores oriundos de diversas áreas. Essa proposta epistêmica, interdisciplinar e dialógica da ACD intenciona produzir mudanças no tecido social a partir de uma multiplicidade de vozes que buscam obter boas respostas (científicas) às perguntas complexas. Outrossim, conforme foi frisado, a interdisciplinaridade envolve a constituição de uma equipe de formação 'mista' que, por consequência da prática de pesquisa nesses modelos de análise, propiciará ao pesquisador o desenvolvimento de sua criatividade e integração ao trabalho em grupo, o refinamento de seu pensamento crítico, a tolerância e a ousadia científica de questionar respostas dadas de antemão.

Referências

AMARO, A. R.; GARRIDO, Á.; NUNES, J. P. A. (Orgs). *Interdisciplinaridade e Universidade*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2016.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.

CARVALHO, A. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. *Comunicação e Sociedade*, v. 14 (1-2), n. 2, p. 143-156, 2000.

CENTRE OF DISCOURSE STUDIES. "Fortress Europe"? A Politics of Shameless Normalization. YouTube, 11 de dez. de 2020. Dis-

ponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y6PaEr4cT9E>.
Acesso em: 14 out. 2022.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in organizational studies: towards an integrationist methodology. *Journal of Management Studies*, v. 47, n. 6, p. 1213-1218, set. 2010.

CIRNE, A. O.; EFKEN, K. H. A ética na Análise Crítica do Discurso. *In: ERNST, A. G.; PEREIRA, R. C. M. Linguagem: texto e discurso*. Campinas: Pontes, 2021.

CIRNE, A. O.; EFKEN, K. H.; BARROS, S. M. Análise Crítica do Discurso e sua dimensão axiológica. *In: CIRNE, A. O.; EFKEN, K. H.; BARROS, S. M. Diálogos e perspectivas da Análise Crítica do Discurso*. Campinas: Pontes, 2022. p. 15-37.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. *Critical language awareness*. 3 ed. London: Routledge, 1998.

FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UNB, 2008.

FRODEMAN, R. The future of interdisciplinary: an introduction to the 2nd Edition. *In: FRODEMAN, R.; KLEIN, J. T.; PACHECO, R. C. S. (Orgs). The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

HOLLAENDER, K. *Interdisziplinäre Forschung Merkmale, Einflussfaktoren und Effekte*. 2003. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universität zu Köln, Amsterdam, 2003.

JORGENSEN, M.; PHILLIPS, L. J. *Discourse analysis as theory and method*. London: SAGE Publications, 2002.

KLEIN, J. T. Typologies of interdisciplinarity: The Boundary work of definition. *In: FRODEMAN, R.; KLEIN, J. T.; PACHECO, R. C. S. The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

KLEIN, J. T. *Beyond interdisciplinarity: boundary work, communication, and collaboration*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

LAKOFF, R. T. Nine ways of looking at apologies the necessity for interdisciplinary theory and method in discourse analysis. *In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. The Handbook of discourse analysis*. v. 1. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2015.

MADEIRA, H. Por que não temos mais investigação interdisciplinar? *In: AMARO, A. R.; GARRIDO, Á.; NUNES, J. P. A. (Orgs). Interdisciplinaridade e Universidade*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2016.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Ed. UNB, 2017.

MASSEY, C.; ALPASS, F.; FLETT, R.; LEWIS, K.; MORRIS, S.; SLIGO, F. Crossing fields: the case of a multi-disciplinary research team. *Qualitative Research*, v. 6, n. 2, p. 131-149, 2006.

MEERSOHN, C. Introducción a Teun Van Dijk: Análisis de Discurso. *Cinta moebi*, n. 24, p. 288-302, 2005.

MIDGLEY, G. The ideal of unity and the practice of pluralism in systems science. *In: FLOOD, R. L.; ROMM, N. (Orgs). Critical systems thinking: current research and practice*. London: Plenum Press, 1996.

RAFOLS, I.; MEYER, M. Diversity and network coherence as indicators of interdisciplinarity: Case studies in bionanoscience. *Physics and Society*, p. 1-28, 2008.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

RAYNAUT, C. Dicotomia ser humano e natureza: paradigma fundador do pensamento científico. *In: PHILIPPI JR, A.; FERNANDES, V. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Manole, 2016.*

REPKO A. F.; SZOSTAK, R.; BUCHBERGER, M. P. *Introduction to Interdisciplinary Studies. London: Sage, 2017.*

SILVAST, A. S., FOUDES, C. *Sociology of interdisciplinarity: the dynamics of energy research. Cambridge: Palgrave Macmillan, 2021.*

STEPHENSON, J. *et al. The Practice of Interdisciplinarity. The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences: Annual Review, v. 5, n. 7, p. 271-282, 2010.*

VAN DIJK, T. A. Analyzing Racism through discourse analysis. Some methodological reflections. *In: STANFIELD, J. (Org.). Race and ethnicity in Research Methods. Newbury Park: Sage, 1993.*

VAN DIJK, T. A. Discourse as interaction in society. *In: VAN DIJK, T. A. (Org.). Discourse as Social Interaction. Discourse Studies: a multidisciplinary introduction. London: Sage, 1997.*

VAN DIJK, T. A. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.*

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2010.*

ZAPATA, O. I. L. *Poliedros discursivos: Miradas a los estudios del discurso. Córdoba: Editorial Universitaria Villa María, 2016.*

WODAK, R. What CDA is about - a summary of its history, important concepts and its developments. *In: WODAK, R.; MEYER, M. (orgs.). Methods of Critical Discourse Analysis. London: SAGE, 2001.*

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso: Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In: WODAK, R.; MEYER, M. (orgs.). Métodos de Análisis Crítico del Discurso. Barcelona: Gedisa, 2003.*

WODAK, R.; REISIGL, M. Discourse and Racism. *In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. The Handbook of Discourse*

Analysis. v. 1. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2015.

YUNES, E. A narrativa em Câmara Cascudo: interdisciplinaridade avant la lettre. *In*: YUNES, E. (Org.) *Pensar a leitura: a complexidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2002.

3. MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E REALISMO CRÍTICO: DIÁLOGOS COM OS ESTUDOS DISCURSIVOS DE SOLANGE BARROS

Viviane Vieira
Universidade de Brasília
vivi@unb.br

1. Apresentação

A vida, sempre tão generosa, presenteou-me com várias professoras ao longo de meus anos de estudo e pesquisa na área de Letras-Linguística. Um desses presentes foi-me concedido em 2009, quando tive contato com os estudos sobre Análise Crítica do Discurso (como é definida a escola na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT) e Realismo Crítico, desenvolvidos pela grande Doutora em Linguística Solange Maria de Barros, nossa homenageada.

De 2009 a 2022, tive a graça de seguir aprendendo com a Doutora Solange Barros, mais recentemente com a sua supervisão de minha capacitação na Universidade Federal de Mato Grosso. Desta interlocução mais recente, nascerão escritos futuros que relacionam processos de *autoestruturação interna do ser*, discutidos por Barros (2015a,b) a partir do Realismo Crítico de Bhaskar, aos *modos de subjetivação em eventos discursivos*. Temos feito esses estudos a partir de abordagens decoloniais feministas brasileiras dos estudos culturais e da análise de discurso crítica.

Neste memorial-homenagem-resenha que apresento aqui, resgato esse percurso teórico-metodológico de diálogo com o trabalho de Solange Barros nos estudos críticos do discurso.

2. Realismo Crítico e discurso

Em 2009, pesquisávamos na Universidade de Brasília os avanços e reformulações da *abordagem tridimensional da Teoria Social do Discurso* para a recém-elaborada *abordagem crítica-explanatória* na Análise de Discurso Crítica, apresentada por Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) e Norman Fairclough (2003). Alguns desses estudos publicados em Viviane Ramalho (2007), Viviane Resende e Viviane Ramalho (2006), Viviane Resende (2009), dentre outros, dão conta da nova abordagem que passava a servir de base para inúmeras teses, dissertações, monografias que estavam sendo feitas na América Latina e Brasil.

Conheci pessoalmente a professora Solange Barros, então recém-chegada de missão de estudo na Inglaterra, em 2009 na *XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR – Realismo e Emancipação Humana: Outro Mundo É Possível?)*, realizada na Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. Na Conferência, em que predominavam as áreas da Filosofia e da História, fiz a comunicação em Linguística “Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso”. Ao lado de estudiosas/os brasileiros/as e internacionais de Realismo Crítico, como Alex Callinicos, Alvaro Bianchi, Mario Duayer, Nicolas Tertulian, Virgínia Fontes, dentre outros/as além de Solange Barros, estava Roy Bhaskar, cujos estudos iniciais serviram de base ontológica-epistemológica-metodológica para a elaboração inicial de uma *abordagem crítico-explanatória para a Teoria Social do Discurso*, ou *crítico-realista*, como definiu Barros (2015a) no livro *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*.

Como Barros (2015a, p. 1) narra,

a ideia de escrever este livro emergiu com os estudos de pós-doutoramento realizados no Instituto

de Educação da Universidade de Londres, sob a orientação de Roy Bhaskar (2012-2013). Procurei associar a filosofia do realismo crítico (RC) e a abordagem teórico-metodológica da análise crítica do discurso (ACD), com o objetivo de apontar a relevância da ontologia e da epistemologia para os estudos críticos do discurso (Barros, 2015a, p. 1).

Em 2016, as pesquisadoras Solange Barros (UFMT/UNEMAT) e Viviane Resende (UnB) organizam um dossiê especial da *Revista Polifonia* para o tema, em homenagem a Roy Bhaskar, composto por

artigos que abordam, centralmente, temas relacionados aos estudos críticos do discurso, mas também ao realismo crítico, especialmente suas contribuições e convergências epistemológicas para os estudos discursivos. Para fechar essa seção, apresentamos um obituário de Roy Bhaskar, filósofo fundador do realismo crítico, falecido em 2014, e em cuja homenagem este volume foi organizado. (Barros; Resende, 2016, p. 8).

Nessa leitura fundamental para quem desenvolve pesquisas no campo heterogêneo, transdisciplinar e aberto dos Estudos críticos do discurso, Solange Barros, Viviane Vieira e Viviane Resende (2016); Viviane Vieira e Juliana de Freitas Dias (2016), dentre outras pessoas, discutem inauguralmente temas do Realismo Crítico (RC) de Roy Bhaskar. À época, o Dossiê “provoca” o campo (dado o conservadorismo característico de nossa ciência ocidental, ao que a Linguística não escapa e tampouco a própria Análise de Discurso Crítica) ao tratar do Realismo Crítico Transcendental de Roy Bhaskar, formulado nas últimas publicações do autor em sua “virada espiritual” (Hawke, 2016) e abordado de modo pioneiro na América Latina por nossa pesquisadora homenageada Solange Barros.

Uma abordagem “vanguardista” para a limitada tradição científica racionalista eurocentrada, mas que, em linhas gerais, simplesmente busca contemplar momentos/elementos metafísicos, subjetivos, experienciais, para além da matéria do materialismo histórico-crítico de Marx e Gramsci (apresentado em Resende; Ramalho, 2006), nas relações de causalidade da vida social. O que, passados 10 anos da publicação de Bhaskar (2012), fazemos hoje na prática-teórica da decolonização dos estudos discursivos críticos, com base nos estudos e práticas decoloniais feministas na dita América Latina (Vieira, 2019, 2022). Nos termos de hoje, então, uma abordagem que considera os *modos micropolíticos inter-subjetivos de ser* existencialmente, o que permite re-produzir *modos macropolíticos da vida em sociedade*. Assim, como escrevi em 2007,

a partir da concepção de que os princípios necessários que usamos para compreender e identificar objetos do mundo não são exteriormente determinados, universais ou apriorísticos, mas, sim, social e historicamente construídos, Bhaskar propõe o seguinte argumento transcendental realista: “Como experimentos são possíveis?” (Collier, 1994: 34). Se, para o idealismo, o mais importante nas ações humanas são as idéias, para o realismo, ao contrário, o que importa são “as realidades e os fatos que devem reger as ações humanas” (Rios, 1987: 566) (Ramalho, 2007, p. 81).

enquanto Kant se preocupa com as “precondições da possibilidade do conhecimento”, Bhaskar ocupa-se com as “precondições da possibilidade da atividade social”. O tipo de pergunta, portanto, que orienta pesquisas sociais, segundo o RC, não é de cunho essencialmente epistemológico, mas ontológico. A partir desse argumento transcen-

dental realista, próprio do aspecto da filosofia geral do RC, são formulados os princípios e as concepções do Naturalismo Crítico, o aspecto mais específico do RC, relacionado à aplicação dessa filosofia às ciências humanas (Ramalho, 2007, p. 81).

O Realismo Crítico inicial de Bhaskar (1998) busca compreender conexões entre os processos estudados, e não regularidades, por meio da crítica interpretativa de significados, mapeando explicações causais para problemas sociais de pesquisa. Em tal compreensão, processos sociais são emergentes de fenômenos biológicos que, por sua vez, são emergentes dos estratos do físico e químico, e assim por diante, dada a complexidade sistêmica da vida natural e social. Na visão de Outhwaite (1983, p. 322), o RC vê a ciência “como uma atividade humana que visa descobrir uma mistura de experimentação e razões teóricas, as entidades, estruturas e mecanismos – visíveis ou invisíveis – que existem e operam no mundo” (Barros; Vieira; Resende, 2016, p. 15).

Com base na estratificação ontológica proposta pelo RC, tracei uma aproximação possível entre os domínios real, *actual/realizado*, empírico e os três níveis do social, conforme ilustra a Figura 1:

Figura 1. Níveis e momentos sociais segundo a ontologia estratificada do Realismo Crítico

	Estruturas sociais	Práticas sociais	Eventos sociais
Mecanismos	✓		
Eventos	✓	✓	
Experiências	✓	✓	✓

Com base em Ramalho (2007, p. 93).

Partindo do nível mais abstrato para o mais concreto, temos o nível da estrutura, relacionado ao domínio do real, em que estão os objetos de diversos estratos, suas estruturas, mecanismos e

poderes causais. A ativação desses poderes gera diferentes efeitos causais em eventos, experienciados ou não, por isso a presença de estruturas, com seus poderes e efeitos, estende-se a eventos e experiências.

No nível das (redes de) práticas sociais – e não de uma prática social particular, uma vez que várias práticas, de diversos campos sociais, articulam-se simultaneamente –, relacionado ao domínio do *actual*, estão os eventos, que acontecem independente de nossas experiências, quando poderes causais são ativados. Neste nível, que se localiza entre o mais abstrato (estrutura) e o mais concreto (eventos), estão as “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos para interagirem no mundo” (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 21).

No nível dos eventos, relacionado ao domínio do empírico, estão as experiências efetivas, a parte do real e do *actual/práticas sociais* que é experienciada na con-vivência pessoal e social, o que exclui eventos não experienciados por pessoas no domínio das práticas sociais. Para a ADC, a linguagem manifesta-se nesses três níveis do social, relacionados com os três domínios ontológicos, conforme busquei ilustrar em Ramalho (2007, p. 95):

Figura 2. Níveis e momentos semióticos segundo a ontologia estratificada do Realismo Crítico na dialética-relacional de Fairclough (2003)

	Sistemas semióticos	Ordens do discurso	Textos/interações
Mecanismos	✓		
Eventos	✓	✓	
Experiências	✓	✓	✓

Com base em Ramalho (2007, p. 95).

Fairclough (2003, p. 24) conceitua a linguagem como um momento do social em todos os níveis: da estrutura social (como sistemas semióticos), das práticas sociais (como redes de ordem do discurso) e dos eventos sociais (como textos/interações).

Como prática social, a linguagem permite ver o “ponto de conexão entre estruturas abstratas e seus mecanismos, e eventos concretos – entre ‘sociedade’ e pessoas vivendo suas vidas” (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 21). O conceito de articulação, de Laclau e Mouffe (2004, p. 142-3), que se refere a “toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que resulta na modificação da identidade desses elementos”, ajuda a entender, por exemplo, como traços tanto de momentos de amplas redes de práticas sociais quanto de momentos de práticas particulares podem ser articulados com momentos internos (gêneros, discursos e estilos) do momento discursivo, internalizando traços um do outro mas sem se reduzirem a um, e vice-versa.

Em síntese, favorece a crítica-explanatória das conexões, em termos de causa e efeito, entre momentos essencialmente discursivos ou não de práticas sociais. A linguagem, segundo tal concepção, é um momento de (redes de) práticas sociais que mantém relações de articulação e internalização simultâneas com outros momentos, potencialmente incorporando traços do social e gerando efeitos no mundo Ramalho (2007, p. 95).

Nessa perspectiva ontológica, o mundo social é um sistema aberto e um mesmo poder causal pode produzir resultados diferentes, o que pressupõe um movimento transformacional entre agência humana e estrutura social. A sociedade existe como efeito causal da agência humana, mas não é redutível a ela, e vice-versa. Como Sayer (2000, p. 19) exemplifica, ações sempre pressupõem recursos pré-existentes e meios – “falar pressupõe uma língua; uma língua, uma comunidade e recursos materiais, como cordas vocais ou outros meios de se efetuar sons inteligíveis” –, o que implica relações causalmente interdependentes.

Para Bhaskar (1989, p. 34-5), sociedade é “tanto a condição sempre presente (causa material) e o resultado continuamente reproduzido da agência humana.” E práxis é “tanto produção consciente, e reprodução (normalmente inconsciente) das condições de produção, que é a sociedade.” À luz dessa ontologia é

que concebemos a linguagem como um momento irreduzível de (redes de) práticas sociais, que mantém relações de articulação e internalização simultâneas com outros momentos, essencialmente não-semióticos, tais como: ação/interação, relações sociais, formas institucionais, pessoas (culturas, crenças, desejos, valores, normas, atitudes, histórias), mundo material: atividades materiais, objetos, meios/tecnologias, tempos-espacos. Nessas relações dialético-transformacionais, incorpora traços do social, assim como gera efeitos no mundo.

Assim como para a ADC, o foco dessa concepção está nas *práticas sociais*: nas maneiras habituais como articulamos recursos materiais, mentais, simbólicos para interagir conjuntamente e se relacionar em sociedade, produzindo representações e projeções de mundo e também identidades de pessoas, nas experiências de subjetivação (Vieira, 2022). Considerando essa práxis, o RC propõe uma abordagem crítico-explanatória para estudos sociais, que procura alcançar a natureza estratificada da realidade, e suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo (Bhaskar, 1989, p. 12):

Quadro 1. Movimentos básicos para investigar estruturas e mecanismos sociais com objetivos crítico-emancipatórios

Descrição do evento que é objeto de investigação
Divisão analítica do evento em seus componentes
Re-descrição desses componentes segundo teorias de estruturas e relações
Busca de mecanismos que subjazem ao evento
Avaliação do poder explanatório desses mecanismos
Verificação das maneiras como os mecanismos envolvidos produzem o evento

Com base em Danermark et al. (2002, p. 193), retirado de Ramalho (2007, p. 89).

A tarefa geral da pesquisa orientada pelo RC inicial, como resume o Quadro 1, é investigar mecanismos causais que geram efeitos particulares em relações de poder nas sociedades. Parte-se de eventos concretos da vida social com o objetivo de com-

preender a natureza pré-estruturada da vida social, e retorna à análise de eventos, de ações e processos à luz desse conhecimento buscando conexões causais, por meio da “identificação de mecanismos causais, de como eles operam, e da descoberta de se eles foram ativados e sob quais condições” (SAYER, 2000, p. 13).

3. Realismo Crítico Transcendental e práxis decolonial latino-americana

A última década do pensamento e da produção bibliográfica de Bhaskar, 2002-2012, é voltada para a proposição do Realismo Crítico Transcendental com base na filosofia da meta-Realidade advinda da “virada espiritual” de sua produção (Hawke, 2016), e a proposta crítica de que “a mudança deve ocorrer de dentro para fora” (Barros, 2015a, p. 50).

Em linhas gerais, Bhaskar (2012) avança nas reflexões sobre a concepção transformacional de constituição da sociedade para propor uma compreensão do mundo como um todo universal profundamente interconectado, e uma concepção do *ser como fonte de agência causal no mundo*. Partindo daquela visão transformacional do mundo – como uma totalidade sistêmica que engloba diversos estratos dialeticamente interconectados (físico – químico – biológico – psicológico – semiótico – social – ambiental etc.), cada qual com seus mecanismos gerativos e poderes causais particulares –, propõe uma visão transcendental dos *modos de ser como fonte de agência causal no mundo e como parte do todo universal profundamente interconectado*. Como Hawke (2016, p. 35) observa,

A filosofia da metaRealidade é uma filosofia de coerência prática/teórica que oferece uma visão de mundo em que estamos conectados no nível mais profundo e mais fino. Sugere um nível onto-

lógico profundo, que pode ser conhecido se estivermos preparados para abrir mão dos bloqueios pessoais e sociais que obstruem nossa liberdade. É um afastamento radical do que aconteceu antes dentro do realismo crítico. [...] Eu iria mais longe ao dizer que a filosofia da metaRealidade trabalha para o original realismo crítico e realismo crítico dialético. No início do realismo crítico, Bhaskar perguntou como deve ser o mundo para que a ciência exista, com a metaRealidade Bhaskar agora pergunta como deve ser o mundo para você e eu sermos livres.

Em epistemologias complexas de base oriental sobre totalidades integradas, convergentes com as críticas de Shi-xu (2019) sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC) ocidental, Bhaskar (2012) focaliza experiências existenciais de *autoestruturação interna do ser no mundo* como caminho para a emancipação humana coletiva, apresentando seus “Momentos-chave da Filosofia da meta-Realidade mapeados nos domínios da realidade do Realismo Crítico”:

Quadro 2. Momentos-chave da Filosofia da meta-Realidade mapeados nos domínios da realidade do Realismo Crítico

Domínios da realidade	<i>Real</i> experiências, conceitos e signos eventos <i>mecanismos</i>	<i>Realizado</i> experiências, conceitos e signos eventos [mecanismos]	<i>Empírico/Conceitual</i> <i>experiências,</i> <i>conceitos e signos</i> [eventos] [mecanismos]
Estratos da realidade	Realidade absoluta	Realidade relativa	Falsa realidade
Princípios meta-filosóficos	não-dualidade (unidade, uma propriedade da consciência)	dualidade	dualismo (alienação, falsidade)

Adaptado de Bhaskar (2012, p. 6). Retirado de Vieira e Dias (2016, p. 57).

Essa proposta parte dos mesmos domínios da realidade do Realismo Crítico anteriormente propostos (real [potencial], realizado [*actual*], empírico) assim como da compreensão de mecanismos gerativos com poderes causais que geram efeitos imprevisíveis e não-mecânicos nas práticas sociais e nos eventos (Bhaskar, 1998).

O “real” [potencial] é o domínio dos objetos, suas estruturas, mecanismos e poderes causais. Sejam físicos como minerais, ou biológicos como cordas vocais, ou sociais como burocracias, esses objetos têm uma certa estrutura e poderes causais. O potencial é, portanto, o domínio das estruturas, mecanismos e poderes causais dos objetos, e o “realizado” [*actual*] refere-se “ao que acontece se e quando estes poderes são ativados”, ou seja, àquilo que esses poderes fazem e ao que ocorre quando eles são ativados (Sayer, 2000, p. 10). Assim, o potencial é o domínio dos poderes causais; o realizado (as práticas sociais para a ADC) é o domínio dos eventos em que se acionam esses poderes, e o “empírico”, por fim, é o que se experiencia inter-subjetivamente do potencial e do realizado.

Bhaskar (2012) traz muitas outras contribuições, como a ênfase na questão da agência humana, das subjetividades, dando relevo à discussão sobre a “autoestruturação interna do ser” como caminho para a emancipação humana coletiva. Entendemos, com Barros (2015), no âmbito dos estudos críticos do discurso, a autorrealização do ser “como o único caminho para a autorrealização universal”. Na linha do que também discute Dussel (2000) no nosso contexto geopolítico e histórico latino-americano, Bhaskar (2002b) problematizou como dualismos de valor que se orientam para a exploração de formas de vida e acumulação de capital atuam potencialmente como elemento causal relacional de autodestruição, de desigualdades, guerras, discriminações, doenças, opressões, violências e sofrimento.

Lançando luz sobre a *questão ética do ser no mundo*, consciente de sua agência humana integrada a uma totalidade trans-

cidental cuja base são a unidade e a cooperação, aponta a “estrutura fina” da autoestruturação interna do ser (BARROS, 2009, 2015a) como mecanismo causal fundamental da emancipação humana coletiva. Como Barros (2015a, p. 50-1) explica, “essa nova posição filosófica vai além do realismo crítico”, “abarcando um pensamento transcendental radical”, uma vez que enxerga a realidade em estados de não dualidade e fases do ser”, pois “para entrar no mundo da MetaRealidade, é preciso compreender as limitações deste mundo de dualidade”, “em que nós estamos alienados de nós mesmos, uns aos outros”, empurrando-nos para a autodestruição. Para Bhaskar (2012), como explica a autora,

o ‘ego’ é um ‘eu’ separado que está em oposição a todos os outros ‘eus’”, e “é essencial para [sustentar] o discurso filosófico da modernidade, para o capitalismo e para muitas instituições sociais existentes, que pressupõem um sujeito isolado.

Assim, para a filosofia da metaRealidade¹ importa

a maneira como o mundo depende, é sustentado e existe somente como efeito da energia livre, amorosa, criativa, inteligente e de ações em estados não-duais de nosso ser e de nossa atividade (Bhaskar, 2002, p. 8).

Bhaskar (2002) provoca a reflexão de que ao resgatarmos nossa consciência autocrítica sobre esse fluxo vital da ética da vida nossa autodestruição, começamos o processo de transformação e superação da totalidade das estruturas de opressão, alienação, mistificação e miséria que temos produzido. Na base da não-dualidade (ou seja, na unidade), conforme Bhaskar (2002), estão importantíssimos mecanismos (com seus poderes causais) que

¹ Tradução conforme grafia dos originais: metaReality. Os originais em língua estrangeira citados em português foram traduzidos pela autora.

podem se movimentar para a superação de estruturas sociais de opressão e sofrimento, que são, em grande medida, reproduzidas inconscientemente por nós mesmos/as/es.

Com foco no potencial humano criativo, a filosofia da meta-Realidade de Bhaskar (2002), estudada por Barros (2015a, b), problematiza como a “falsa” separação, fragmentação, alienação da totalidade universal desune as pessoas como também opera uma desterritorialização existencial de seus corpos e culturas nas práticas sociais hegemônicas (não-éticas) de guerra do sistema-mundo colonial-moderno atual, nos termos dos estudos decoloniais e comunitários de Molyneux, Lynn (1995), Paredes (2022), Cabnal (2010), Maldonado-Torres (2007, 2018), desconectando as entidades das totalidades integradas da metaRealidade. Nessa dinâmica de “falsa” separação, de “dualidade”, o ser humano, por exemplo, se reconheceria ideologicamente como superior a outros seres humanos e a outras formas de vida, legitimando a percepção especista do meio ambiente como algo “fora” e não como parte de sua própria natureza, de sua própria realidade, dentre outros inúmeros problemas sociais de relações desiguais de poder de raça, classe, capacidade, gênero, espiritualidade etc. O que, nos estudos e nas práxis decoloniais feministas atuais, implica considerar não só o exercício da *justiça* nas democracias capitalistas patriarcais mas o senso de *cuidado* nas comunidades:

para as teorias decoloniais latino-americanas, de resistência a estruturas opressoras coloniais-imperialistas, valores morais relacionados ao cuidado/cidadania e ao corpocidadania são centrais para a construção de uma nova vida em sociedade, baseada na solidariedade, no respeito à diversidade que lhe é inerente, na cooperação, na igualdade, e não na competição (econômica, mas não só, já que a lógica do capital coloniza outros campos da vida social e privada) e suas relações

de exploração e opressão em todos os níveis, que colocam o lucro de alguns poucos acima da vida e do bem-estar social de muitos (Vieira, 2019, p. 87).

A categoria social do “cuidado”, que tende a ser limitado no ocidente aos estudos em saúde, é muito mais amplo no escopo dos estudos e das práticas decoloniais feministas culturais (Borges, 2006; Rolnik, 2019; Rosendo, 2015) pois abarca, como um todo, as práticas sociais e relações intra e intersubjetivas de cooperação no mundo, reestruturando a noção de poder segundo a ética da colaboração nas relações sociais, políticas, econômicas, mas também na educação, na ecologia, na espiritualidade, nas relações de gênero (Molyneux; Lynn, 1995; Segato 2002).

Como escrevi em Vieira (2019, p. 88), para além do direito e da utilidade racionais patriarcais, as ontologias-epistemologias feministas decoloniais destacam, na crítica à misoginia epistêmica que invisibilizou/subalternizou outras formas de conhecimento e de vida, uma ética do ser mais sensível ao cuidado, associada à ética do saber e do poder, e problematizadora da racionalidade capitalista hegemônica fundada em dualismos de valor hierarquicamente organizados, que mantêm lógicas de dominação e exploração coloniais-modernas, como humano/ não-humano, homem/ mulher, branco/ negro, branco/ indígena, cultura/ natureza, espírito/ corpo, humano/ natureza, masculino/ feminino, razão/ emoção.

No projeto capitalista colonial-moderno (Segato, 2002), a legitimação desses processos materiais e ideológicos fragmenta as relações sociais entre pessoas, e entre pessoas e outras formas de vida, naturalizando práticas de competitividade, concorrência, agressividade, violência, exclusão, exploração, extermínio. Na linha de pensamento transformacional do RC, desigualdades, guerras, discriminações, exploração, injustiças, infelicidade, opressão, (auto)destruição, violência, sofrimento, medo são tan-

to efeitos causais do sistema de exploração capitalista quanto seu sustentáculo, reproduzido ou questionado nas *experiências* particulares existenciais das pessoas – o domínio do empírico, da construção, negociação, articulação de significações culturais.

Tal postura implica assumir que o pessoal é político, conforme Cabnal (2010, p. 22):

Asumir la corporalidad individual como territorio propio e irrepetible, permite ir fortaleciendo el sentido de afirmación de su existencia de ser y estar en el mundo. Por lo tanto emerge la autoconciencia, que va dando cuenta de cómo ha vivido este cuerpo en su historia personal, particular y temporal, las diferentes manifestaciones y expresiones de los patriarcados y todas las opresiones derivadas de ellos. [...]

Es un planteamiento que nos invita a recuperar el cuerpo para promover la vida en dignidad desde un lugar en concreto, a reconocer su resistencia histórica y su dimensionalidad de potencia transgresora, transformadora, y creadora (Cabnal, 2010, p. 22).

A partir da práxis do “cuidado como caminho cósmico-político de cura”, proposto por Cabnal (2020) nos contextos comunitários indígenas da Guatemala e que dialoga com a perspectiva da virada espiritual oriental de Bhaskar (2012), nos estudos críticos do discurso decoloniais feministas buscamos superar práticas sociais e discursos particulares da não-ética da guerra capitalista traçando um projeto ontológico-epistemológico-metodológico crítico voltado para recuperar nossos “territórios-corpos” nas práticas sociais, incluindo práticas e eventos sociais de pesquisa nas redes comunitárias e interpessoais da academia-comunidade (Vieira, 2019, 2022).

Isso, como postura prático-teórica para relacionar-se com

outrem e, na experiência vivida, problematizar relações de poder e possíveis hegemonias fundadas nos pilares de “colonização cognitiva” do corpo-consciência a fim de provocar potências de vida, provocar modos de ser/de vir a ser socio-histórica e culturalmente situados que se direcionem ao projeto de dar “fim ao paradigma moderno da não-ética da guerra”, que pode colonizar nossa experiência vivida, conforme problematiza Maldonado-Torres (2007, p. 146). Hegemonias estas destrutivas da vida em sua unidade cósmico-política.

Nessa abordagem mais voltada para a experiência vivida e para os modos de ser como agentes de transformação no mundo, afinada com a perspectiva espiritualista de Bhaskar (2012), são consideradas uma *ética do ser* mais sensível ao cuidado, associada à *ética do saber e do poder*, e problematizadora de racionalidades capitalistas hegemônicas que se sustentam também em discursos que legitimam dualismos de valor hierarquicamente organizados, que mantêm lógicas de dominação, controle e exploração na colonialidade. Para Maldonado-Torres (2007, 2018), a *colonialidade* se sustenta no cotidiano, na experiência vivida, em três pilares principais articulados com a subjetividade:

na *colonialidade do poder*, na relação entre sujeito, estruturas e culturas em formas coloniais-modernas de exploração e dominação;

na *colonialidade do saber*, na relação entre sujeito e as epistemologias, os métodos e as tarefas gerais da produção de conhecimento, e a (re)produção de discursos coloniais, e

na *colonialidade do ser*, na relação entre sujeito e tempo-espço no processo de “colonização cognitiva”, na experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem.

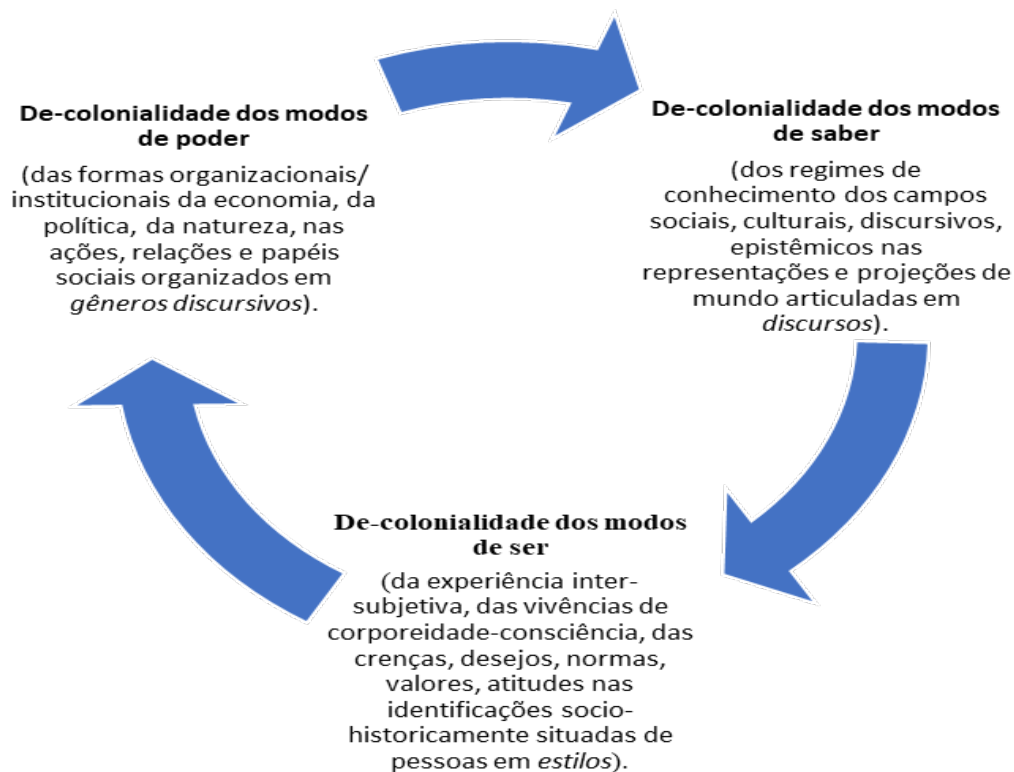
Nos estudos críticos do discurso problematizadores da ética do poder, do saber e do ser, a *colonialidade do ser* pode ser entendida como o potencial para a internalização (e, portanto, também para a crítica e a conscientização) de discursos consti-

tutivos de estruturas opressoras, a exemplo das narrativas coloniais do binarismo, da cis-heteronormatividade, do trabalho e da economia como formas de dominação, controle e exploração da natureza e das pessoas. O “sujeito corporificado”, nessa compreensão, é “constituído e sustentado pela sua localização no tempo-espaço, sua posição nas estruturas de poder e nas culturas, e nos modos como se posiciona em relação à produção dos saberes” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 49).

4. Análise de discurso crítica no caminho cósmico-político de cura

Compreendemos que o discurso participa das práticas sociais, constituindo-se socialmente e constituindo o social em significados nossas maneiras de agir e interagir, de representar e de sermos pessoas na vida social, nas dinâmicas do poder, do saber e do ser. É, assim, parcialmente constitutivo das ações e relações sociais, das inter-subjetividades, dos saberes, dos sistemas de normas, valores, crenças, do mundo material. Tais recursos sociais e semióticos constituem-se dialeticamente nas práticas sociais, estas resultantes de redes de interações inter-subjetivas, esses modos situados de produzir significados são organizados nos diferentes campos sociais de interação, organizando a sua *ordem do discurso* relativamente estável e interligada a redes discursivas de outros vários campos sociais (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 114), como busco ilustrar a seguir:

Figura 3. De-colonialidade dos modos de poder-saber-ser e a ordem do discurso



Representamos as dinâmicas do discurso como constitutivo de processos e práticas sociais no sistema-mundo colonial-moderno, problematizando como a (de)colonialidade do poder tem impacto na (de)colonialidade do ser na experiência vivida, e vice-versa; em como a (de)colonialidade do ser tem potencial para sustentar e para problematizar na con-vivência cotidiana processos de colonialidade do poder, e do saber.

A articulação dos três principais pilares da (de)colonialidade, ligados aos três principais modos de produzir significados nas práticas sociais, é relacional-dialética: as redes de *discursos* particulares ligados à matriz colonial (que podem colonizar formas de saber, o conhecimento) são produzidos, distribuídos e consumidos por sujeitos nos modos socialmente organizados de agir e se relacionar em *gêneros* do discurso (e que podem colonizar o poder em formas modernas de exploração e dominação) com potencial para conformar *estilos*: a experiência vivida, os modos

particulares de ser-existir no mundo (podendo colonizar aspectos da inter-subjetividade na produção da experiência de vida cotidiana), como potencialmente constitutivos das estruturas opressoras (Freire, 2005[1970]).

Nessa perspectiva, a estrutura social (com suas instituições, normas, valores culturais, práticas, instrumentos) é tanto possibilitadora quanto limitadora das práticas sociais, constituindo-se também como resultado dessas práticas e agenciamentos situados nas maneiras como articulamos semiose, crenças, valores, normas, comportamentos, em nossas práticas sociais materiais, temporal-espacialmente situadas.

Repensando isso nos momentos-chave da Filosofia da meta-Realidade, no aspecto específico que nos interessa aqui, Bhaskar (2012) reavalia como, no potencial da “realidade absoluta”, da não-dualidade, ou seja, da unidade como propriedade da consciência do cosmos, mecanismos podem oferecer poderes causais para a construção da dualidade na “realidade relativa” dos eventos nas práticas sociais e do dualismo ideológico de uma “falsa realidade” (alienação, falsidade) no domínio do empírico/conceitual, onde se articulam experiências particulares, conceitos e signos em processos de subjetivação em modos habituais de ser e de identificar pessoas.

Nos termos da análise discursiva crítica, que é nosso foco com base em Barros (2015a), textos/interações (experiências, conceitos e signos) figuram como mecanismo fundamental para a construção e sustentação de uma “falsa ideologia” de separatividade, mas também como recurso para a retomada da não-dualidade (característica da “realidade absoluta”), da consciência de unidade do todo, do absoluto como “envelope cósmico” (Barros, 2015a, p. 53). A convergência do diálogo transdisciplinar com os estudos críticos do discurso está, por exemplo, no foco em efeitos (contra)ideológicos que (sentidos de) textos/interações podem ter sobre relações sociais, ações e interações, saberes, crenças, atitudes, valores, normas, identidades, na vida social.

Em ADC, no entanto, não nos restringimos à noção de ideologia como “falsidade”, já que problematizamos, a partir dos estudos culturais, com Thompson (2002), por exemplo, muitas outras maneiras como a ideologia pode operar nas experiências pessoais para fins de exploração, dominação, em estratégias de legitimação, de padronização, de universalização, de fragmentação, dentre outras, além da dissimulação, a qual se aproxima do que seria um “falseamento da realidade”.

Barros (2015b, p. 161) explica que o mundo

se constitui em potencialidades que afetam e limitam a construção textual (ou discursiva) do social. Podemos textualmente construir (representar, imaginar etc.) o mundo social de modos particulares, porém a nossa representação irá depender de vários fatores contextuais. Os textos – orais, escritos, multimodais – podem trazer mudanças em nosso conhecimento (crenças, atitudes, valores etc.), e podem também produzir efeitos causais, gerando guerras ou consolidando a paz etc. Textos podem, então, contribuir para mudanças na sociedade, já que são uma parte importante de nossa ação social. Seus efeitos incluem mudanças no mundo material, na arquitetura urbana, nas atitudes das pessoas, nas relações sociais e no mundo material (FAIRCLOUGH, 2003a), o que possibilita que cada contexto sócio-político, histórico, geográfico possa fazer explanações críticas situadas sobre sua própria realidade.

Conforme a autora, para Bhaskar (1998), as pessoas não criam a sociedade. A sociedade é uma condição necessária para sua atividade. A sociedade fornece as condições necessárias para a ação intencional e a ação intencional é uma condição necessária para a sociedade. Ou seja, pessoas devem não apenas produzir

produtos sociais, mas realizar as condições de sua produção, re-produzindo ou transformando as estruturas que governam suas atividades de produção. E isso só é possível devido a linguagem como organizadora do nosso conhecimento, nas nossas crenças, etc. Pessoas produzem textos que são parte de eventos sociais moldados por poderes causais das estruturas sociais:

É importante ressaltar que estamos usando o termo para se referir tanto a atividade textual e ao produto da atividade. Esta é uma analogia com o modelo de transformação da atividade social para a atividade textual. [...] A maior parte da atividade social é parcialmente textual, parcialmente conceitual e parcialmente material. Ao considerar os textos como parte da vida social, com seus mecanismos e poderes causais, estou sugerindo um 'sistema laminado' (Bhaskar e Danemark, 2006) ou círculos laminados, organizados em uma hierarquia que vai desde uma escala macro para uma escala micro, quais sejam: global, interação macrossocial, interação microssocial, individual e sub-individual, dialeticamente relacionados. (Barros, 2015b, p. 162).

A autora assim descreve a participação de textos/interações em diferentes escalas da vida social:

Global – está relacionado a tradições e civilizações inteiras e em nível planetário – ou cosmológico – preocupado com o planeta como um todo. É importante considerar os efeitos causais da estrutura global, que podem inculcar e sustentar ideologias. As ideologias, por exemplo, podem ser decretadas em maneiras de agir, sendo incorporadas nas identidades das sociedades do capitalismo;

Interação Macrossocial – é orientada para a compreensão do

funcionamento de sociedades inteiras ou suas regiões;

Interação Microsocial – refere-se aos papéis funcionais nas relações sociais entre as pessoas em um contexto social particular;

Individual – está relacionada com estruturas fisiológicas, biológicas e psicológicas, as quais articulam “consciente” e “inconsciente”;

Sub-Individual – refere-se ao “consciente” e ao “inconsciente”, incluindo emoções, valores, sentimentos e identidade. As estruturas individuais e sub-individuais podem se sobrepor. “Isso nos possibilita reconhecer quem somos, como agimos no mundo e para quem, compreendendo que as mudanças não podem acontecer apenas na consciência, mas, principalmente, através de ‘ação, em um exercício coletivo de solidariedade.’” (Barros, 2015b, p. 162).

Modos habituais de ser, como modos empíricos de ativação de mecanismos e eventos nas experiências existenciais do “eu no mundo” (conforme Quadro 2), são, em princípio, realizados nas significações, formas e relações estilísticas/identificacionais em interações. Mas as maneiras particulares como interagimos e nos relacionamos com as pessoas e as coisas nessas experiências – a exemplo das vozes ou discursos com quem escolho dialogar intertextualmente, abrindo ou suprimindo diferenças identitárias –, também constituem um aspecto da interação, possibilitada e constrangida por relações de poder em gêneros discursivos, que nos constitui como sujeito social.

As seleções, silenciamentos e articulações de outras vozes e outros discursos sociais, constituem a inter-subjetividade e seu discurso particular no tecido social, cultural e político de produção de significados. Avaliações são subjetivas, mas associadas a contextos sociais de interação e poder específicos e a discursos particulares das redes de ordens de discurso. Também as performatividades corporais são expressões de estilo, mas sempre constituídas na interação social, no espaço-tempo da interação,

da ação e das relações sociais situadas.

No marco discursivo crítico do projeto que desenvolvo, indicamos o sujeito/agente corporificado como constitutivo dos modos socialmente situados de representar que materializam discursos particulares (de-colonialidade do saber), assim como dos modos de agir e de se relacionar em gêneros discursivos situados (de-colonialidade do poder) que o constituem também, dialeticamente, possibilitando e limitando modos de ser-sentir-existir no mundo nas experiências particulares, temporal-espacialmente situadas, nas práticas, normas, micro e macro relações sociais, atitudes, redes interpessoais, valores, crenças, histórias pessoais, discursivamente materializadas nas vozes e estilos particulares, como identificação (de-colonialidade do ser).

O estudo interpretativo crítico-explanatório de modos de *ser*, *co-existir* e *con-viver* na colonialidade não deve perder de vista a relação dialética e sistêmica entre ser-saber-poder, o que implica considerarmos, para fins crítico-emancipatórios, a construção de significados discursivos e identificacionais nas interações relacionais de pesquisa também, isto é, os significados discursivos e identificacionais articulados nas interações como processo e troca de experiências situadas entre os corpos-consciências nas con-vivências de pesquisa. Isto é, como gêneros discursivos situados e como modos relativamente estáveis de negociar disposições e poderes subjetivos na produção da vida social (Borges, 2006).

Shi-xu (2019, p. 69) observa uma dualidade ocidental naturalizada dentro da própria prática da análise de discurso crítica:

[...] Outra característica da análise de discurso crítica é que as coisas distinguem-se em duas classes separáveis e qualitativamente diferentes: por exemplo, texto e contexto; discurso e sociedade; linguagem e mente etc. Ou seja, a análise de discurso crítica enfatiza o caráter dicotômico das coi-

sas (o que implica a necessidade de eleição de uma ou outra) e não as relações de soma (o que implicaria poder incluir ambas). Mais ainda, uma vez que dividiu tudo, teoricamente, em entidades separadas, a análise de discurso crítica busca explicações causais de relações mecânicas entre essas entidades (por exemplo, entre sociedade e cognição, cognição e produção discursiva). Esse tipo de orientação é um reflexo da visão cartesiana de distinção e de contradição entre a mente e o corpo, e de modo mais amplo da ideologia europeia que supõe uma ciência que devesse prever e controlar eventos e comportamentos. A visão de mundo chinesa do yin-yang, ao contrário, é dialética; nela, o mundo consiste em uma unidade de partes interrelacionadas, interdependentes, imbricadas (相生相克). (Shi-Xu, 2019, p. 69).

Propomos, numa visão dialética-relacional, não-dualista, que interações são modos relativamente estáveis de negociar disposições e poderes inter e intra-subjetivos na produção da vida social em gêneros discursivos situados. Nesse sentido, as ações, relações e interações na prática particular, produtoras e negociadoras de significados culturais discursivos e identificacionais são colocadas em primeiro plano, como processo. O sujeito sempre está implicado, conforme Maldonado-Torres (2018) nos lembra, e as identidades são relacionais: o que uma pessoa é, é também, parcialmente, uma questão de como ela se relaciona com o mundo e com outras pessoas (Fairclough, 2003).

Tal postura ontológica-teórica-metodológica permite contemplar aspectos *acional*, *relacional* e *estilístico* da significação dos gêneros discursivos, como *maneiras de agir e de se relacionar* em práticas sociais, parcialmente constitutivas de estilos e subjetividades no espaço-tempo. Esse aspecto da prática social pode ser estudado em interações empíricas de pesquisa como

ação e relação-identificação social por meio da análise de processos discursivos como estes:

Quadro 3. Análise interacional de práticas acionais, relacionais e identificacionais

<p>Categorias de análise discursiva</p> <p><i>Atividade social e semiótica</i></p>	<p>Algumas questões para análise de significações acionais-relacionais-identificacionais em interações</p> <p>De que evento social ou cadeia de eventos sociais os textos-interações em análise são parte? Os textos-interações são parte principal da atividade social; reflexões/representações sobre ela (reflexividade)?</p> <p>Que <i>atividades sociais e semióticas</i> principais estão sendo desenvolvidas? Como a semiose integra/compõe esse evento dentro da prática social?</p>
<p><i>Tecnologias e modos de comunicação-interação</i></p>	<p>Qual é o principal ambiente comunitário, institucional de interação (comunidades sociais, culturais, linguísticas, discursivas, epistêmicas etc.)?</p> <p>Como se configuram os territórios situacionais das práticas e relações socio-materiais em que as atividades se desenvolvem: usos de objetos materiais, de <i>meios/tecnologias</i>, tipos de ação e relação, constituição espaço-temporal, variedade de recursos semióticos/simbólicos, grau de interatividade orientação para a ação:</p> <p>interação face a face/fala em interação, interação mediada (carta, e-mail, conversa telefônica), quase-interação mediada (livros, jornais, rádio, TV), interação mediada on-line (sites, plataformas, sites de redes sociais);</p> <p>quais <i>modos semióticos</i> – visual, verbal escrito, espacial, tátil, gestual, expressão facial, corporal sensorio-motor, áudio/sonoro, verbal oral – os textos-interações articulam?</p>

<p><i>Pessoas, relações sociais e evento da interação</i></p>	<p>A atividade interacional se desenvolve entre <i>pessoas</i>; entre pessoas e outros textos-interações? quais pessoas? com quais outros textos-interações? como se organiza o evento material da ação relacional:</p> <p>autoria, pessoas participantes e suas relações e posições sociais, interpessoais, formas institucionais, papéis sociais, em termos de agenciamento, negociação de poder e identificação-relacional (gênero-raça-classe e interseccionalidades: trabalho/função, cultura, capacidades, territorialidade, geração, espiritualidade)?</p> <p>Como <i>modos semióticos</i> – visual, verbal escrito, espacial, tátil, gestual, áudio/sonoro, verbal oral, corporal (orientação espacial-temporal, performatividades corporais, gestualidades, postura, atitude, posição, vetor do corpo, vestimentas, uso de objetos, expressões faciais, tom e altura da voz; ritmo de fala) são articulados, negociados?</p>
<p><i>Planejamento e produção do texto-interação</i></p>	<p>Como se dão o <i>planejamento e a produção do texto-interação</i>: tomada de iniciativa, preparação, produção, planejamento? Os textos-interações em análise são parte de uma <i>cadeia, uma rede/ecologia de textos-interações</i>?</p>
<p><i>Distribuição, acesso discursivo e audiência</i></p>	<p>Como se organiza a distribuição do texto-interação em termos de <i>acesso discursivo, alcance e dinâmica da audiência/consumo</i> (seleção e distribuição de informação; tamanho relativo da audiência/consumo; ausência, presença, tipo de participação ou silenciamento; tipo de interação), em termos de agenciamento, poder e identificação-relacional.</p>

<p><i>Dinâmica e controle interacionais</i></p>	<p>Como se organizam a dinâmica e o controle interacional:</p> <p>variedades, modos e registros linguístico-semióticos, funções da fala (demanda, oferta), tomadas de turno, sequências discursivas (pergunta/resposta, convite/aceitação ou rejeição, cumprimento/cumprimento etc.),</p> <p>fluxo e distribuição de tópicos/conteúdos (epistemologia social e relações sociais) e de estilos (ethos, polidez, seleção lexical), em termos de negociação relacional, agenciamento e poder? (ver também <i>Trocas, funções da fala, modo gramatical</i>).</p>
<p><i>Propósitos da atividade interacional, estrutura genérica e movimentos retóricos</i></p>	<p>Quais são os propósitos potenciais dos movimentos retóricos da <i>atividade/prática</i> -interacional? Como se organiza a estrutura genérica da interação; macrorrelações semânticas (problema-solução, objetivo-método, tarefa-procedimentos) do gênero discursivo principal?</p> <p>Como o texto-interação articula gênero principal, pré-gêneros (argumentos, exposições, descrições, narrações, injunções, diálogos) e subgêneros em movimentos retóricos, e que significados são construídos, quais são os efeitos potenciais de sentido?</p> <p>Quais os potenciais efeitos de sentido: movimentos argumentativos, efeitos argumentativos da temporalidade; legitimação por racionalização, por instrumentalização/procedimentalização, por legalidade; narrativização, narrativas de fatos passados, repetidos, habituais; autorização por autoridade científica e institucional, carismática, por tradição, costume; valor argumentativo de narrativas; operação lógico-retórica explanatória (causa-consequência, p.e.) ou de aparências (listas de eventos e opiniões desarticulados, p.e.); outras possibilidades? <i>Ver Relações semânticas/gramaticais entre períodos e orações.</i></p>

<p><i>Intergenericidade (aspecto da interdiscursividade)</i></p>	<p>O texto-interação situa-se em uma cadeia de gêneros discursivos? Caracteriza-se por um hibridismo de gêneros discursivos? Há metáforas interacionais: usos metafóricos dos gêneros discursivos (troca de demandas, bens e serviços como troca de informação, por exemplo)? Que significados são construídos, quais são os efeitos potenciais de sentido?</p>
<p><i>Trocas, funções da fala, modo gramatical</i></p>	<p>Quais são os tipos predominantes de negociação de troca (troca de atividade/ demanda ou de conhecimento/ informação) e funções da fala (afirmação, pergunta, demanda, oferta)?</p> <p>Que tipos de afirmação há (afirmações de fato, previsões, afirmações hipotéticas, afirmações avaliativas)?</p> <p>Há relações metafóricas entre trocas, funções da fala ou tipos de afirmação (por exemplo, demandas que aparecem como afirmações, avaliações que aparecem como afirmações factuais)?</p> <p>Qual é o modo gramatical predominante (declarativo, interrogativo, imperativo)? Que significados são construídos, quais são os efeitos potenciais de sentido?</p>

<p style="text-align: center;"><i>Intertextualidade</i></p>	<p>Dos outros textos/ vozes relevantes, quais são incluídos? Quais são significativamente excluídos?</p> <p>Onde outras vozes/textos são incluídos? São atribuídos? Se sim, especificamente ou não especificamente? Por meio de que processos verbais <i>dicendi</i>?</p> <p>As vozes, fontes atribuídas são relatadas diretamente (citação) ou indiretamente?</p> <p>Como outras vozes, fontes são tecidas em relação à voz da pessoa autora/ falante e em relação umas com as outras? Há ironias? Negação?</p> <p>Qual (combinação) dos cenários abaixo caracteriza a <i>orientação para a diferença</i> no texto? Há outras possibilidades? Há potenciais processos (contra) ideológicos?</p> <p>a. abertura, uma aceitação, um reconhecimento da diferença; uma exploração da diferença, como num diálogo no sentido mais rico do termo;</p> <p>b. acentuação da diferença, conflito, polêmica, uma luta sobre o significado, as normas, o poder;</p> <p>c. tentativa de resolver ou superar a diferença;</p> <p>d. mitigação, dissimulação da diferença, um foco no que há em comum;</p> <p>e. consenso, uma normalização e aceitação das diferenças de poder que ofusca ou suprime diferenças de significado e normas.</p>
---	--

Com base numa ampla bibliografia de análise textual-discursiva, a exemplo de Carranza, (2020), Fairclough (2001[1992], 2003), Gherardi (2012), Gomes e Vieira (2020), Kress e van Leeuwen (2001), Loder (2008), Magalhães (2017), Martin, White (2005), Solís (2015), van Dijk (2010), o Quadro 3 apresenta *Categorias de análise discursiva* potencialmente capazes de responder a questões de pesquisa sobre a construção, negociação, articulação de significações dialéticas em interações situadas. As categorias analíticas (que são materializações semióticas de formas e processos discursivos) concebe os gêneros discursivos si-

tuados como modos relacionais-dialéticos de agir e interagir estabelecendo relações sociais e processos de subjetivação (Para outras categorias discursivas, ver Vieira, 2022).

Gêneros discursivos situados tendem a ser estudados na análise de discurso crítica com base em convenções textuais mais estáveis (sobretudo, em textos verbais) mas são o potencial para articulações de ordens de discurso, que oferecem recursos mas impõem restrições potenciais para as interações, dada sua regulação social e semiótica.

Nesse sentido, toda interação empírica organiza recursos, restrições, regras em movimentos discursivos relativamente estáveis, constituindo a base da articulação e negociação *acional e relacional-subjetiva* de poderes em interações sociais. Para além dos modos relativamente estáveis de ser-identificar em metáforas, avaliações, modalidades – todas formas e relações reconhecidamente mais identificacionais na teoria-metodologia –, os processos semiótico-discursivos do Quadro 3 também podem apontar *processos identificacionais*, e estilos.

Aspectos semióticos das maneiras de inter-agir, ligados a gêneros discursivos, podem apoiar a descrição, interpretação e explanação crítica de encontros interacionais de pesquisa, como *ação dialógica-colaborativa* situada, geradora de produção e negociação de sentidos, compreensões, representações, entendimentos, conflitos, percepções, reelaboração de crenças, padrões, valores por parte das pessoas do grupo-pesquisador (Anderson, 2019). Primeiras vivências de pesquisa fundamentadas nesses pressupostos teórico-metodológicos, podem ser conhecidas em Carolina Gonzales (2017), Amanda Rechetnicou e Vieira (2022), Rosane Queiroz Galvão e Viviane Vieira (2019), Fábio Fernandes e Viviane Vieira (2022).

5. Reflexões finais

Organizei neste capítulo um memorial-homenagem-reseña, em que resgato um percurso teórico-metodológico de diálogo com o trabalho de Solange Barros nos estudos críticos do discurso. De 2009 a 2022, desenvolvemos juntas debates sobre processos de *autoestruturação interna do ser*, discutidos por Barros (2015a,b), nos *modos de subjetivação em eventos discursivos*, a partir de do Realismo Crítico de Bhaskar, de abordagens decoloniais feministas brasileiras dos estudos culturais e da análise de discurso crítica.

A busca é pela práxis da não-dualidade, conforme Bhaskar (2002), em que estão mecanismos (com seus poderes causais) que podem se movimentar para a superação de estruturas sociais de opressão e sofrimento, que são, em grande medida, reproduzidas inconscientemente por nós. Uma abordagem com potencial para contemplar momentos metafísicos, subjetivos, experienciais nas relações de causalidade da vida social, nos *modos micropolíticos inter-subjetivos de ser* existencialmente, o que permite re-produzir *modos macropolíticos da vida em sociedade*.

No marco discursivo crítico do projeto que desenvolvo, indicamos o sujeito/agente corporificado como constitutivo dos modos socialmente situados de representar que materializam discursos particulares (de-colonialidade do saber), assim como dos modos de agir e de se relacionar em gêneros discursivos situados (de-colonialidade do poder) que o constituem também, dialeticamente, possibilitando e limitando modos de ser-sentir-existir no mundo nas experiências particulares, temporal-espacialmente situadas, nas práticas, normas, micro e macro relações sociais, atitudes, redes interpessoais, valores, crenças, histórias pessoais, discursivamente materializadas nas vozes e estilos particulares, como identificação (de-colonialidade do ser).

Destacamos no capítulo a relevância da análise do gênero discursivo situado das interações de pesquisa como *ação* e *rela-*

ção entre pessoas, e seus construtos identitários e políticos, num tempo-espaço delimitado, enfatizando o pessoal e o identitário na *interação dialógica situada* como políticos. A análise micro dos eventos sociodiscursivos, nesta proposta, está atenta para os modos relacionais-dialéticos como pessoas inter-agem e se relacionam em gêneros discursivos, (re)produzindo saberes e realidades em representações/discursos particulares e constituindo-se como seres no mundo em processos relacionais de identificação/estilos. Por isso, aspectos semântico-discursivos como os debatidos aqui nos apoiam na descrição, interpretação e explanação crítica dos encontros interacionais de pesquisa em geral, como *ação dialógica-colaborativa situada*, geradora de produção e negociação de sentidos, compreensões, representações, entendimentos, conflitos, percepções, reelaboração de crenças, padrões, valores por parte das pessoas do grupo-pesquisador (Anderson, 2019).

Práticas e processos de colonialidade são parcialmente sustentados pelo aspecto discursivo das práticas sociais, organizado em redes de ordens de discurso. Problematizar processos sociais e discursivos como esses por meio de pesquisas colaborativo-dialógicas abre possibilidade para a crítica social, para a construção conjunta de novos saberes, crenças, normas, subjetividades, sentidos, entendimentos e ações para problematizar discursos, práticas e significados inter e intra-subjetivos a fim de “questionar a vida social em termos políticos, ideológicos e morais, visando contribuir para a superação de desigualdades e injustiças sociais.” (Barros, 2015b, p. 15-17).

Referências

ANDERSON, H. (2019). Prática colaborativo-dialógica: uma orientação para maneiras de ser e vir a ser com outros convidando o potencial para generatividade e transformação. *In*: Grandesso, Marilene A. (Org.). *Construcionismo social e práticas colaborativo-*

-*dialógicas*: contextos de ações transformadoras. (pp. 259-269). Curitiba: CRV, 2019.

BARROS, Solange Maria de Barros. Análise crítica do discurso e realismo crítico: reflexões interdisciplinares. *Polifonia*, vol. 17, 2009, p. 141-157.

BARROS, Solange Maria de Barros. *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes, 2015a.

BARROS, Solange; RESENDE, Viviane de Melo. Estudos críticos do discurso e realismo crítico: contribuições e divergências. *Polifonia*, v.23, N. 33, p.8-9, jan.-jun., 2016.

BARROS, Solange; VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. Realismo crítico e análise de discurso crítica: hibridismos de fronteiras epistemológicas. *Polifonia*, v.23, p.11 - 28, 2016. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3874/pdf>. Acesso 21 dez. 2022.

BARROS, Solange; VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. Realismo crítico e análise de discurso crítica: hibridismos de fronteiras epistemológicas. *Polifonia*, v.23, N. 33, p.11 - 28, jan.-jun., 2016.

BHASKAR, R. Philosophy and scientific realism. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R; COLLIER, A.; LAWSON, T. & NORRIE, A. (Ed.). *Critical realism: essential readings*. London; New York: Routledge, 1998, p. 16-47.

BHASKAR, R. *Reflections on Meta-Reality: transcendence, emancipation and everyday life*. London/New York: Routledge, 2012.

BORGES, Fernanda C. *A filosofia do jeito: um modo brasileiro de pensar com o corpo*. São Paulo: Summus, 2006.

CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR-Las Segovias, 2010.

CABNAL, Lorena. In: LISSELL, Quiroz. Lorena Cabnal. *La sanación, un acto feminista emancipatório*. Hypotheses. Perspectives

décoloniales d'Abya Yala. *Épistémologies, pratiques, savoirs*. 26 out 2020. Disponível em: <https://decolonial.hypotheses.org/2147>. Acesso em: 15 out. 2021.

CARRANZA, Isolda E. *Narrativas interaccionales: una mirada sociolingüística a la actividad de narrar en encuentros sociales*. Córdoba: Editorial de la Facultad de Lenguas, 2020. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/16430>. Acesso em 15 nov. 2022.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburg: Edinburg University, 1999.

DANERMARK, B. et al. *Explaining society: Critical Realism in the social sciences*. London; New York: Routledge, 2002.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falkone (Org.). São Paulo: Contexto, 2010.

DUSSEL, E. *La filosofía europea no es universal*. El espectador. Disponível em <http://www.elespectador.com/noticias/actualidad/filosofiaeuropaeouniversalarticulo552386>. 3 de abril de 2015. Acesso em 7 de abril de 2015.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. Londres; Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Izabel Magalhães (Org. trad.). Brasília: Universidade de Brasília, 2001[1992].

FERNANDES, Fábio S.; VIEIRA, Viviane. Aids-infotimento e midiatização gore In: *Diálogos e perspectivas da Análise Crítica do Discurso*. Campinas: Pontes, 2022, v.1, p. 59-82.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Petrópolis: Vozes, 2005[1970].

GALVÃO, Rosane; VIEIRA, Viviane. (2020). Penetras na Festa da Democracia: violências políticas de gênero no Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso*. 20(2), 2020, p. 92-111. Disponível em: <https://doi.org/10.35956/v.20.n2.2020.p.92-111>.

Acesso em: 26 mai. 2022.

GHERARDI, Silvia. *How to conduct a practice-based study: problems and methods*. UK/USA: Edward Elgard Publishing Limited, 2012.

GOMES, Maria Carmen Aires; VIEIRA, Viviane. Estudos Discursivos Críticos: análise crítica de problemas sociais discursivamente manifestos In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L.; MUNIZ, G. (Org.). *Teorias Discursivas - novas práticas e formas discursivas*. Campinas: Pontes, 2020, p. 173-200.

GONZALES, Carolina. Gonzales; VIEIRA, Viviane. Uso de metáforas em falas de docentes sobre currículos escolares. *Discurso & Sociedad*, v.13, p.99 - 117, 2019. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/DS13\(1\)Gonzalez&Vieira.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/DS13(1)Gonzalez&Vieira.pdf). Acesso 08 ag 2022.

HAIDAR, Julieta. Los caminos fascinantes de la emoción. CIEDA. *Congreso Internacional sobre Emociones, Discursos y Argumentación*, 11, 12 y 13 de mayo de 2022. Conferencia de apertura. 11 maio 2022.

HAIDAR, Julieta. Los caminos fascinantes de la emoción. CIEDA. *Congreso Internacional sobre Emociones, Discursos y Argumentación*, 11, 12 y 13 de mayo de 2022. Conferencia de apertura. 11 maio 2022.

HAWKE, Gary. A brief introduction to the philosophy of meta-reality. *Polifonia*, Cuiabá-MT, v. 23, nº 33, p. 29-36, jan-jun., 2016.

KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Teun van. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.

LACLAU, E., C. MOUFFE. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LODER, Letícia.L.; JUNG, Neiva M. (Ed.). *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. São Paulo,

Mercado de Letras, 2008.

MAGALHÃES, Izabel. Protagonismo da linguagem: textos como agentes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p.575-598, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/qjRxjC8cgjzhCJq46y7R3t/>. Acesso em: 15 out. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Org. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. s.p.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Castro-Gómez, Santiago y Grosfoguel, Ramón (Comp.). Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: The Appraisal Framework*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BARROS, Solange. Modelo transformacional da atividade textual: realismo crítico e análise crítica do discurso. *Romanica Olomucensia*, 27.2 2015b, p. 157-166 MOLYNEUX, Maxine; LYNN, Deborah. Mies and Shiva's Ecofeminism: A New Testament? *Steinberg Feminist Review*, 49, 1995. p. 86-107.

PAREDES, Julieta E. *Hilando fino desde o feminismo comunitário*. Mujeres creando comunidade. La Paz, 2008.

RAMALHO, Viviane. Diálogos teórico-metodológicos: Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v.8, p.78 - 104, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v8i0.9190>. Acesso 21 dez. 2022.

RECHETNICOU, Amanda Oliveira; VIEIRA, Viviane. Letramentos críticos, gênero social e intersecções: uma análise discursiva de uma experiência de leitura de escritoras negras em

uma escola. *Calidoscópio*, v.19, p.481 - 493, 2022. Disponível em:<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/23815/60748968>. Acesso 08 ag 2022.

RESENDE, Viviane de M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*. Implicações interdisciplinares. Campinas: Pontes, 2009.

RESENDE, Viviane de M., RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROLNIK, SUELY. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo, 2019.

ROSENDO, Daniela. *Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista*. Curitiba: Prismas, 2015.

SAYER, Andrew. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. *Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, v. 6, n. 2, jul./dez., 2000, p. 7-32.

SEGATO, R.L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Trad. Rose Barboza. *CES [Online]*. 18. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SHI-Xu. Reconstruindo paradigmas orientais em estudos do discurso. In: Resende, V.de M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. 2019, p. 63-82. Campinas: Pontes.

SOLÍS, Maria Cristina M. El ethos discursivo: valores, razones y emociones como efectos de discurso. *RALED*, v.15 (2), p. 139-157, 2015. <https://raled.comunidadeled.org/index.php/raled/article/view/12/15>.

THOMPSON, John B. *A interação mediada na era digital. Matrizes*, v. 12. n. 3, set./dez. 2018. <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/153199>.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad./Coord. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, Viviane. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: Resende, V.de M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. 2019, p. 83-115. Campinas: Pontes.

VIEIRA, Viviane. Corpos e (con)vivências em pesquisas críticas do discurso. In: ALMEIDA, Micheline M. Tomazi; RESENDE, Viviane de M. (Org.). *Estudos do discurso: abordagens em ciência crítica*. Campinas: Pontes, 2022, p. 137-162.

VIEIRA, Viviane.; DIAS, Juliana de Freitas. Análise de discurso crítica e filosofia da meta-realidade: reflexões sobre ética e identidades. *Polifonia*, 23(33), 2016. p. 51-69.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2016.

4. APORTES A LA LEY SOBRE PERSONAS EN SITUACIÓN DE CALLE DESDE UNA PERSPECTIVA DISCURSIVA Y CRÍTICA

María Laura Pardo

CONICET-FFyL-Universidad de Buenos Aires
pardo.linguistica@gmail.com

1. Introducción

Las personas en situación de calle (PSC de aquí en más) y en riesgo de situación de calle (RSC de aquí en más) viven en una situación de total indefensión. Y desde hace muchos años se requiere de una ley nacional que proteja sus derechos y que permita aunar el sinfín de programas existentes en Argentina. Estos programas atienden a diferentes necesidades de las PSC y en RSC como el abrigo, la comida, un lugar donde asearse o pasar la noche, pero no están coordinados de modo general y dan solo soluciones temporarias a derechos fundamentales de las personas como una vivienda digna, derecho al alimento, a vestimenta, y a todos aquellos derechos que como personas nos corresponden y se encuentran mencionados en la Constitución nacional. Dado el incumplimiento de estos derechos por parte del Estado, y la discriminación que sufren, en este caso, las PSC y en RSC, se hace necesario que se implementen leyes de modo que estos derechos sean respetados.

A comienzos de 2009, el colectivo Proyecto 7¹ realizó una convocatoria para elaborar un proyecto de ley de alcance nacional, que contemple la problemática de las personas en situación

¹ Proyecto 7 es una organización conformada y coordinada por personas en situación de calle, nacida en el año 2003, que según consta en sus objetivos: "...realiza actividades diversas destinadas al abordaje de la problemática desde una perspectiva integral, multidisciplinaria y colectiva, entendiendo a las personas en situación de calle como portadoras de saberes y experiencias valiosas para reformular sus proyectos de vida, y reconociendo la necesidad de la organización colectiva con otros/as para construir nuevos modos de habitar la ciudad." Objetivos – Proyecto 7

de calle (PSC), que reconociera sus derechos, y que solucionara el hecho de tener que buscar soluciones provisionales que obligan a recurrir a un sinnúmero de recursos planteados en programas, intervenciones, y estrategias (Bufarini, 2020) creadas ad-hoc para la solución de problemáticas recurrentes.

Esta convocatoria contó con la colaboración de “sectores heterogéneos de la sociedad que incluyen tanto organizaciones de la sociedad civil, como organismos del Estado e investigadores pertenecientes a ámbitos académicos. Como resultado de ese trabajo conjunto y participativo, en diciembre del mismo año se presentó en la Legislatura de la ciudad de Buenos Aires el proyecto de ley *Situación de calle y familias sin techo*.

El objetivo de este trabajo es analizar discursiva y críticamente la ahora ley. El proyecto de esta ley fue llevado adelante por el diputado Federico Fagioli, del *Frente de Todos* y recibió el respaldo del, por entonces, ministro de Desarrollo Social, Daniel Arroyo. El marco teórico de esta investigación es el Análisis Crítico del Discurso desde una perspectiva latinoamericana, especialmente de aquella nacida en los estudios que se realizan dentro de la *Red Latinoamericana de Análisis Crítico del Discurso de la Pobreza Extrema (REDLAD)*, (Barros; Jesus, 2021; García da Silva, 2007; Pardo Abril, 2007; Montecino, 2010; Resende, 2018; Oteiza; Arancibia, 2022; Oteiza; Pinuer, 2019; Pardo; Marchese; Soich, 2020; Pardo; Soich, 2021).

La metodología es cualitativa y se utiliza el *Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos* (Pardo, 2011), así como una de las teorías lingüísticas que implica su aplicación, la de los Nexos de Valor.

La ley consta de cinco capítulos y de Fundamentos. Los capítulos llevan los siguientes títulos: I Disposiciones generales, II Derechos y garantías de las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle; III Deberes del estado; IV Programas de política pública; V Medidas transitorias y Fundamentos. A los fines de este análisis, nos centraremos en los Capítulos II y

III. El criterio de selección de estos capítulos obedece a que en ellos se hace especial referencia a los derechos y deberes de las personas en situación de calle y del Estado, respectivamente.

2. Breve contextualización

En la Argentina, las PSC y en RSC transitan desde hace años una intensa búsqueda de una ley que las proteja y haga que se respeten efectivamente los derechos que tienen como cualquier ciudadano.

En la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, a fines del 2010, “se aprobó la Ley 3706/CABA/11, reglamentada en 2013, sobre la “Protección y garantía integral de los derechos de las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle”. Como sostiene Pallares (2012, p. 179) “Se trata de una ley-marco que considera que quienes se encuentran en situación de calle son sujetos de derechos y no objeto de aplicación de un determinado programa.” Si bien, otorga un marco de derechos para este sector poblacional, en la actualidad no se cumple en su totalidad.” (Pallares; Hidalgo, 2018, p. 61).

Otra de las leyes existentes en la Ciudad de Buenos Aires, es la Ley 114/CABA/9811² que protege a los niños, niñas y adolescentes de forma integral. Los derechos y garantías enumerados en dicha ley son complementarios de otros reconocidos en la “Constitución Nacional, la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño, los Tratados Internacionales en los que el Estado Argentino sea parte y la Constitución de la Ciudad de Buenos Aires”. Entre los derechos a los que refiere la presente ley encontramos: el Derecho a la Vida, el Derecho a la Libertad, a la Dignidad, a la Identidad y al Respeto.

En el plano nacional, existen al menos tres normas referidas a niños y adolescentes en dicha situación: la Ley 23849/1990¹²

² Esta ley puede leerse en: <https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/ley114.pdf>

(*Convención sobre los Derechos del Niño*³), la Ley 26061/200513 (*Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños y Adolescentes*⁴); y la Resolución 309/CDN-NyA/200714 (que formula el *Manual de Procedimientos y circuitos del Consejo de los Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes*⁵).

Sin embargo, no existe aún ninguna ley nacional que proteja a adultos y niños en su conjunto. La ley bajo análisis, como lo mencionamos, surge de una iniciativa de Proyecto 7⁶ en el año 2009. Una particularidad de esta ley es que la definición de persona en situación de calle va más allá de la conceptualización de carencia de una residencia permanente. Como sostiene Pallares (2021, p. 180):

Se trata de un problema de raíz multidimensional al que se llega como consecuencia de la interrelación de diferentes dificultades: rupturas o conflictos familiares, problemas con el empleo, ausencia de recursos económicos, problemas de salud, etc.

Después de consultar varias propuestas sobre esta problemática en otros países europeos, la de la European Federation of National Organisations working with the Homeless (FEANTSA)⁷ resultó ser la más adecuada para el caso argentino. Esta organización creó y utiliza una tipología llamada Ethos (European Typology on Homelessness⁸). Su objetivo es proporcionar un marco constante y común que dé cuenta de la situación de calle, y que, también, atienda a otros problemas vinculados con la exclusión

³ La ley puede leerse en: CDN (un.org)

⁴ Accesible en: Ley N° 26.061 de Protección Integral de los Derechos de las Niñas, Niños Y Adolescentes. (mpd.gov.ar)

⁵ Accesible en: Manual De Procedimientos Cdnnya [k6nq2r666znw] (idoc.pub)

⁶ Proyecto 7 es una organización que realiza actividades diversas destinadas al abordaje de la problemática de las personas en situación de calle (véase: Proyecto 7 – La calle no es un lugar para vivir)

⁷ Para acceder a FEANTSA: Home (feantsa.org)

⁸ Para acceder a ETHOS, véase: EN_2007_EthosLeaflet.pdf (bawo.at)

residencial. Esto implica incluir a las personas que efectivamente están en la calle, pero también a aquellas que están en riesgo de estarlo.

En sus fundamentos, la ley actual reconoce como antecedentes normativos la ley 3.706⁹ de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (sancionada en 2010 y reglamentada en 2013), la ley 13.956¹⁰ de la provincia de Buenos Aires (sancionada en 2009 y reglamentada en 2011) y el proyecto de ley O241- D-2012¹¹ de la ex Diputada nacional, Liliana Parada, que no tuvo tratamiento. También se tomó en cuenta la “Política nacional para la inclusión social de la población en situación de calle” del Gobierno Federal de Brasil, que se publicó en 2008; así como la ley 130 de Puerto Rico¹², de 2007, también conocida como la “Ley para crear el Concilio Multisectorial en Apoyo a la Población sin Hogar”. Esta ley fue enmendada en 2016, por la Ley 194¹³. Además, se examinaron los contenidos de la Carta Mundial de Derecho a la Ciudad, del Foro Social de las Américas (Quito) y del Foro Mundial Urbano Barcelona (2004)¹⁴ y la publicación de la Subsecretaría de Promoción de Derechos Humanos de la Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación, del año 2015; las experiencias con censos, relevamientos y enunciación de políticas públicas de Brasil, Chile, Venezuela y de las ciudades de México DF y Montevideo.

La ley aspira, entre otros, objetivos a: a) realizar un relevamiento anual de las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle; b) organizar un sistema administrativo para el otorgamiento gratuito de todos los documentos necesarios

⁹ Accesible en: Ley 3706 - Protección y Garantía Integral de los Derechos de las Personas en Situación de Calle y en Riesgo a la Situación de Calle - REGLAMENTADA (cedom.gob.ar)

¹⁰ Accesible en: Ley 13956 (gba.gob.ar)

¹¹ Accesible en: InformePersonasSituacionCalle.pdf (institutopatria.com.ar)

¹² Accesible en: “Ley para Crear el Concilio Multisectorial en Apoyo a la Población sin Hogar” [Ley 130-2007, según enmendada] (pr.gov)

¹³ Accesible en: Ley Núm. 194 de 2016 -Para enmendar la Ley Num. 130 de 2007, Ley para crear el Concilio Multisectorial en Apoyo a la Población sin Hogar. (lexjuris.com)

¹⁴ Accesible en: Carta Mundial por el Derecho a la Ciudad (moi.org.ar)

para acreditar la identidad en el ejercicio de derechos públicos y privados; c) otorgar una Referencia Administrativa Postal, que consistirá en una casilla de correo gratuita abierta en la sucursal del Correo Argentino de su elección; d) crear una red nacional de Centros de Integración Social; e) crear un sistema de atención telefónica permanente, de alcance nacional y de carácter gratuito y f) crear un sistema de atención móvil, de alcance nacional y servicio permanente.

3. Metodología y corpus

Hace más de 30 años que no solo vengo desarrollando una teoría y un método de análisis, sino, y muy principalmente, probándolo en distintos textos orales y escritos y en diferentes situaciones comunicativas. De igual forma, el Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos (MSADLT) ha sido utilizado y probado en diferentes lenguas como el inglés (Pardo; Lorenzo-Dus, 2010; Prendergast, 2018) y el portugués (Resende; Marchese, 2011; SANTOS, 2017). El aporte fundamental de este método es que posibilita visualizar las relaciones lingüísticas que se establecen entre la práctica social y la práctica textual (entendida según Fairclough, 1989 y 1995) y desde una metodología inductiva¹⁵.

Para trabajar con este método, es fundamental adentrarnos en el concepto de representaciones socio-discursivas. Es importante aclarar que una representación es un concepto construido por cada hablante que da cuenta de un fenómeno particular de su mundo experiencial. Por lo que una representación necesariamente es una construcción, o mejor dicho una co-construcción que un sujeto elabora a lo largo de su vida sobre todo lo que experimenta, vive, siente (el amor, la globalización, la pobreza, qué es un árbol, qué es una taza, el odio, etc.). Dicha construcción

¹⁵ En este apartado, utilizo la reformulación de ciertos aspectos, especialmente los referidos a la idea de representación, que me encuentro realizando en Pardo (en prensa).

siempre se realiza en sociedad, por lo que entendemos que hay una construcción con el otro o los otros, por eso la denominamos co-construcción. Dichas co-construcciones son de carácter social (Raiter, 2001) y, por lo tanto, discursivo. Es por esta razón, que me referiré, de ahora en más, a lo que antes denominaba 'representaciones' (Pardo, 2011) como co-construcciones socio-discursivas, ya que esta denominación tiene un carácter más agentivo que el término 'representación' (para más información, véase Pardo, en prensa).

Muchas veces se intentan estudiar o investigar en un corpus de discursos, de modo apriorístico, pero estas co-construcciones socio-discursivas no pueden estudiarse de modo aleatorio o preconcebido. Es el texto en su contexto el que debe indicarnos qué puede estudiarse y qué no, cuando se realizan investigaciones que van más allá de la morfología (véase Pardo, 2008). También es importante alejar la idea de que hay una relación uno a uno entre una co-construcción socio-discursiva y un texto. Si bien hay co-construcciones sociales que son complejas y no están ligadas solo al discurso, sino que manejan otro tipo de lenguajes como la imagen, o bien están ligadas a experiencias no necesariamente lingüísticas o verbalizables, como la experiencia física, emocional, puede decirse que toda la vida está de alguna forma organizada y categorizada por el lenguaje, aunque no siempre lo que se dice refleja la totalidad de las sensaciones y experiencias de las personas.

Para este método, una co-construcción socio-discursiva, además, es un concepto genérico acerca de un conjunto de categorías semántico-discursivas¹⁶ y de categorías gramaticalizadas¹⁷ que se dan efectivamente en el texto. Es importante que la

¹⁶ Si bien estas categorías serán definidas más adelante, en principio, podemos decir que las categorías semántico-discursivas son aquellas que no se repiten en los textos de modo de llegar a gramaticalizarse y ser, por lo tanto, de carácter obligatorio en el uso de la lengua, como, por ejemplo, un pronombre o un verbo.

¹⁷ Si bien estas categorías serán definidas más adelante, en principio, podemos decir que las categorías que por su uso se vuelven comunes y reiteradas en la lengua hasta hacerse parte de la gramática, o sea, de adquirir obligatoriedad de uso por parte de los

co-construcción socio-discursiva sea explicitada en términos de estas categorías para que sea lo más inductiva posible. De este modo, si lo que nos interesa estudiar es qué co-construcción acerca de la pobreza tienen el diario X, hoy, en Buenos Aires, es necesario definir en términos lingüísticos, a través de categorías semántico-discursivas y gramaticalizadas, a qué estamos llamando *co-construcción socio-discursiva de la pobreza* en el texto; es decir, qué elementos lingüísticos estamos seleccionando cuando nos referimos a pobreza.

Desde el punto de vista del investigador, una co-construcción socio-discursiva es un constructo teórico que el investigador intenta analizar en una serie de textos. Dicho constructo es un clasificador de una serie de categorías gramaticalizadas y semántico-discursivas que, a su vez, se instancian en los textos con estrategias y recursos lingüísticos o campos léxicos que conforman redes en dichos textos.

Sin duda, mucho de este método, además, tiene que ver con un criterio de interpretación de los datos. Funciona como un pacto de interpretación con uno mismo (el analista) que debe mantener su coherencia a lo largo del análisis; es decir, una vez que se interpreta una forma o una secuencia de formas de una manera, hay que mantener ese criterio de interpretación. Como bien sabemos, las interpretaciones son eso: constituyen modos de comprender un fenómeno.

Este método permite, además, dar cuenta de un modo ejemplar de ciertos fenómenos de la lengua, como, por ejemplo, el alto grado de isomorfismo que hay en los textos escritos u orales (especialmente en la lectura diacrónica) ya que pueden observarse las repeticiones de lexemas y estructuras sintácticas. También, permite observar cómo, además de las limitaciones gramaticales que presentan los textos, existen otras vinculadas a la cantidad de conceptos semánticos que un hablante puede manejar en un texto. Esto se hace observable en que la cantidad de categorías

hablantes, como en el caso del pronombre, el verbo, etc.

semántico-discursivas que un hablante construye en un texto es finita, mucho más de lo que podría presumirse.

Todos los textos orales y escritos tienen un número de categorías gramaticalizadas y que, en general, son de carácter obligatorio, independientemente del género discursivo (Bajtín, 1988) que se maneje.

Ellas son:

- **Hablante-Protagonista (H-P de aquí en más):** se corresponde con cualquier persona pronominal o cualquier referente nominal que tome el argumento del hablante. Los atributos¹⁸ de dichos pronombres o referentes, se ubican también dentro de la categoría hablante protagonista, incluso en el caso de ser un predicativo subjetivo obligatorio. Asimismo, Frases Preposicionales que refieren a partes del cuerpo o a la entidad del H-P (por ejemplo: *en mi cara, con mis pies*), así como a sus emociones, sentimientos, o similar (ejemplo: *lo llevo **en el corazón**; en la mirada, entre mis sueños*). Es importante aclarar que esta categoría no necesariamente aparece en la posición de sujeto gramatical o lógico de la emisión (Pardo, en prensa)
- **Nexo de Valor:** el nexo con el que el hablante actúa de alguna manera. Este nexo señala solo las acciones del H-P y no la de otros actores en el texto. El Nexos de Valor no necesariamente se corresponde con un verbo.
- **Actor/Actores:** cualquier persona pronominal o

¹⁸ Con atributo no me refiero solamente a los adjetivos, sino que pueden ser Frases preposicionales, de las llamadas en las gramáticas, modificadores indirectos, como: refiriéndose al H-P, por ejemplo, *José "de traje gris" vino a mí casa*; en el que "de traje gris" se ubicaría en la categoría H-P; o Frases preposicionales que aparecen en el predicado, pero que refieren al H-P, como: *José vino "con gorra"*, en el que "con gorra" se ubicaría en la categoría H-P, a menos que "con gorra" se constituya en una categoría semántico-discursiva de peso propio en el discurrir del texto.

referente nominal que toma los argumentos, generalmente, opuestos a los que sostiene el H-P. Como sucede con el H-P, los atributos de dichos pronombres o referentes, se ubican también dentro de la categoría Actor, incluso en el caso de ser un predicativo subjetivo obligatorio. Asimismo, Frases Preposicionales que refieren a partes del cuerpo o a la entidad del Actor, así como a sus emociones, sentimientos, o similar, si las hubiera, (Pardo, en prensa)

- *Nexo de Valor 2 o ss*: el nexo con el que el Actor/ Actores accionan,
- *Tiempo*;
- *Lugar*;

Tanto la categoría de *Tiempo* como la de *Lugar*¹⁹ responden a la orientación espacio-temporal necesaria y obligatoria de cualquier texto.

- *Operador pragmático*: suele aparecer en todos los textos y tiene distintas funciones, desde la de señalar cómo debe interpretarse una parte de la emisión, lade conectar distintas emisiones o sectores en la emisión o como recurso para interpelar o lograr la complicidad del oyente o lector-

A continuación, aplicaremos el MSDALT y nos enfocaremos, especialmente, en los Nexos de valor.

¹⁹ Para la categoría de Lugar, véase PARDO, (2015).

4. Análisis lingüístico

El capítulo II comienza con el artículo 5, en el que se construye un principio general referido a las personas en situación de calle:

“Principio general. La situación de calle y el riesgo a la situación de calle son estados de vulnerabilidad social extrema que implican una grave restricción para el ejercicio de los derechos consagrados en la Constitución Nacional y los Tratados Internacionales de Derechos Humanos.”

Este principio da pie al resto de los artículos que refieren a las obligaciones del Estado. La primera de esas obligaciones se encuentra en el artículo 6, que es el que analizaremos en primer lugar. El artículo No. 6 sostiene:

Artículo 6º.- Derecho a la dignidad personal e integridad física. Las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle tienen derecho a ser respetadas en su dignidad personal y en su integridad física. El Estado debe realizar acciones positivas tendientes a evitar y eliminar toda discriminación o estigmatización hacia las personas en situación de calle o en riesgo a la situación de calle, estableciendo a la vez condiciones que permitan el ejercicio de su autodeterminación y el libre desarrollo de la personalidad y de la subjetividad.

A continuación, aplicaremos el MSDALT al artículo 6.

Cuadro1. Aplicación del MSDALT al artículo 6

H-P/PSC	NV1	DERECHO	ACTOR/ES-TADO	NV2	ACCIONES POSTIVAS	TIEMPO
el [Las PSC y en RSC respetadas en su dignidad personal y en su integridad física]	tienen a ser	derecho				
hacia las PSC el ejercicio de su autodeterminación y el libre desarrollo de la personalidad y de la subjetividad			e2 [El estado	debe realizar tendientes a evitar y a eliminar estableciendo permitan	acciones positivas toda discriminación o estigmatización condiciones que	a la vez

Este artículo consta de dos emisiones²⁰. Las categorías gramaticalizadas son *H-P* que se realiza como *PSC*; *NV1* (las acciones del H-P); la categoría *Actor/ Estado* y su *NV2* (las acciones del Estado) y la categoría de *Tiempo*. Tenemos dos categorías semántico-discursivas: *Derecho* y *Acciones positivas*. En la emisión1, tenemos el *NV1* “tienen (derecho) a ser”; el verbo “tener” describe una posesión de la persona, en este caso un derecho. La construcción que le sigue “a ser”, busca especificar ese derecho, especificación que culmina su significado en “respetadas”. De este modo, el Nexo de Valor 1 manifiesta que, en el presente, las PSC “tienen” un derecho, pero que aún no se ha realizado, sino que esto se dará en un futuro, este matiz futuro está dado por la construcción de meta “a ser”. El infinitivo “ser” da lugar a que aparezca un participio pasado “respetadas” que concuerda en género y número con las PSC, dada su función adjetiva que actúa como un predicativo subjetivo. Podríamos considerar que

²⁰ Siguiendo el MSDALT, definimos emisión como la realización de un tema y un rema (PARDO, 2011).

el Nexo de Valor¹ es “tienen derecho a ser respetadas” y que es este mismo Nexo es el que da espacio a la argumentatividad (Lavandera, 1992), o grado de dinamismo comunicativo en términos de FIRBAS (1964, 1974, 1992) creando la necesidad de que esta emisión sea completada con otra, parafraseando: ‘dado que las PSC tienen derecho a ser respetadas, debemos hacer algo’.

Allí se inserta la emisión 2. La e2 comienza con un Actor/Estado, le sigue un NV2 con un verbo modal “debe” y el verbo principal “realizar”. El modal le da una fuerza ilocutiva al verbo principal, ya que, de este modo, se construye una acción imperativa. A esto le sigue una Frase Nominal en posición de objeto directo “acciones positivas”. Es importante aclarar que, según Gloria Poyatas Masa:

“las acciones positivas o afirmativas, son una estrategia temporal destinada a remover situaciones, prejuicios, comportamientos y prácticas culturales y sociales que impiden a un grupo social minusvalorado o discriminado (en función de la raza, sexo, situación física de minusvalía, etc.), alcanzar una situación real de igualdad de oportunidades. Tienen como objetivo alcanzar la igualdad sustancial. Tratan diferente a lo diferente como mecanismo para generar mayor igualdad.” (Poyatas Masa; 2017, p. 3).

La emisión sigue con un participio activo²¹ o, también llamado participio presente, “tendientes”. Este participio podría haber sido reemplazado por una proposición relativa: ‘acciones positivas que tiendan’. El uso del participio presente mitiga la fuerza de la acción. Asimismo, el significado del verbo ‘tender a’ significa ‘inclinarse hacia algo’ (Diccionario Panhispánico de dudas,

²¹ Este tipo de participios denotan la acción del verbo y, en general, son aquellos que terminan en ‘-nte’. Por ejemplo: ‘amante’, es el que ama. Los participios pasados o pasivos en general funcionan como calificadores de algo o alguien; por ejemplo: ‘las mujeres amadas’.

2005), lo que también tiene un tinte mitigador. A su vez, dicho participio rige una construcción de meta: “tendientes a evitar y a eliminar”; realizadas mediante unnexo subordinante y un término construido por dos infinitivos, por lo tanto, de aspecto presente. De este modo, se construye un NV2 con muchos componentes: “debe realizar tendientes a evitar y eliminar”. Sin duda, esta conformación evita el uso del subjuntivo, que se hubiese dado si se hubiese remplazado “tendientes” por una relativa, y trata de mantener las acciones desde el punto de vista aspectual en un presente con valor de futuro (dado por la construcción de meta)²². Aunque, por otro lado, como lo mencionamos, evita la posibilidad de tener un verbo conjugado en la relativa.

La pregunta que surge es por qué no se optó por una proposición más agentiva del tipo: ‘El Estado debe proponer acciones positivas que eviten y eliminen’.

La emisión 2 continua con aquello que hay que evitar y eliminar “la discriminación y estigmatización” que conforman la categoría semántico-discursiva *Acciones positivas*. Luego el texto se desplaza a la categoría gramaticalizada H-P, realizándose mediante los ítems lexicales “hacia las PSC”. Le sigue un NV2 que es un gerundio “estableciendo”, este le otorga durabilidad y un valor presente, reforzado por la categoría gramaticalizada de tiempo “a la vez”, que da el significado de simultaneidad, a una futura acción que será “permitan”. Se establecen así “condiciones”, un término muy general, de igual modo que las acciones positivas, que permitan “el ejercicio de su autodeterminación y el libre desarrollo de la personalidad y de la subjetividad”. Esta última frase, pertenece a la categoría H-P, en tanto refieren a características de las PSC. La elección de utilizar una nominalización “ejercicio”, en lugar de un infinitivo “ejercer”, mitiga la fuerza de la acción.

De este modo, en lo analizado hasta aquí, se observa una tendencia a la mitigación de las acciones del Estado. Hay dos

²² Esta suele ser una construcción de futuro de mucha frecuencia en el español: voy a jugar, deseo realizar.

paradigmas argumentativos (marcados en gris), uno construido con un H-P pasivo y dependiente de las acciones del Estado, y un Actor/Estado, que se constituye en el otro paradigma, cuyas acciones hacia el H-P están mitigadas.

El capítulo II, del que analizamos el artículo 6, contiene un total de 5 artículos. El artículo 7 utiliza términos semejantes al artículo 6: “El Estado debe realizar *acciones positivas*²³ para la tramitación gratuita de todos los documentos necesarios para acreditar la identidad personal”. También aparece una frase semejante en el capítulo III, artículo 11, inciso 2: “El desarrollo y la promoción de acciones positivas tendientes a evitar y erradicar todo acto de discriminación o de violencia física”. Es importante, también señalar que, en los Fundamentos, al final de la ley, aparece dos veces más, “la frase “acciones positivas”. Estas apariciones remarcan el carácter de acción afirmativa que tiene la ley²⁴.

En el capítulo III, encontramos los deberes del Estado. Nos centraremos en el artículo 11, inciso 3, que es uno de los que nombra, de modo más concreto, las obligaciones del Estado para con las PSC. Por lo que analizaremos ese artículo que, a continuación, detallamos:

Artículo 11° Deberes.- El Estado debe garantizar a las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle:

3. La remoción de los obstáculos que impiden la plena garantía y protección de sus derechos, así como el acceso igualitario a las oportunidades de desarrollo personal y comunitario, teniendo la obligación de implementar procedimientos que faciliten el acceso a los servicios públicos sin do-

²³ La cursiva es mía.

²⁴ Las acciones afirmativas son políticas públicas cuyo objetivo es compensar las condiciones que discriminan a ciertos grupos sociales del ejercicio de sus derechos. Se les conoce también como “acciones positivas”, “medidas positivas”, “discriminación en sentido inverso” y “discriminación positiva”. campusgenero.inmujeres.gob.mx/glosario/terminos/acciones-afirmativas

cumento de identidad si no fuese indispensable, la tramitación gratuita de todos los documentos que acrediten la identidad y la creación de una Referencia Administrativa Postal, mediante el otorgamiento de una casilla de correo en la sucursal del Correo Argentino más próxima al lugar donde habiten.

Cuadro 2. Aplicación del MSDALT al artículo 11, inciso 3

H-P/ESTADO	NV1	ACTOR/PSC Y RSC	OBSTÁCULOS Y PROCEDIMIENTOS	NV2	NV3
1[El Estado	debe garantizar	a las PSC y en RSC:			
	teniendo la obligación de implementar	la plena garantía y protección de sus derechos así como el acceso igualitario a las oportunidades de desarrollo personal y comunitario el acceso a los servicios públicos sin documento de identidad la tramitación gratuita de todos los documentos que	la remoción de los obstáculos que procedimientos que	impiden faciliten si no fuese indispensable, acrediten	

Este inciso tiene una emisión. En ella reconocemos cinco categorías gramaticalizadas (H-P/Estado; NV1; Actor/PSC-RSC; NV2 y NV3); y una semántico-discursiva (Obstáculos y procedimientos). La emisión inicia con la categoría H-P/Estado (“El Estado”), que no tienen ninguna otra realización. El NV1 inicia con una obligación que se manifiesta a través de un auxiliar y un verbo principal (un verbo de infinitivo que le otorga un matiz de presente a la obligación) “debe garantizar”. Siguiendo con este tipo de acciones positivas o afirmativas, como se las conoce, esta obligación actúa solo como un marco general de otras acciones que no están, en su mayoría, en este proyecto de ley. Luego apa-

rece el Actor beneficiario de estas acciones, las PSC y las que están en RSC. Después aparece la categoría semántico-discursiva (Obstáculos y procedimientos) que complementa el significado del NV1 (debe garantizar) “la remoción de los obstáculos que”. Esta se realiza mediante una nominalización deverbal “remoción” y un especificador “de los obstáculos”. La categoría que le sigue es el NV2, que alude a las acciones supuestas de esos obstáculos: “impiden” en Presente del Modo Indicativo. De este modo, se mitiga la acción de quien debe ‘remover’ (el Estado), en tanto son los obstáculos y no las personas quienes impiden la garantía de sus derechos. Una emisión alternativa podría haber sido: El Estado debe eliminar y remover las acciones de quienes impiden la plena garantía de sus derechos...

En cuanto a la categoría Actor/PSC-RSC, esta se realiza mediante una larga frase: “la plena garantía y protección de sus derechos, así como el acceso igualitario a las oportunidades de desarrollo personal y comunitario”. Esta describe las acciones, que son impedidas por ese agente nominalizado “los obstáculos”. Hay varias nominalizaciones que, nuevamente, mitigan el accionar del Estado. Una frase alternativa podría haber sido: ‘El Estado debe eliminar y remover las acciones de quienes impiden garantizar y proteger sus derechos, así como acceder a la oportunidad de desarrollarse personal y comunitariamente’. Esta forma alternativa troca las nominalizaciones por verbos principales del modal “debe”, que al estar en infinitivo le otorgan un valor de presente a dichas acciones.

A continuación, tenemos un NV1 “teniendo la obligación de implementar”. “Teniendo” es el gerundio del verbo ‘tener’, este otorga un aspecto durativo a la acción, “la obligación” es un complemento (objeto directo en la gramática tradicional) al que le sigue otro complemento de meta con infinitivo “de implementar”. El gerundio permite, como cualquier verboide, tener los complementos propios de un verbo. Todas estas son formas mitigadas que contrastan paradigmáticamente con la siguiente posible

emisión: ‘Además, el Estado debe implementar...’. “Teniendo la obligación de implementar” si bien le otorga ese aspecto durativo a la acción es una forma de crear un deber que queda imbuido en la nominalización “obligación”, tanto el gerundio como la nominalización modalizan a la verdadera acción que es “implementar”.

A continuación, tenemos el objeto de lo que se debe “implementar”: “procedimientos”, a lo que le sigue “que faciliten”. Esta estructura es bastante similar a la anterior: “la remoción de los obstáculos que impiden”. De este modo, tenemos dos estructuras con una nominalización, en el primer caso “los obstáculos”, en el segundo “procedimientos”, seguidos de “que impiden” y “que faciliten” (ambos en Presente de Subjuntivo) respectivamente; por lo que el análisis es semejante. La *consecutio temporum* obliga al uso del Subjuntivo en estas emisiones.

Luego, nos encontramos con otra nominalización de verbal “el acceso” y sigue “a los servicios públicos sin documento de identidad”. La nominalización (“el acceso”) debilita la fuerza del verbo (“faciliten”). La emisión podría haber sido: ‘...que faciliten acceder a los servicios públicos...’.

Después, continua “si no fuese indispensable”, “fuese” está en Pretérito Imperfecto del Subjuntivo, otorgando un aspecto de posibilidad a la frase, posibilidad que se da solo en caso de no ser estrictamente necesaria la posesión del documento de identidad. Esto abre la puerta al hecho de contar con “la tramitación gratuita de todos los documentos que acrediten la identidad”. Nuevamente, nos encontramos con una nominalización de verbal “tramitación”, que debilita la fuerza de la acción; del mismo modo que sucede con “la creación”. Le sigue el complemento “de una Referencia Administrativa Postal”, y luego una frase que tomaremos como un NV2: “mediante el otorgamiento”.

Esta decisión se basa en que “mediante” es una preposición, que conjuntamente con la nominalización de verbal “otorgamiento”, actúa como un complemento de instrumento, que completa

el significado de “la creación”. “La creación” se alcanza “mitigando”, solo que en lugar del gerundio se utiliza esta nominalización. ‘Otorgamiento’ es un sustantivo masculino, que dado que termina en el sufijo “miento”, implica una acción y un efecto, en este caso, la acción y el efecto de otorgar. Estas construcciones de complemento circunstancial, además, están al servicio de delimitar el tiempo y el aspecto de los ‘verbos’. También puede considerarse, obviamente, que esto es lo que Pottier (1992, 1993) denomina Aktionsart. En lo que al MSDALT refiere este complemento debería considerarse parte del NV2.

Finalmente, este “otorgamiento” refiere a una casilla de correo en la sucursal del Correo Argentino más próxima al lugar donde habiten” Este “habiten” es el único verbo que refiere al Actor, supuestamente beneficiario de estas medidas, las PSC y RSC, en Presente de Subjuntivo, ya que el lugar de residencia de estas personas es incierto.

5. Conclusiones

En la presente investigación se analizó la ley *Situación de calle y familias sin techo* mediante el MSDALT, que permitió dar cuenta de las categorías gramaticalizadas y semánticas discursivas presentes en dicha ley, así como de sus Nexos de Valor. En el primer ejemplo, se observan las categorías gramaticalizadas de H-P (PSC), NV1, Actor (Estado), NV2 y Tiempo y dos categorías semántico-discursivas: Derecho y Acciones positivas. En el segundo ejemplo, se observa un cambio en cuanto a quién es el H-P, ahora el Estado y las PSC y en RSC aparecen como Actores y una sola categoría semántico-discursiva: Obstáculos y procedimientos.

Este cambio en el H-P se debe a que en el primer ejemplo las PSC y en RSC son el eje de los derechos que el Estado debe cumplir y, en el segundo ejemplo, el proyecto da cuenta de algunas de esas obligaciones que el Estado tiene para con estas per-

sonas. Sin embargo, en ambos casos, los dos ejemplos muestran a las PSC y en RSC como actores pacientes, beneficiarios con ninguna agentividad, y curiosamente el Estado también muestra esta característica.

Por su parte, las categorías semántico-discursivas en el primer caso, delinear el sentido de la ley: constituir derechos (Derecho) mediante una acción afirmativa o acuerdo marco (acciones positivas). En el segundo ejemplo, en cambio, las categorías semántico-discursivas dan cuenta de los impedimentos (Obstáculos y procedimientos) que puede tener el cumplimiento de los derechos que le corresponde a las PSC y en RSC.

También se realizó un análisis detallado de todos los NVx de los ejemplos bajo análisis. Si bien se trata de la ley que actúa como un marco o como una acción afirmativa, las elecciones verbales elegidas para construir las obligaciones del Estado se encuentran demasiado mitigadas. El uso de nominalizaciones deverbales, de construcciones con verboides y del Modo Subjuntivo pueden sustituirse por otras formas lingüísticas que se encuentran en el paradigma de la lengua.

Es común escuchar que el género legal conlleva determinados usos. Para quienes nos ocupamos del discurso, sabemos que el género y lo que decimos dentro de esos géneros, se construyen a partir de prácticas que quienes ejercen la justicia llevan adelante en su vida cotidiana. Es por eso que un cambio en el uso de la lengua en la construcción de las leyes, requeriría un cambio también en las prácticas con la que se ejerce la justicia y viceversa.

Creemos que es importante notar que el modo en que un/os actor/es se expresa/n (sea cual sea su rol social) devela el modo en que entiende/n y lleva/n a cabo, en este caso, su profesión. Es por esta razón, que es fundamental reflexionar, en el caso de esta ley, el por qué las acciones del Estado se encuentran tan mitigadas y por qué las PSC o en RSC no muestran ningún tipo de agentividad. Sin duda, esto deja en evidencia, que hay una mira-

da, en la ley, acerca de estas personas como carentes no solo de necesidades prioritarias de cualquier ser humano, sino también de una capacidad de exigencia frente a las obligaciones del Estado, colocándoselas solo como beneficiarias pasivas de acciones que se presentan débiles y laxas.

Un aporte para esta ley y para futuras leyes es no solo cambiar el modo en que se construye discursivamente la ley, sino la mirada (y, por lo tanto, las prácticas sociales) de quienes las elaboran.

Referencias

BARROS, S. Y D. DE JESUS. 2021. *What is Critical in Language Studies? Disclosing Social Inequalities and Injustice*, 2021, Abingdon, Oxon: Routledge.

BUFARINI, M. (2020). Percibir y resistir los estigmas. Un estudio sobre la cotidianidad de personas en situación de calle. *Kamchatka. Revista de análisis cultural* 16, diciembre 2020, 215-230.

FIRBAS, J. (1964). On defining the theme in Functional Sentence Analysis, en *Travaux Linguistiques de Prague* 1, pp. 267-280.

FIRBAS, J. (1974). Some aspects of the Czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective, en: Danes, F. ed. (1974). *Papers on functional sentence perspective. Academia*. Prague: Publishing house of the Czechoslovak Academy of Sciences.

FIRBAS, J. (1992). *Functional sentence perspective in written and spoken communication*. Cambridge: Cambridge University press.

GARCÍA DA SILVA, D. E. 2007. Critical Discourse Analysis and the functional bases of language. En L. Barbara y T. B. Sardinha (eds.). *Proceedings of the 33rd International Systemic Functional Congress*, pp. 932-949. São Paulo: PUCSP.

LAVANDERA, B. 1992. Argumentatividad y discurso. *Voz y Letra. Revista de Filología*, vol 3, No. 1; pp. 3-18

MONTECINO, L. 2010. *Discurso, pobreza y exclusión en América Lati-*

na. Santiago: Cuarto Propio.

OTEIZA, T. y PINUER, C. 2019. El sistema de valoración como herramienta teórico-metodológica para el estudio social e ideológico del discurso. *Revista Logos*, 28(2): 207-229. Accesible en: <https://revistas.userena.cl/index.php/logos/issue/view/120>

OTEIZA, T. y C. ARANCIBIA. (en prensa). Cultural Discourse Studies and Critical Discourse Studies in Latin America, in: Shi-xu (ed). *Handbook of Cultural Discourse Studies*. Routledge.

PALLARES, G. 2012. Derecho a la ciudad: personas sin hogar en la ciudad de Buenos Aires, en: T. Bolívar y J. E. Espinosa. (comp). 2012. *Dimensiones del hábitat popular latinoamericano*. Quito, Ecuador: FLACSO-CLACSO.

PALLARES, G. y C. HIDALGO. 2018. Conceptualización y medición de la situación de calle en la Ciudad de Buenos Aires. *Revista Cuestión Urbana* 2 (3): 59-75

PARDO ABRIL, N. G. 2007. *Cómo hacer Análisis Crítico del Discurso. Una perspectiva Latinoamericana*. Santiago: Frasis.

PARDO, M.L. (2008). Primera aproximación a una Metodología para la investigación lingüística del discurso, en: Pardo, M.L. 2008. *El discurso de la pobreza en América Latina*. Santiago de Chile: Frasis, pp. 57-79.

PARDO, M.L. (2011). *Teoría y metodología de la investigación Lingüística. Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites.

PARDO, M.L. (2015). La categoría de Lugar: de la gramática al discurso. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 16 (1), 2015, pp. 36-47. Brasilia, Brasil. ISSN 0104-9712.

PARDO, M.L. (en prensa). 2da edición corregida y aumentada. *Teoría y metodología de la investigación Lingüística. Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Astrea.

PARDO, M. L. Y N. LORENZO-DUS. (2010). The Falklands/Malvinas 25 Years on: A Comparative Analysis of Constructions of Heroism on Argentinean and British Television, en: Pardo, M.L. (guest editor) Special Issue. *Critical and Cultural Discourse Analysis from a Latin Ame-*

rican perspective. *Journal of Multicultural Discourses*. Editor: Shi-xu. United Kingdom: Routledge.

PARDO, M.L. & M. SOICH. 2021. What does 'critical' in Latin America mean? An overview of the Critical Discourse Studies in our region, en: Barros, S. y D. de Jesus. 2021. *What is Critical in Language Studies? Disclosing Social Inequalities and Injustice*, 2021, Abingdon, Oxon: Routledge, Ch. 6, Part. III.

PRENDERGAST, M. Witnessing in the echo chamber: From counter-discourses in print media to counter-memories of Argentina's state terrorism. *Memory Studies*, Dec. 2018: 1- 22.

POTTIER, B. 1992. *Teoría y análisis en Lingüística*. Madrid: Gredos.

POTTIER, B. 1993. *Semántica general*. Madrid: Gredos.

POYATAS MASA, G. (2017). Acciones positivas, el antídoto frente a las desigualdades. *Revista CEF*, 2017, nº416, pp. 1-7

RAITER, A. (2001). *Representaciones sociales*. Buenos Aires: EUDEBA

RESENDE, V. 2018. Decolonizing critical discourse studies: for a Latin American perspective. *Critical Discourse Studies*, June 2018, DOI: 10.1080/17405904.2018.1490654

RESENDE, V. y M. MARCHESE. 2011. "São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres": análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista Cais – o método sincrónico-diacrónico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 12, 2: 150-178.

SANTOS, G. 2017. A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil - um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). *Tese (Doutorado em Linguística)*. Universidade de Brasília, Brasília.

Fuentes

Diccionario Panhispánico de dudas. 2005. Diccionario panhispánico de dudas | RAE.

5. A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

Alexcina Oliveira Cirne

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
alexcina.cirne@unicap.br

Solange Maria de Barros

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
solmarbarros@gmail.com

1. Introdução

Neste capítulo defendemos que a leitura crítica é uma configuração do exercício da cidadania (Cf. Efken; Cunha, 2016; Efken; Cirne, 2017) e que ela pode ser estimulada em sala de aula com a integração do arcabouço teórico e instrumentais analíticos da Análise Crítica do Discurso. Conforme asseveram Silva e Dering (2020, p. 76), a “leitura é uma das ferramentas utilizadas na formação e promoção de leitores críticos, e quando se tem leitores críticos, eles, por si só, são capazes de adquirir informações de forma autônoma”.

Decidimos aprofundar tal proposta (Efken; Cunha, 2016; Efken; Cirne, 2017) vinculando as características da Análise Crítica do Discurso, textualmente orientada, às reflexões em torno das características da leitura crítica e da formação do leitor crítico. Entendemos que a ACD pode dar uma contribuição potencial aos elementos formativos de uma leitura crítica, e que a inserção dela no processo de formação do leitor crítico possibilita identificar relações de poder que se reproduzem/reestruturam “ou desafiam as hegemonias existentes” (Fairclough, 2008, p. 131), além de encorajar posicionamentos comprometidos, e conscientes, dentro das estruturas sociais nas quais o cidadão/leitor está

inserido.

Esses posicionamentos demandam uma clareza de funcionamento do mercado linguístico na constituição de eventos discursivos que impregnam todas as interações e que não são a-históricas. Ou seja, é necessário compreender as performances linguísticas (Bourdieu, 1983; Cirne; Efken, 2019; Cirne; Barros; Efken, 2022). Com acréscimos para esta compreensão do não a-histórico mercado linguístico, inserimos a afirmação de Loyal (2017, p. 24, tradução nossa) quando ele frisa que os agentes inseridos em determinados contextos sociais “compartilharão disposições semelhantes; eles tenderão a pensar, agir e julgar o mundo social de maneiras semelhantes, adquirem [...] um senso prático semelhante de situações sociais [...]”¹.

Isso porque “o que circula no mercado linguístico não é a ‘linguagem’ como tal, mas sim discursos estilisticamente marcados [...] em sua produção [...]”² (Bourdieu, 2010, p. 39, tradução nossa). Percebemos que essa necessidade de compreender os discursos estilisticamente marcados em sua produção não passa despercebida na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) de Língua Portuguesa (Brasil, 2018, p. 67): “o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem”. Essa concepção de formação de leitor crítico mencionada, compreendemos que está em consonância com a proposta faircloughiana, relacional-dialética, da Análise Crítica do Discurso, na qual afirma que a análise do discurso não é meramente a análise linguística de textos. Segundo Fairclough, a ACD ‘oscila’ entre um foco de textos específicos e um foco do que ele chama de ‘ordem do discurso, “a estruturação social relativamente durável da linguagem”² (Fairclough,

¹ “[...] will share similar dispositions; they will tend to think, act and judge the social world in similar ways, as well as acquiring a similar practical sense of social situations [...]” (Loyal, 2017, p. 24, tradução nossa).

² “the relatively durable social structuring of language”.

2003, p. 3, tradução nossa).

Nesta discussão, precisamos destacar que “trocas linguísticas – são também relações de poder simbólico em que as relações de poder entre os falantes ou seus respectivos grupos são atualizadas” (Bourdieu, 2010, p. 37, tradução nossa). Para discutirmos a temática aqui pontuada, dividimos o capítulo em duas seções: na primeira, há reflexões sobre o leitor crítico e a Análise Crítica do Discurso, e na segunda parte, constam as abordagens sobre a Análise Crítica do Discurso, letramento social e leitor crítico.

2. O leitor crítico e Análise Crítica do Discurso: um entremear desejável

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) em Língua Portuguesa (1997, p. 21) afirmavam que “a razão de ser das propostas de leitura [...] é a compreensão ativa não a decodificação e o silêncio”. A compreensão ativa, assim percebemos, deve ir além da habilidade de decodificação ou a hábil classificação morfológica das palavras, porém ela deve invadir e se imbricar com a experiência do social sendo capaz de proporcionar ao leitor recursos para sua atuação no “mundo da vida” (Cf. Habermas, 2012). A formação do leitor competente é assim definida nos PCN's (1997, p. 41):

[...] formar um leitor competente supõe formar alguém que compreende o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos, que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

Os PCN's já traziam essa colocação de aprender a “ler o que

também não está escrito”. E, agora, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) segue essa ideia e estabelece com mais clareza as competências necessárias a serem desenvolvidas pelo leitor crítico. No componente de Língua Portuguesa da BNCC, encontramos que a proposta “assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção”. O documento ainda pontua que o trabalho em sala de aula deve focar no “desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses” (Brasil, 2018, p. 67). Destacamos ainda que a BNCC estabelece que:

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas (BRASIL, 2018, p. 67).

Essa dinâmica se aproxima das características de uma leitura mais participativa surgida a partir da década de 90 (Kleiman, 2004; Pahl; Rowsell, 2005). Nesse processo, de formação do leitor crítico, está imbricado uma sequência de habilidades complexas que são assim descritas: “compreender o texto; ler para além do texto; estabelecer relações entre leituras anteriores e o atual; saber dos múltiplos sentidos do texto; justificar e validar sua leitura no contexto de um evento discursivo” (Efken; Cunha, 2016, p. 52). Compreendemos que o processo de formação do leitor crítico pode se beneficiar das práticas de análise textualmente orientadas e defendidas pela Análise Crítica do Discurso, sobre-

tudo, a faircloughiana.

Assimilar esse ponto de vista também nos aproxima de uma perspectiva bourdieusiana que alerta para a necessidade de não privilegiar a estrutura dos signos “em detrimento de suas *funções práticas* [...]” (Bourdieu, 1983, p. 52). As práticas discursivas são práticas sociais que contêm inúmeros recursos de atuação de poder simbólico (Cf. Bourdieu, 2007, 1996; Fairclough, 2003). Determinadas práticas discursivas podem se apresentar como inofensivas, todavia podem reproduzir ideologias que reforçam uma ação abusiva que pode ser reproduzida na vida cotidiana. (Van Dijk, 2010; 2021).

A existência de diversas cargas opressivas linguisticamente constituídas coopera para estabelecer um processo de naturalização que mantém à margem todo um grupo de excluídos socialmente sem que as vítimas percebam a ação desse poder abusivo. (Wodak; Reisigl, 2000; Silva; Pardo, 2015). Por isso, entendemos como valiosa e sintonizada com as intenções da ACD, o componente de Língua Portuguesa presente na BNCC que objetiva proporcionar aos estudantes “experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.” (Brasil, 2018, p. 67, 68).

Dessa forma, desenvolver a capacidade perceptiva, advinda de uma leitura crítica, coopera para “aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas sobre as outras”³ (Fairclough, 1989, p. 1, tradução nossa). A capacidade de refletir criticamente sobre o mundo pode ser potencializada no leitor quando em diálogo com os pressupostos dos estudos sobre o discurso, tecendo suas habilidades de fazer interrogações, de identificar recursos persuasivos, argumentativos e etc. Essas questões se coadunam e se interligam com

³ “to help increase consciousness of how language contributes to the domination of some people by others”.

o estudo sobre o discurso que situa o leitor em uma cadeia de interesses, perspectivas de mundo e o incluiu na dinâmica de constituição de mundo que se materializa nos discursos através de uma relação dialética:

Os diferentes discursos são diferentes perspectivas sobre o mundo, e estão associados às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, o que, por sua vez, depende das suas posições no mundo, das suas identidades sociais e pessoais, e das relações sociais em que estão com outras pessoas. Os discursos não apenas representam o mundo como é (ou melhor, é visto como sendo), eles também são projeções, imaginários, que representam mundos possíveis que são diferentes do mundo real, e ligados a projetos para mudar o mundo em direções específicas⁴ (Fairclough, 2003, p. 124, tradução nossa).

Nesse sentido, optamos por vincular a proposta emancipatória da Análise Crítica do Discurso textualmente orientada com a configuração da leitura crítica como sendo esta última o próprio exercício da cidadania e não um *medium* para tal fim (Cf. Efken; Cunha; 2016; Cirne; Efken, 2017). Ela mesma é a cidadania em atuação, pois é “na multiplicidade de olhares interpretativos — fruto das diversas vivências” e dos “diferentes modos de ler” que “o leitor tem vida e dá vida e sentidos ao lido” (Efken; Cunha, 2016, p. 53, 54). Dar sentidos ao lido, atravessado por um suporte analítico e teórico da ACD, pode contribuir para que os textos sejam ‘descortinados’ pelo leitor uma vez que eles “se encarregam

⁴ “Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people. Discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they are also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world, and tied in to projects to change the world in particular directions”.

de mostrar o mundo que se materializa neles”⁵ (Bolivar, 2007, p. 35, tradução nossa). Esse movimento de descortinamento das práticas discursivas através da leitura crítica é indispensável, pois o discurso, como unidade de análise,

[..] supõe a intenção de usar e interpretar mensagens, diferentes tipos de contextos, conhecimentos prévios, consciências, valores, princípios, crenças e, claro, as formas linguísticas específicas que são postas em prática para abarcar todos esses fatores⁶ (Linares, 2007, p. 147, tradução nossa).

Fairclough (2003, p. 9) deixa claro a grande preocupação da análise do discurso em relação aos efeitos ideológicos dos textos, pois esses efeitos podem “inculcar e sustentar ou mudar ideologias”⁷. Compreendemos que esses efeitos ideológicos dos textos podem ser identificados se o leitor tiver desenvolvido sua competência crítica: ler o “que não está escrito”, e “justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos”.

Conforme assevera Fairclough (2008, p. 230), a ACD “é crítica, primeiramente, no sentido de que busca discernir conexões entre a língua e outros elementos da vida social que estão normalmente encobertos”. Devido a essa criticidade inerente à proposta, a ACD tem uma agenda de atividades que não se desvincula das preocupações com as questões sociais como gênero, raça, discriminação, mídia, problemas governamentais e etc (Cf. Van Dijk, 2010, p. 116; Cf. Cirne; Efken, 2021) que se manifestam nos diversos tipos de discursos. Então, é preciso dar uma atenção especial ao texto, sobretudo, a partir do lócus do aluno, da sua realidade, dos eventos discursivos em que está constantemente inserido, pois “a análise discursiva crítica sustenta-se como aparato para

⁵ “los textos mismos se encargan de mostrar el , mundo que se materializa en ellos”.

⁶ “supone intención de uso interpretación de mensajes, diferentes tipos de contextos, conocimiento previo, conciencia, valores, principios, creencias y, por supuesto, las formas lingüísticas concretas que se ponen em práctica para englobar todos esos factores”.

⁷ “the effects of texts in inculcating and sustaining or changing ideologies”.

a explanação de problemas sociais particulares” (Resende, 2017, p. 12).

Nessa atmosfera conceitual da importância do *lócus* nas práticas de leitura dos discursos relacionados com os adventos sociais, conforme afirma Emediato (2022, p. 29), o “discurso é inseparável de uma atividade social; manifesta-se na forma de enunciados dependentes das circunstâncias da enunciação (dispositivo, tempo, espaço, finalidade, identidade dos sujeitos, tema, problematização) [...]”

A ACD faircloughiana se adapta bem a essa aplicação e proposta, pois “constitui um modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas da vida social” (Resende; Raimalho, 2006, p. 11; Harvey, 1992; Resende, 2017). Esses esforços analíticos persistentes na ACD revelam, como afirma Barros (2015, p. 111), que ela “tem procurado expandir seu modelo de análise, na relação entre os níveis textual e social”. Essa construção crítica é individual e coletiva e subsidiada pelas instruções analíticas da Análise Crítica do Discurso que prestigia a retomada reflexiva da própria história de vida e torna significativos os desafios das sociedades contemporâneas, as pluralidades do mundo moderno que se apresentam para o aluno, bem como para o professor. Destacamos a atuação em solidariedade reflexiva (incluindo aluno e professor) na busca pelos sentidos da linguagem, e que estimule, de fato, o pensamento crítico e incentive reflexões críticas que respeitem a diversidade de pensar, agir, ver, sentir, identificar, representar e viver o/no mundo (Cirne; Efken, 2017; Efken; Cunha, 2016; Barros, 2010, 2020).

Tal perspectiva que defendemos se coaduna com uma análise do discurso crítica considerada eficaz, pois “possibilita ao/à analista explorar a materialização discursiva de problemas sociais, em termos dos efeitos dos aspectos discursivos em práticas sociais contextualizadas e vice-versa” (Magalhães; Martins; Resende, 2017, p. 63). A articulação da formação do leitor crítico com a ACD percorre um caminho que habilita, conscientiza

e familiariza o leitor⁸ com o manusear dos textos sob uma ótica de uma prática social – que condensa e tensiona uma série de interesses e que é um dos elementos nucleares da dinâmica das lutas por espaços hegemônicos –, que pode produzir maior motivação quanto às experiências com a leitura, pois todo o texto (escrito e/ou falado) revela uma trajetória intertextual de grande riqueza informativa, elucidativa de campos particulares da atividade humana (Baron, 2020; Jenny, 1979; Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003).

Nesse sentido, a formação do leitor crítico, potencializada pelo uso dos instrumentais analíticos disponibilizados pela Análise Crítica do Discurso textualmente orientada, pode capacitar-se leitor a explicar alguns sistemas de opções semânticas, além de avaliar/questionar/perceber características de determinadas práticas discursivas, adotar posições e assumir papéis em suas interações sociais. Em suma, é possível perceber que “fazemos escolhas lexicais de acordo com os sentidos que pretendemos veicular” (Oliveira, 2013, p. 19). Para ressaltar o tratamento das práticas críticas leitoras que podem ser mobilizadas pela dinâmica proposta da Análise Crítica do Discurso textualmente orientada e as reflexões que ela pode provocar, trazemos as considerações de Resende (2017, p. 33):

Assim como todo texto necessariamente materializa gêneros, discursos e estilos, a realização de textos só é possível por meio de suportes (revistas, jornais, programas de televisão, *sites*, conversas etc.) que os materializam, que funcionam como o *lócus* de realização de gêneros em textos.

Nessa perspectiva, há um farto suporte materializado à disposição dos leitores e analistas críticos do discurso. Esse desenho funcional se aproxima da proposta da BNCC, sobretudo seu Eixo leitura, quando destaca a importância do desenvolvimento

⁸ “[...] a leitura é uma herança maior que qualquer diploma” (Cagliari, 1997, p. 148).

do pensamento crítico, da reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana. Entendemos que as atividades de ensino e aprendizagem devem focar a “importância da boa convivência entre professor e aluno, conduzida pela humildade e diálogo em constante interação com os aspectos cognitivos e afetivos” (Barros, 2015, p. 163).

A abertura dialógica guiada pelo docente é uma atitude que legitima a proposta da Análise Crítica do Discurso, afastando-se de uma percepção de que o aluno está “propenso a absorver, tábua rasa a ser preenchida” (Martins, 2010, p. 81). Interessa-nos destacar que essa prática dialógica se alinha às “práticas mais democráticas, cidadãs e emancipadoras” (Barros, 2015, p. 165). Essa prática de uma leitura crítica, interacional e inclusiva “[...] não apenas constitui uma estratégia que dá suporte às atividades em sala de aula — ela é a própria cidadania em exercício”, conforme afirmam Efken e Cunha (2016, p. 60). O diálogo produtivo e formativo da ACD com a leitura crítica está embebido em uma proposta que permite a retomada reflexiva da própria história de vida, “situando-se como sujeitos autônomos e livres em uma prática dialógica sem constrangimentos e coerções, mas baseada no respeito à vivência e ao olhar do outro, enquanto alteridade radical, sobre o mundo” (Efken; Cunha, 2016, p. 60).

Além disso, valorizar as contribuições dos alunos pode causar um efeito mais produtivo nessas descobertas⁹ e aumentar sua participação e engajamento no processo de exploração de diversos discursos (Cf. Barros, 2010; Mattos; Barros, 2013). Dessa forma, discutir com o alunado que o texto (escrito ou falado) faz parte de um discurso socialmente estruturado, que é, em última análise, ideológico, e que pode afetar diretamente a configuração de sua/nossa vida ou de sua/nossa forma de ver o mundo, pode

⁹ A prática da leitura “se prolonga e aprofunda ao longo da vida do sujeito”. (Sim-Sim; Duarte; Ferraz, 1997, p. 27).

ser um passo inicial no processo de sedução pela descoberta.

Essas questões apontadas podem ser potencializadas através dessa matriz reflexiva, crítica e analítica da ACD textualmente orientada, como, por exemplo, o modelo bidimensional de Norman Fairclough (2003). Nessa proposta, há uma maior aproximação com as teorias sociais e, segundo Ormundo e Wetter (2013, p. 53), ela apresenta “uma reformulação do quadro tridimensional [...], porque o autor propõe que se investigue o texto naquilo que ele tem de interno e externo”. Afirmamos essa que podemos referenciar com a do próprio Norman Fairclough (2003, p. 2-3, tradução nossa), em sua obra *Analysing Discourse: textual analysis for social research*, no sentido de buscar “uma análise linguística mais detalhada de textos” que é parte de um “projeto mais amplo para desenvolver a análise crítica do discurso como um recurso para análise social e pesquisa”¹⁰.

O foco analítico da bidimensionalidade é desenhado por Fairclough (2003) com dois momentos: a) análise das relações externas dos textos e b) a análise das relações internas do texto. Ele (2003, p. 36, tradução nossa) os define da seguinte forma: “a análise das relações “externas” dos textos é uma análise de suas relações com outros elementos de eventos sociais e, mais abstratamente, práticas sociais e estruturas sociais”¹¹, e, para a análise interna dos textos, ele usa a terminologia clássica: relações sintagmáticas (relações entre elementos que estão realmente presentes em um texto) e relações paradigmáticas (“as relações entre o que está realmente presente e o que poderia estar presente, mas não está - “ausências significativas””)¹² (Fairclough, 2003, p. 37, tradução nossa).

O que se busca é lançar as sementes de que um discurso,

¹⁰ “part of a broader project of developing critical discourse analysis as a resource for social analysis and research”.

¹¹ “Analysis of the ‘external’ relations of texts is analysis of their relations with other elements of social events and, more abstractly, social practices and social structures.”

¹² “and they draw attention to relations between what is actually present and what might have been present but is not – ‘significant absences’”.

materializado nos textos, não é desintencionado e que em sua confecção há fortes aspectos ideológicos envolvidos e que naquela prática discursiva está sendo reivindicada uma forma 'legítima' de ver o mundo. Certamente, dispor de alguns elementos analíticos (teóricos e categoriais) contribui para avaliações mais seguras e menos pueris, pois buscam inserir um olhar cultural, histórico e político na compreensão das práticas discursivas. Toda essa proposta está envolta em uma rede de análise textual e teoria social que se preocupa em discernir as regras "ocultas", não ditas, ou não evidentes, que ali estão orientando interesses específicos, ideologias e tomada de decisão.

Ao oportunizar que múltiplos tipos de discursos sejam analisados, afinal todos nós estamos em contato com diversos campos sociais¹³, alguns com mais frequência e intensidade do que outros, possibilita continuamente diálogos diversos, e isso está inserido em uma agenda da cidadania.

Nesse caso, um domínio ou uma pauta introdutória de como os textos podem ser analisados é importante, pois cada um de nós "mais cedo ou mais tarde, se depara com textos, ou signos de várias naturezas (não necessariamente linguísticos), que requerem leitura para sua correta interpretação" (Santander, 2011, p. 207, 208). Essas possibilidades efetivas para esse "deparar com os textos" e acessá-los, situá-los, e ler criticamente através do uso de instrumentais analíticos estratégicos da ACD (teorias e categorias), possibilitam uma potencial interpretação dos textos, ou signos, de várias naturezas dos textos, sejam escritos, orais, visuais, multimodais e multissemióticos.

¹³ Citamos aqui uma pesquisa de Marlangeon (2018, p. 741, tradução nossa), intitulada Des-cortesía

3. A Análise Crítica do Discurso, letramento social e leitor crítico

A formação de um leitor crítico é um processo longo, pontual e requer o uso de diversos recursos que demandam não apenas as habilidades de decodificação, nem as habilidades integrativas dos meios digitais, embora ambas sejam imprescindíveis. As interações ocorridas nos eventos discursivos nos desafiam permanentemente para uma compreensão do que está acontecendo e como devemos, ou podemos, “fluir” em cada ‘cena’ ou ‘janela’ discursiva que integramos. Essas interações acoplam um repertório fluído social e que é configurado a partir dos referenciais culturais e históricos que costuram nossas práticas discursivas que se revelam nos textos.

Devido a isso, o isolamento das análises textuais restritas ao mundo verbal não se conecta à complexidade requerida para um leitor competente e crítico integrar/compreender o “mundo dos textos” (Fairclough, 2003). Esse mundo dos textos é como retalhos do passado e do presente e fornece suporte, entre outras coisas, para as materializações ideológicas. É compreensível a preocupação da ACD em apurar/refinar as análises de textos através de um investimento no diálogo transdisciplinar que localiza os textos “como elementos em processos sociais”¹⁴ (Fairclough, 2003, p. 6, tradução nossa). Os eventos sociais são repercussões de um arcabouço de crenças, valores, atitudes, conhecimento, entre outros, que podem ser alterados e produzir mudanças sociais que refletirão nos textos.

No ‘mundo do texto’, expressão usada por Fairclough (2003), há uma articulação entre a relação externa e interna dos textos. Os textos são elementos de eventos sociais nos quais estamos também preocupados com a construção de seus significados. Essa concepção de Norman Fairclough insere para o centro das análises e compreensão do discurso, a questão do entorno so-

¹⁴ “analyse texts as elements in social processes”.

cial, do contexto, inferindo que é necessário “olhar de perto o que acontece quando as pessoas falam ou escrevem”¹⁵ (Fairclough, 2003, p. 3, tradução nossa).

A primeira dimensão é focada na relação do texto (escrito/falado) com outros elementos da vida social. É inserido aqui as preocupações intertextuais, as “relações entre um texto e outros textos (‘externos’), como elementos de outros textos são incorporados ‘intertextualmente’ [...]”¹⁶ (Fairclough, 2003, p. 36, tradução nossa). Pela prática da intertextualidade, Fairclough (2003, p. 36, tradução nossa) sugere que podemos perceber “como outros textos são aludidos, assumidos, dialogados e assim por diante”¹⁷. Essa capacidade refinada, atenta e analítica demanda uma formação que compreende que as interações estão sempre colocadas em uma forma de ver um mundo. Nas palavras de Bourdieu, (2007, p. 10) seriam um “produto coletivo e coletivamente apropriado”.

A segunda dimensão, a relação interna, inclui a análise de relações semânticas – que o autor problematiza diversas vezes –, relações gramaticais, vocabulário e relações fonológicas. Essa dimensão demanda, também, um refinamento, pois, para a compreensão dessa internalidade, não se deve pressupor um isolamento dessas categorias. Percebemos, na proposta Fairclough (2003), que essa internalidade é manifestada em seus aspectos culturais, valorativos e axiológicos (Cf. Cirne; Efken, 2021; Cirne; Barros; Efken, 2022).

Essa proposta afasta o risco de uma frágil análise, pois, ao imbricar a análise textual com outros elementos da vida social e com as relações semânticas, relações gramaticais, vocabulário e relações fonológicas, viabiliza, bem como pormenoriza, a produção de uma crítica valiosa, robusta e contextualizada. Essa

¹⁵ “nenhuma compreensão real dos efeitos sociais do discurso é possível sem olhar de perto o que acontece quando as pessoas falam ou escrevem.”

¹⁶ “relations between a text and other (‘external’) texts, how elements of other texts are ‘intertextually’ incorporated”.

¹⁷ “how other texts are alluded to, assumed, dialogued with, and so forth”.

configuração analítica, o próprio Fairclough (2003, p. 6, tradução nossa) classifica como um “tipo de análise detalhada de texto”¹⁸ que se pretende “uma forma de análise social “qualitativa””¹⁹.

Fairclough (2003, p. 12, tradução nossa), por exemplo, relata uma conversa entre um cliente e um garçom para mostrar que, nessa produção de significado, “os agentes sociais fazem ou ‘texturizam’ textos estabelecendo relações entre seus elementos”²⁰. Há outro exemplo em que ele fala do termo ‘cultura negativa’ (Fairclough, 2003) como um processo de texturização de uma relação semântica entre o todo (cultura negativa) e suas partes. Fairclough (2003, p. 23, tradução nossa) destaca que, nesses exemplos, a construção do sentido não tem “uma presença pre-existente nessas palavras e expressões, é um efeito das relações que se estabelecem entre eles”²¹. Ele deixa claro que os significados são feitos por meio da interação, ou seja, não são externos a ela.

Fairclough (2003, p. 16, tradução nossa) destaca que “não podemos supor que um texto em sua atualidade possa se tornar transparente através da aplicação de categorias de uma estrutura analítica pré-existente”²², por isso, a necessidade de aprimorar e atualizar nossas categorias analíticas integradas ao contexto (histórico, social e econômico etc.) e ao que está acontecendo no momento. A opção realista da ACD nos convida ao desafio de descortinar, permanentemente, os textos que estão imbricados com a história, posto que são frutos de eventos sociais, e assumirmos “que nosso conhecimento de textos é necessariamente parcial e incompleto”²³ e que estamos “constantemente procurando ampliá-lo e aprimorá-lo, então temos que aceitar que nos-

¹⁸ “The sort of detailed text analysis”.

¹⁹ “is a form of ‘qualitative’ social analysis.”

²⁰ “social agents make or ‘texture’ texts by setting up relations between their elements”.

²¹ “The meaning does not have a pre-existing presence in these words and expressions, it is an effect of the relations that are set up between them.”

²² “We cannot assume that a text in its full actuality can be made transparent through applying the categories of a pre-existing analytical framework.”

²³ “that our knowledge of texts is necessarily partial and incomplete.”

sas categorias são sempre provisórias e abertas a mudanças”²⁴ (Fairclough, 2003, p. 15, tradução nossa).

Tais características são pertinentes a uma corrente que pretende compreender as mutações das características textuais, próprias do movimento de intertextualidade, das características dos avanços tecnológicos da escrita, da complexidade das interações proporcionadas pelo mundo virtual e digital e as diversas formas e meios de divulgação de informações. Entendemos que esse conjunto de coisas tem “implicações para o processo de leitura e, por conseguinte, para a forma de conhecer do homem inserido no mundo contemporâneo” (Tiraboschi; Figueiredo, 2017, p. 70).

Percebamos, por exemplo, através de um exemplo de análise textual mencionado por Fairclough (2003, p. 13, tradução nossa), que é possível identificar um processo de apagamento da agência humana através do recurso da nominalização, supressão generalizada da agência humana: “‘mudança’ e substantivos inanimados como ‘capital’ e ‘tecnologia’ como agentes de verbo, em vez de agentes humanos”²⁵. Esses usos, que intencionam o apagamento da agência, são percebidos a partir de um contexto, de um ambiente social e de sua carga semântica.

Como capacitar o leitor em seu *habitus* (Bourdieu, 1996) a perceber essas e outras estratégias discursivas presentes em suas interações e nos textos? Para nós, é nesse processo desafiador que o leitor está inserido e exposto “aos efeitos de outras estruturas sociais e de práticas sociais em todos os seus aspectos, de modo que se torna difícil separar os fatores que moldam aos textos”²⁶ (Fairclough, 2003, p. 25, tradução nossa) e que, devido a isso, recorrer aos instrumentais disponíveis, como os da

²⁴ “if we assume that we are constantly seeking to extend and improve it, then we have to accept that our categories are always provisional and open to change”.

²⁵ “‘change’ and inanimate nouns like ‘capital’ and ‘technology’ as the agents of verbs, rather than human agents”.

²⁶ “they are also effects of other social structures, and of social practices in all their aspects, so that it becomes difficult to separate out the factors shaping texts”.

ACD, é necessário. Com isso posto, compreendemos a relevância que Fairclough (2003) atribui à análise textualmente orientada, pois isso tem repercussão na vida prática dos cidadãos, já que os “textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais”²⁷ (Fairclough, 2003, p. 8, tradução nossa).

A ausência de uma desconfiança saudável das pessoas em relação ao “mundo dos textos” pode vender, facilmente, qualquer ideia ou concepção a elas lançadas, sem cientificidade, como visto em propagandas religiosas de feijões mágicos²⁸, água sagrada com poder de cura da Covid-19 e etc. Essa ausência também possibilitou que muitos aceitassem o discurso de “não usar máscaras”²⁹ na pandemia viral (COVID-19), transmissível pelo nariz, boca e olhos, ou se medicassem com cloroquina³⁰ e ivermectina³¹ como tratamento precoce à doença - mesmo diante de constantes e sucessivos alertas de agências científicas nacionais e internacionais sobre a ineficácia desses remédios para tais finalidades.

Para nós, essa proposta faircloughiana se encontra e se interconecta ao letramento³² como prática social, que focaliza a natureza social da leitura e o caráter múltiplo das práticas letradas, incluindo os eventos de letramento e “as preconcepções ideológicas que os sustentam” (Street, 2014, p.18). Aqui, chamamos

²⁷ “Texts as elements of social events have causal effects”.

²⁸<https://www.migalhas.com.br/quentes/338559/justica-manda-novamente-saude-alertar-sobre-feijoes--magicos--do-pastor-valdemiro>

²⁹ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/02/25/no-dia-mais-letal-da-covid-19-bolsonaro-questiona-mascara-e-isolamento.htm>

³⁰ <https://noticias.r7.com/brasil/um-dia-apos-recorde-de-mortes-bolsonaro-insiste-em-cloroquina-04032021>

³¹ <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/02/05/ivermectina-como-o-governo-bolsonaro-nao-tem-eficacia-contra-a-covid-19.htm>

³² Os letramentos “são fruto de relações de poder; servem a propósitos sociais na construção e troca de significados; formatam e são formatados pela cultura; sofrem interferência de posições ideológicas, podendo estas serem explícitas e implícitas; são dinâmicos à medida que são determinados por injunções de natureza econômica (globalização), tecnológica (recursos da mídia e da internet), política (políticas públicas de educação) e histórica (certas práticas valorizadas numa determinada época que perdem o seu valor noutro tempo). São, enfim, múltiplos, dêiticos, ideológicos e críticos” (Oliveira, 2010, p. 329).

atenção ao que Fairclough (2003) denomina de “tecnologia social”, inspirado em Giddens, que é a parte da reflexão que ele faz sobre gêneros textuais ao mencionar que os gêneros vão se desencaixando dos seus supostos moldes sociais (originários) transcendendo suas redes particulares de práticas e imbricando-se em outros e criando outros em uma cadeia social/textual contínua.

Em pesquisas etnográficas, como as relatadas por Street (2004, p. 124), podemos perceber esses desencaixes quando, por exemplo, é descrito como o povo do atol de Nukulaelae, no Pacífico, se apoderou do letramento missionário: “enquanto na Nova Guiné o letramento foi absorvido em convenções comunicativas preexistentes – em Nukulaelae, ele foi usado para acrescentar um gênero ao repertório comunicativo”. Ou seja, os gêneros estão associados à(s) prática(s) social(ais). Como evidência disso, podemos argumentar que as novas formas de interação mediada pelo uso de tecnologias proporcionaram o surgimento de novos gêneros (por exemplo, e-mail).

Trata-se, portanto, em nossa concepção, de um estreito diálogo com as abordagens dos letramentos sociais que abarcam a “consciência da natureza social e ideologicamente construída das formas específicas que habitamos e que usamos em determinados momentos” (Street, 2014, p. 23). Acreditamos que essa imbricação entre a proposta de letramentos sociais e a proposta da ACD é evidenciada também no próprio conceito de texto em Fairclough (2003, p. 3, tradução nossa), “qualquer instância real da linguagem em uso”; bem como no conceito de discurso, “elemento social que está intimamente interconectado com outros elementos”.

O *lócus* das pessoas está repleto de letramentos diversos e diversas manifestações textuais, pois “as pessoas não são “tábuas rasas” à espera da marca inaugural do letramento” (Street, 2014, p. 31). Entendemos que essas articulações se encontram de maneira bem pontual com as preocupações da Análise Crí-

tica do Discurso e percebemos isso na pergunta feita por Fairclough (2003, p. 129, tradução nossa): “Como identificamos diferentes discursos dentro de um texto?”³³ Assim, ele sugere o seguinte movimento analítico: “Podemos pensar em um discurso como (a) representando alguma parte particular do mundo e (b) representando-o de um ponto de vista particular”³⁴.

Aqui, Norman Fairclough destaca que os modos de representação do discurso podem ter uma gama de características linguísticas focando em como diversos discursos estruturam o mundo de forma diferente nas relações semânticas entre as palavras. Destacamos aqui essa reflexão realizada por Fairclough (2003, p. 128, tradução nossa) no qual ele assevera que essa relação dialógica/controversa é uma maneira “pela qual os textos misturam diferentes discursos, mas seus ‘próprios’ discursos também são muitas vezes mistos ou híbridos”. Essas relações semânticas entre as palavras são desafiadas pelos hibridismos textuais (Cf. Marcuschi, 2006), pois os diferentes discursos se misturam aos textos. Além disso, o pesquisador destaca que “uma análise interdiscursiva de textos [...] se preocupa, em parte, em identificar quais discursos são utilizados e como eles são articulados entre si.”³⁵

São textos que desafiam o leitor crítico a compreender a cadeia intertextual das práticas discursivas. O leitor pode iniciar a partir dos textos mais familiares e que circulam frequentemente, pode explorar os significados e desfolhar as marcas textuais. (Cafiero, 2010, p. 87).

Essas perspectivas se unem ao nosso objetivo defendido neste capítulo que é “vincular determinados achados acerca de práticas letradas a debates culturais e políticos mais amplos, en-

³³ “How do we go about identifying different discourses within a text?”

³⁴ “We can think of a discourse as (a) representing some particular part of the world, and (b) representing it from a particular perspective”.

³⁵ “This dialogical/polemical relationship is one way in which texts mix different discourses, but their ‘own’ discourses are also often mixed or hybrid. An interdiscursive analysis of texts (see chapter 2) is partly concerned with identifying which discourses are drawn upon, and how they are articulated together”.

fatizando o relacionamento entre linguagem e mudança social” (Street, 2014, p. 25). O enredamento que o campo do letramento adquiriu passa a “destacar a complexidade da vida social, a pluralidade dos contextos sociais e culturais, a força das mudanças sociais e a implicação dessas mudanças nas práticas de letramento cotidianas” (Oliveira, 2010, p. 329), à semelhança da ACD.

Percebemos pela afirmação de Street (2014, p. 61) que aproximar a pauta de letramento às pautas de estudos sobre a ideologia nas/das práticas discursivas é um frutífero caminho, pois ele assevera que “no campo do letramento, nem a teoria nem a prática podem se divorciar de suas raízes ideológicas”.

Nessa teia de articulações na jornada formativa do leitor crítico, não se pode esquecer que ler é atribuir sentidos, e perguntas clássicas sempre precisam ser retomadas: atribuir sentidos a que? por quê? como? quem está atribuindo o sentido? Por isso que a afirmação de Street, aqui já mencionada, é fundamental: atribuir sentidos não está divorciado de raízes ideológicas. Dessa maneira, a leitura crítica se realiza imersa em contextos de espaços sociais plurais, objetos de interesses (ideológicos) diversos, e há disputas pela imposição simbólica da percepção de mundo. Conforme destaca Cafieiro (2010, p. 87), “há um componente social no ato de ler”.

Nessa perspectiva, atribuir sentido ao lido mobilizará no leitor as experiências anteriormente incorporadas. Para isso, trabalhar com os gêneros textuais pode ser interessante e contribuir para dar vida a todo o processo formativo crítico.

É bastante promissora para a formação do leitor crítico o seu compromisso com a análise textualmente orientada que possibilita uma maior imersão na realidade social e maior familiarização com gêneros textuais mobilizados na sua vida social e individual.

4. Considerações finais

A formação do leitor crítico é importante, sobretudo, no contexto de um mundo globalizado marcado pela circulação, sempre crescente, de gêneros textuais em ambientes também sempre mais diversificados. A capacidade de ler, compreender e inferir, criticamente, pode ser apoiada pela Análise Crítica do Discurso que dispõe de um rico arcabouço teórico e de categorias analíticas apropriadas para análise, interpretação e de compreensão da realidade sócio-histórica.

O leitor crítico consciente da sua historicidade e da sua inserção numa determinada realidade social e política, poderá constituir-se crítico em relação ao seu entorno social pela prática do letramento social. Será capaz de desenvolver a consciência da materialidade ideológica dos textos. A Análise Crítica do Discurso contribui, dessa maneira, para um desenvolvimento de um senso crítico necessário à vivência de uma cidadania efetiva que permita ao leitor decidir e avaliar questões relacionadas a sua vida, e se posicionar a partir de critérios pertinentes que impactam a vida da coletividade.

Referências

BARON, S. *The birth of intertextuality: the riddle of creativity*. London: Routledge, 2020.

BARROS, S. M. Critical emancipatory research: a tool for social transformation. In: BARROS, S. M.; JESUS, D. M. (Orgs). *What is critical in language studies: disclosing social inequalities and injustice*. New York: Routledge, 2020. p. 07-21.

BARROS, S. M. Formação crítica do educador de línguas: por uma política emancipatória e de transformação social. In: BARROS, S. M.; ASSIS-PETERSON, A. A. (Orgs). *Formação crítica de professores de línguas: desejos e possibilidades*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2010. p. 17-25.

BARROS, S. M. *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos do discurso*. Campinas: Pontes, 2015.

BOLIVAR, A. Los primeros problemas del analista: ¿Qué teorías? ¿Que métodos? ¿Por donde emprezar? *In: BOLIVAR, A. (Org). Análisis del discurso: ¿ Por que y para qué?* Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2007. p. 19 -38.

BOURDIEU, P. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Org. Renato Ortiz. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. *Language e symbolic power*. Cambridge: Polity Press, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CAFIERO, D. Letramento e leitura: formando leitores críticos. *In: RANGEL, E. O.; ROJO, R. H. R. (Orgs). Língua Portuguesa: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 85-106.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CIRNE, A. O.; BARROS, S. M.; EFKEN, K. H. A Análise Crítica do Discurso e sua dimensão axiológica. *In: CIRNE, A. O.; BARROS, S. M.; EFKEN, K. H. (Org). Diálogos e perspectivas da Análise Crítica do Discurso*. Campinas: Editora Pontes, 2022.

CIRNE, A. O.; EFKEN, K. H. A ética na análise crítica do discurso.

In: ERNST, A. G.; PEREIRA, R. C. M. (Org.). *Linguagem: texto e discurso*. Campinas: Editora Pontes, 2021. p. 235-258.

CIRNE, A. O.; EFKEN, K. H. Agente autorizado, habitus linguístico e mercado linguístico: a dinâmica do momento kairológico em Pierre Bourdieu. *Ágora Filosófica (Unicap. Impresso)*, v. 19, p. 175-195, 2019.

CIRNE, A. O.; EFKEN, K. H. A leitura interacional e a formação do leitor competente: o professor como incentivador do pensar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LINGUAGENS E GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2017, Campina Grande. *Anais IV SINALGE*. Campina Grande: Editora Realize, 2017. p. 1-8.

EFKEN, K. H.; CUNHA, A. O. C. V. A leitura interacional e a formação do leitor competente. *Intersecções*, ano 9, n. 3, p. 51-65, nov. 2016.

EFKEN, K. Heinz.; CIRNE, A. O. A formação docente como exercício dialógico interacional da cidadania. In: GELNE - Jornada de 40 anos no desenvolvimento de pesquisas em Linguística e Literatura, 2017, Recife. *Anais eletrônicos da Jornada Itinerante do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste: edição Recife*. Recife: Pipa Comunicação, 2017. p. 119-130.

EMEDIATO, W. *Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática*. Campinas: Editora Pontes, 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Logman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2008.

FAIRCLOUGH; I.; FAIRCLOUGH, N. *Political discourse analysis: a method for advanced students*. London: Routledge, 2012.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HAWHEE, D. *Bodily arts: rhetoric and athletics in ancient Greece*. Austin: University of Texas Press, 2004.

JENNY, L. A estratégia da forma. *In: JENNY, L. et al. Intertextualidades*. Trad. Clara Crabbé. Coimbra: Almedina, 1979.

JUSTIÇA manda novamente Saúde alertar sobre feijões “mágicos” do Pastor Valdemiro. *Portal Migalhas*. Quarta-feira, 6 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/338559/justica-manda-novamente-saude-alertar-sobre-feijoes--magicos--do-pastor-valdemiro>. Acesso em: 08 abr. 2021.

KLEIMAN, Â. Abordagens da leitura. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 13-24, 1º sem. 2004.

LINARES, L. Ba. Aplicación del análisis del discurso al estudio de textos literários narrativos. *In: BOLIVAR, A. (Org). Análisis del discurso: ¿ Por que y para qué?* Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2007. p. 147-171.

LOYAL, S. *Bourdieu's theory of the state: a critical introduction*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A.; RESENDE, V. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Ed. UNB, 2017.

MARLANGEON, S. K. Descortesia en actividades de imagen sexistas a través de refranes, piropos y frases hechas circulantes en la cultura rio-platense. *In: TREVIÑO, M. E. F. et al. Discurso, cultura, emoción, prácticas discursivas interculturales, transculturales y alternativas*. San Nicolás de los Garza: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2018. p. 740-767.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. *Hipertextos e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MARTINS, Francisco André Silva. *A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participação de jovens por meio*

do grêmio estudantil. 2010. 168 fls. Dissertação de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MATTOS, N. G.; BARROS, S. M. Formação crítico-reflexiva de uma educadora de escola pública: entre o pensar e o fazer. *Revista Ecos*, v. 15, ano X, n. 02, p. 295-324, 2013.

MOTTA, A.; OLIVEIRA, F. No dia mais letal da covid-19, Bolsonaro questiona máscara e isolamento. *Portal UOL*. São Paulo, 25/02/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/02/25/no-dia-mais-letal-da-covid-19-bolsonaro-questiona-mascara-e-isolamento.htm>. Acesso em: 27 jun. 2021.

OLIVEIRA, L. A. (Org.) *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Editora Parábola, 2013.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Gêneros textuais e letramento. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 10, n. 2, p. 325-345, abr.-jun. 2010.

ORMUNDO, J.; WETTER, W. *Práticas à análise de discurso crítica em uma perspectiva transdisciplinar*. São Paulo: Editora Patuá, 2013.

PAHL, K.; ROWSELL, J. *Literacy and education: understanding the new literacy studies in the classroom*. London: Paul Chapman Publishing, 2005.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise crítica do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RESENDE, V. Análise do discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V.; REGIS, J. F. S. (Orgs). *Outras perspectivas em análise do discurso crítica*. Campinas: Pontes, 2017. p. 11-51.

RIPOLL, L. Leitura crítica ou crítica da leitura?: verdade e confiança como elementos da criticidade. In: RIPOLL, L.; MATOS, J. C.; OLIVEIRA, W. F. (Org). *Leitura crítica na contemporaneidade*:

abordagens multidisciplinares. Florianópolis: Biblioteca Universitária Publicações, 2020. p. 6-12.

SAKAMOTO, L. Ivermectina, como o governo Bolsonaro, não tem eficácia contra a covid-19. *Portal UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/02/05/ivermectina-como-o-governo-bolsonaro-nao-tem-eficacia-contra-a-covid-19.htm>. Acesso em: 06 mar. 2021.

SALLES, H. M. M. L. *et al. Ensino de Língua portuguesa para surdos*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SANTANDER, P. Por qué y cómo hacer análisis del discurso. *Cinta moebio*, n. 41, p. 207-224, 2011.

SILVA, D. G.; PARDO, M. L. *Passado, presente e futuro dos estudos dos discursos na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, G. R.; DERING, R. O. Breves reflexões sobre a importância da leitura para a formação de um sujeito crítico. *Revista humanidades e inovação*, v. 7, n. 1, p. 75-81, 2020.

SIM-SIM, I.; DUARTE, I.; FERRAZ, M. J. *A língua materna na educação básica, competências nucleares e níveis de desempenho*. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.

STREET, B. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TIRABOSCHI, F. F.; FIGUEIREDO, F. J. Q. A leitura hipertextual: da percepção visual às operações cognitivas. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 21, n. 41, p. 69-87, 1º sem. 2017.

TREVOR, D. Um dia após recorde de mortes, Bolsonaro insiste em cloroquina. *Portal R7*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/um-dia-apos-recorde-de-mortes-bolsonaro-insiste-em-cloroquina-04032021>. Acesso em: 04 mai. 2021.

VAN DIJK, T. A. Prólogo. In: BERARDI, L. (Org). *Análisis crítico del discurso: perspectivas latino-americanas*. Santiago: Frasis edito-

res, 2003.

VAN DIJK, T. A. Contextual knowledge management in discourse production. *In: WODAK, Ruth; CHILTON, Paul. A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity.* Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 71-100.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder.* São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. A. *Discurso antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas.* São Paulo: Contexto, 2021.

WODAK, R.; REISIGL, M. *Discourse and discrimination: rhetorics of racism and antisemitism.* London: Routledge, 2000.

WODAK, R. What CDA is about: A summary of its history, important concepts and its developments. *In: WODAK, R.; MEYER, M. Methods of critical discourse analysis.* London: Sage, 2001. p. 1-13.

6. SOBRE A BELEZA DOS DOCUMENTOS E A TRISTE REALIDADE: A SOCIOEDUCAÇÃO EM MATO GROSSO

Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira
Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso
jussivaniabatista@gmail.com

Arivan Salustiano da Silva
Instituto Federal de Mato Grosso
arivan.silva@sou.ufmt.br

1. Introdução

Neste ensaio trazemos à baila respostas de atores sociais que trabalham diretamente com a socioeducação no Estado de Mato Grosso, analisando respostas que estes deram a um formulário aplicado como instrumento de geração de dados da pesquisa de doutoramento de Pereira (2022), em que puderam opinar acerca do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso (2015-2024) proposto pelo governo desta unidade da federação. Os respondentes demonstram sua visão acerca do documento e sua implementação (ou não-implementação) ao passo em que procuramos tecer uma análise que procure evidenciar, para além dos posicionamentos dos entrevistados quanto à condução da reinserção de jovens em desacordo com a lei, as ideologias que subjazem as práticas discursivas e sociais no tocante a esta população minoritarizada e estigmatizada socialmente. Buscamos tecer uma *crítica explanatória* (Bhaskar, 1998; Fairclough, 2003; Barros, 2015) que provoque a reflexão necessária para tornar o sistema socioeducativo um verdadeiro caminho para a ressocialização de jovens que apenas estão começando a vida e podem ressignificar sua existência, tomando caminhos diferentes daqueles que os tenha levado à socioedu-

cação.

Neste intuito, apresentamos, a seguir, as bases teóricas e metodológicas que orientaram o trabalho do qual derivamos o presente texto, bem como as reflexões próprias deste trabalho em específico. Ao apresentarmos os excertos de respostas dadas pelos atores sociais informantes da pesquisa, também tecemos uma análise procurando evidenciar as marcas linguísticas que denotam suas posições, inquietações e nível de engajamento com o trabalho. Na conclusão, procuramos construir uma crítica que sugere uma reflexão acerca da realidade do sistema socio-educativo em Mato Grosso e nos país, diante dos discursos que se têm tornado hegemônicos quando o assunto é ressocialização, socioeducação, encarceramento, entre outras realidades no mesmo campo semântico.

2. Bases teóricas

O ensaio que aqui subscrevemos tem como base teórica o tripé *Análise Crítica do Discurso*, na vertente de Fairclough (2003), o *Realismo Crítico* de Bhaskar (1998) e a *Linguística Sistêmico-Funcional*, cujo maior expoente é Halliday (1994).

Da ACD enfatizamos – dentre os três significados do discurso postulados por Fairclough (2003): Acional, Representacional e Identificacional – o Significado Representacional do discurso, pelo qual visões particulares de mundo, de um grupo social, geralmente dominante, se apresentam como de interesse de todos, podendo dissimular relações de poder e dominação, sustentando assimetrias e injustiças sociais, sob os véus de pretensa neutralidade.

As categorias analíticas do significado representacional são: *o significado de palavras, a representação de atores sociais e a interdiscursividade*. O significado de palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e/ou contestadas, são facetas de processos

peçoais e culturais mais amplos (Fairclough, 2003). Sobre a representação de atores sociais, Fairclough (2003) formulou essa categoria a partir de Van Leeuwen (1997), que faz uma descrição sociossemântica de modos pelos quais os atores sociais podem ser representados em textos, e essas representações podem revelar marcas ideológicas. A interdiscursividade ou intertextualidade constitutiva, está relacionada com as identificações dos diferentes discursos e a forma como são articulados em um texto (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003).

Para contribuir na problematização desses processos, trazemos também Thompson (2011) e sua teoria sobre os *modos de operação da ideologia*, que nos ajuda a refletir sobre como os discursos podem ser apresentados de maneira a favorecer interesses de determinados grupos em detrimento de outros.

Ao evocarmos as teorizações de Bhaskar (1998), por meio do Realismo Crítico, entendemos que, ontologicamente, a realidade é mais densa e estratificada que nossa percepção possa compreender corriqueiramente. Isso demanda um exercício de análise e reflexão para podermos tecer *críticas explanatórias* que permitam vislumbrar as *estruturas e mecanismos* que atuam para que os *eventos* sociais ocorram como se mostram, de maneira a propiciar movimentos autoemancipatórios aos atores sociais. Estes, por sua vez, poderão se posicionar na direção de formularem contradiscursos, empreendendo práticas discursivas e sociais de resistência em favor da diminuição de assimetrias e injustiças sociais que lhes assolem.

Com a LSF, de Halliday (1994), procuramos evidenciar as marcas na materialidade linguística que evidenciam posicionamentos, agência, identificação, comprometimento entre outros elementos que nos ajudem a constituir uma crítica acerca dos fatos sociais sobre os quais lançamos luz neste texto. Acreditamos que desvelar ideologias e provocar reflexões podem embasar tomadas de decisão de atores sociais na direção da promoção de mudanças discursivas e sociais em favor de grupos minoritarizados,

como é o caso dos egressos do sistema socioeducativo de Mato Grosso.

Halliday (1994) divide as metafunções da linguagem em: ideacional, interpessoal e textual. Neste ensaio, faremos uso da metafunção ideacional, que pode ser definida como a representação da experiência, um modo de refletir a “realidade” na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana através da relação simbólica (Resende; Ramalho, 2009). A unidade de análise da metafunção ideacional é a oração. Então, ao analisar a oração, usa-se o sistema de transitividade, levando-a em consideração como modo de representação. A transitividade é compreendida pela LSF como a gramática da oração, como uma unidade estrutural que serve para expressar uma gama particular de significados ideacionais e cognitivos; retrata a realidade expressa no discurso, as ações humanas por meio dos seus principais papéis de transitividade: processos, participantes e circunstâncias, “que permitem analisar quem faz o que, a quem e em que circunstâncias” (Furtado Da Cunha; Souza, 2011, p. 68).

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e os dados foram coletados por intermédio da aplicação de um questionário. Segundo Gaskell (2015, p. 68), a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.

Para Gil (1999, p. 128), o questionário se define como uma técnica de investigação que compõe um número mais ou menos elevado de questões expostas aos participantes de uma determinada pesquisa, que tem como objetivo “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Marconi e Lakatos (2003, p. 201) concei-

tuam o questionário como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

O questionário foi enviado por meio do *link* <https://bityli.com/LPXmn>, criado na plataforma de formulários *Google Forms* – um instrumento que possibilita a construção de questionário com opções de respostas nos formatos múltipla escolha, resposta curta e/ou em um parágrafo, além de gravar a data e a hora, e ainda permite a organização de dados em tabela e/ou gráfico – aberto e enviado aos participantes em 10 de setembro de 2020.

O questionário continha 8 questões e objetivou coletar informações sobre a instituição em que cada participante atuava, a área de atuação, há quanto tempo desenvolvia a temática da socioeducação, sobre os avanços e retrocesso em relação às diretrizes que regem o sistema socioeducativo, entre outros assuntos.

Assim, a primeira participante, nomeada de Aparecida Borralho Dias de Carvalho, atua na Secretaria de Educação de Mato Grosso e desde 2012 desenvolve estudos acerca da socioeducação. O segundo participante possui o pseudônimo de Paulo Freire, trabalha na Gerência de Acompanhamento do Egresso do Sistema Socioeducativo, ou seja, atua no acompanhamento de jovens egressos das internações socioeducativas e seus familiares no estado de Mato Grosso. Miguel Arroyo foi o pseudônimo escolhido para o terceiro participante, que trabalha na Gerência de Desenvolvimento e Valorização Profissional da SESP (Secretaria de Estado de Segurança Pública), na função de analista do sistema socioeducativo.

Por questões éticas¹, o nome dos participantes foi trocado por pseudônimos de educadores que tiveram grande contribui-

¹ Submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso – *campus* Cuiabá (CEP Humanidades UFMT), sendo expedido o parecer de aprovação sob o número CAAE 3.445.091, certificando a relevância da pesquisa e o atendimento aos protocolos éticos solicitados.

ção na construção de documentos, teorias e lutaram para que a educação brasileira fosse cumprida conforme prevê a Constituição Brasileira, em seu artigo 205: educação é um direito social e de todos.

Das questões existentes no questionário, iremos trazer a resposta de três participantes, da pergunta número 8, que indagava o seguinte: Na sua visão, como estão as políticas públicas para a socioeducação hoje em Mato Grosso? As respostas são transcritas aqui *ipsis litteris* ao que fora escrito pelos respondentes.

4. Análises

A seguir, apresentamos as respostas dentro do recorte que informamos acima, bem como uma análise das mesmas, com vistas a discutir e problematizar a questão de como a socioeducação tem sido tratada em Mato Grosso.

Na sua visão, como estão as políticas públicas para a socioeducação hoje em Mato Grosso?
[...]Percorrendo de forma detalhada tudo o que foi trazido no Plano Decenal do Estado de MT, podemos avaliar da seguinte forma: Faltou clareza do que é um Plano e suas exigências; Os prazos como fixados não nos deixam saber o que esperar como execução do Plano para 2015, até 2024. Também não fica claro quem são os reais responsáveis pela efetiva execução do que ali está proposto; Ações com objetivos e metas para o setor da educação escolar e não escolar , saúde, assistência social, segurança, cultura, esporte e lazer; Ações com objetivos e metas para as medidas restritivas de liberdade e atendimento ao egresso ; Outra questão relevante ficaram também esquecidas como a Avaliação do Plano e o Sistema Nacional de Informação. (Aparecida Borralho– questionário respondido em 07/03/2021)
Quanto ao Plano Decenal, embora sendo a primeira tentativa de planejamento do estado de MT para o sistema socioeducativo, sendo este o seu grande mérito, o seu foco são as medidas restritivas de liberdade , portanto, mesmo que seja decenal, necessita de urgente revisão para correções de entendimentos e deste novo entendimento e olhar sobre as medidas socioeducativas, amplie e foque ações que sejam mais efetivas para os egressos, em especial no que se refere a educação escolar e todo o referencial para a geração de renda (a própria educação, educação profissional, empregabilidade, inclusão no mundo do trabalho). (Paulo Freire – questionário respondido em 22/09/2020)

Mesmo que o Plano Decenal tenha a participação de outras instituições externas, **o foco principal não está voltado para o adolescente egresso, mas sim, para àqueles que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação.** Faz-se necessário que os Municípios **articulem seus programas de atendimento em meio aberto**, a fim de dar continuidade no atendimento que o meio fechado já vem realizando. (Miguel Arroyo – questionário respondido em 12/03/2021)

Aparecida Borralho traz em sua resposta para a pergunta 8, uma avaliação sobre o *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato de Grosso 2015-2024*. Em um primeiro momento, ela avalia que *faltou* [processo existencial] *clareza* [participante existente] sobre o que *é* [processo relacional identificativo] *um plano e suas exigências* [participante identificador]. Em seguida, a avaliação se baseia em torno dos prazos. Para ela, *não* [polaridade negativa] há como *saber* [processo mental cognitivo] o que acontecerá na execução do plano no período vigente (2015-2024). Em um terceiro momento avaliativo sobre o Plano Decenal, Aparecida Borralho afirma que *também* [circunstância de extensão] *não* [polaridade negativa] *fica* [processo relacional identificativo] *claro* [epíteto] quem *são* [processo relacional identificativo] *os reais responsáveis* [participante identificador] para que o plano seja executado.

Na página 62 do plano, temos a seção nomeada de Eixos do Plano Estadual Decenal de Atendimento do Socioeducativo de Mato Grosso, afirmando que “seguem conforme a metodologia do Plano Nacional. Tais eixos foram discutidos e adaptados à realidade do estado nas oficinas de elaboração do Plano ” (Mato Grosso, 2015, p. 62). Os eixos estão divididos em quatro grandes áreas: 1. Gestão do Atendimento Socioeducativo; 2. Qualificação do Atendimento Socioeducativo; 3. Participação Cidadã e Autônoma dos Adolescentes; e 4. Fortalecimento dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública. O Sistema de Garantia de Direitos compreende: o Sistema Educacional, o Sistema de Justiça e Segurança Pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apontando para um entrelaçamento entre as instituições para que se possam cumprir as

normativas que compõem o mosaico da socioeducação.

Ao continuar com sua avaliação sobre o plano, Aparecida Borralho, em um quarto momento, esclarece que faltaram também “Ações com objetivos e metas para o setor da educação escolar e não escolar”. Como já citado anteriormente, as metas estipuladas pelo plano para atendimento à educação estão expostas no eixo 2 – ‘Qualificação do Atendimento Socioeducativo’ -, no objetivo 6: ‘Qualificar o atendimento Socioeducativo: direito dos adolescentes’, que estabelece metas, como:

6.7. Normatizar o protocolo de disponibilização de documentação escolar dos adolescentes em medida socioeducativa; (...) 6.13 Garantir a oferta de escolarização em todas as etapas das MSE; 6.14 Estabelecer parâmetros estaduais para a escolarização no sistema de atendimento socioeducativo em privação de liberdade; (...) 6.16 Realizar diagnóstico da trajetória escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade (Mato Grosso, 2015, p. 72-73).

Em um quinto momento, Aparecida Borralho fala da falta de “ações com objetivos e metas para as medidas restritivas de liberdade e atendimento ao egresso” e, finalmente, ela avalia que “outra questão relevante ficou [processo relacional identificativo] também esquecida: a Avaliação do Plano e o Sistema Nacional de Informação”. Em relação ao egresso, no plano, são estipuladas quatro metas para os mesmos, a saber:

6.5 Garantir a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) aos adolescentes egressos como grupo prioritário; 6.6 Orientar os profissionais da Rede SUAS para garantir o atendimento das famílias dos adoles-

centes egressos do sistema socioeducativo (em meio fechado e em meio aberto), (...) 6.20 Realizar acompanhamento da trajetória escolar dos egressos do meio fechado do sistema socioeducativo; 6.21 Garantir a inserção dos egressos de privação de liberdade do sistema socioeducativo em cursos de educação profissional e tecnológica (Mato Grosso, 2015, p. 73-74).

Apesar de estar evidenciado no plano e em todos os outros documentos - ECA, Sinase, Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo - as políticas públicas para os egressos que cumprem medidas socioeducativas no meio aberto - prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida -, por vezes, não são atendidas. Tal fato, inclusive, é relatado nas falas dos atores sociais que estão à frente do sistema socioeducativo. Na entrevista concedida por um juiz da Segunda Vara da Infância e Juventude de Cuiabá e analisada na tese da qual retiramos o recorte para este texto, o mesmo relata que as medidas cumpridas no meio aberto são mais eficazes para a ressocialização. Contudo, há uma primazia para o investimento em políticas públicas para o meio fechado, no qual os jovens transgressores cumprem medidas de internação.

A segunda resposta a ser analisada será de Paulo Freire, que inicia sua fala mencionando sobre o mérito que o plano deve receber, por ser a primeira tentativa de criação de uma política exclusiva, que o estado de Mato Grosso estabelece para atender o sistema socioeducativo. O enunciador avalia que o foco do plano são [processo relacional identificativo] *as medidas restritivas de liberdade* [participante identificador], ou seja, privilegia os jovens transgressores que cumprem a medida de internação. E diante deste cenário, Paulo Freire utiliza-se da modulação *necessita de* para assumir que o plano precisa *urgente* de uma revisão para um desdobramento melhor do que seja uma política que abarque todas as medidas socioeducativas e não beneficiar apenas

uma. Para isso, é preciso, de acordo com Paulo Freire, que *amplie* [processo material] e *foque* [processo mental] *ações* [participante meta do processo material] que *sejam* [processo relacional identificativo] *mais efetivas* [circunstâncias] para *adolescentes egressos* [beneficiador do processo material].

O jovem egresso do sistema socioeducativo é aquele no que passou pela medida socioeducativa de internação, após uma transgressão, e agora está em cumprimento de medida no meio aberto - prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Para esses jovens, o plano aclara que “é necessário tornar as medidas de meio aberto uma ação forte e que produza resultados eficazes quanto à aplicação da Lei de atendimento ao adolescente em conflito com a lei” (Mato Grosso, 2015, p. 41). Mas, ao fazer um contraponto com a fala de Paulo Freire, percebe-se que há um fosso entre o que teoricamente está postulado com o que realmente acontece em termos práticos.

Paulo Freire chama a atenção, ainda, para o fato de que a efetividade e o foco das ações estejam especialmente voltados para a *educação escolar e todo o referencial para a geração de renda*. Esse destaque, apontado anteriormente, vai ao encontro das pesquisas de Alves (2015) e Carvalho (2015), que aludem à educação e, sobretudo, à “instauração da socioeducação no viés de educação social emancipatória”² como um caminho para a ressocialização de jovens transgressores.

Assim como Paulo Freire, Miguel Arroyo manifesta que, apesar do plano decenal ter sido constituído em conjunto com instituições externas – supõe-se que sejam as instituições que executam as medidas socioeducativas no meio aberto –, “o *foco principal* [participante identificado] *não* [polaridade negativa] *está* [processo relacional identificativo] *voltado para o adolescente egresso*” [participante identificador]. Na concepção deste ator social, o foco do plano está *para aqueles* [participante identificado]

² Como defendido na pesquisa de Marta Gresechen Paiter Luzia de Souza (2021, no prelo).

que estão [processo relacional identificativo] em cumprimento de medida socioeducativa de internação [participante identificador]. No plano decenal, a questão da internação é tratada da seguinte forma: “a internação desenfreada em nada resolve o problema, só esconde o problema e fermenta a produção de mais revolta dos adolescentes” (Mato Grosso, 2015, p. 42).

A modulação ocorre para denotar “propostas de oferta e comandos” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 115), podendo ser categorizada por inclinação ou obrigação e ocorre gramaticalmente com o uso de “verbos modalizadores, adjuntos adverbiais e expressões como: é necessário, é esperado”, entre outros. Em seu enunciado, Miguel Arroyo utiliza a modulação *faz-se necessário* seguido de *articulem* [processo material] *seus programas de atendimento em meio aberto* [participante meta] para que o atendimento ao adolescente transgressor tenha uma continuidade após cumprimento de medida socioeducativa de internação. O que a pesquisa de Pereira (2017) revelou, juntamente com o que notamos nas respostas à questão 8, é que as políticas para o cumprimento de medida no meio aberto estão deixando a desejar no atendimento ao adolescente egresso, negando, assim, os direitos a eles estabelecidos.

5. Considerações finais

Na análise do questionário houve muito uso de modulação – *deve, faz-se necessário, necessita, precisa ser, tem que* – e de processos mentais, relacionais e materiais. A modulação foi utilizada em tom de obrigação para expor a representação dos atores sociais em como a escola necessita atuar, para que não seja um mecanismo de exclusão de jovens transgressores. Os processos mentais são os que expressam desejo, percepção, cognição, afeto/emoção. Quando utilizado pelos participantes que responderam ao questionário, os processos mentais – *observa-se, reconhecer, entender, saber* – evidenciaram os anseios e os desejos

de fazer com que os documentos e diretrizes basilares da socioeducação sejam cumpridos e normatizados. Os processos relacionais servem para identificar ou caracterizar algo. As diversas vezes em que os processos relacionais – *estão, é, foi, tem, ser, sejam, tem, fica* - foram empregados nos enunciados dos participantes tiveram como objetivo identificar a falta da aplicabilidade de alguma normativa que regula o sistema socioeducativo, o que ocasiona ainda mais a exclusão de jovens transgressores. Já os processos materiais são ações de fazer e acontecer. Tais processos materiais – *amplie, foque, trabalhar, faz, apresentar, cumprir, articulem* - foram empregados para demonstrar a atuação que ainda carece por parte das estruturas que executam as medidas socioeducativas.

Vemos na prática discursiva e social (Fairclough, 2003), em que documentos são construídos com diretrizes apresentadas de maneira ideal, sem que de fato recebam uma atenção efetiva por parte dos governos na direção de implementá-las, a performance do *modo de operação da ideologia* que Thompson (2011, p. 84) denomina como *dissimulação*, em que relações de dominação são negadas, ocultadas ou obscurecidas - neste caso em específico, por meio da estratégia de construção simbólica chamada pelo autor de *eufemização* - ao nomear o que de fato se realiza como 'cadeia' para adolescentes como se fosse 'socioeducação'.

A negligência não somente do governo do estado, mas da própria sociedade, quanto a de fato promover ressocialização dos jovens quando retornam ao convívio social em regime aberto ou semiaberto, dando maior (ou somente) importância para o que se realiza no regime fechado, pode ser reveladora de valores, crenças e ideologias que subjazem tal visão de mundo. O discurso policialesco, do uso da privação da liberdade, do encarceramento e da necessidade de punição para as transgressões, circula largamente na sociedade brasileira. Movimentos de tornar penalmente maiores adolescentes a partir dos 16 anos

nos parece uma evidência bastante forte de que nossa sociedade entende que somente o encarceramento é adequado para o trato com os que transgridem as leis. Isso sem contar discursos que preconizam a morte de supostos ‘bandidos’ como solução para os problemas da segurança pública, que notabilizam a total descrença na mudança de vida, no retorno ao bom convívio de atores sociais que tenham cometido alguma transgressão ao convívio social. Parece-nos imperar, em parte significativa da sociedade, um fetiche por encarceramento, violência e mesmo a morte das populações que transgridem a lei – em sua esmagadora maioria, pretos empobrecidos³ – revelando uma postura de *racismo estrutural* (Ribeiro, 2019; Almeida, 2020) que assola nosso país. Não se pode deixar de lembrar o quanto ações policiais violentas em comunidades empobrecidas, que muitas das vezes vitimam pessoas inocentes, parece alcançar a aprovação ou ficar indiferente para parte significativa da população.

Nós, que acreditamos na educação emancipatória como caminho para a construção de um país melhor, não podemos nos calar diante de práticas sociais de marginalização de populações tão numerosas. A *crítica explanatória* (Bhaskar, 1998; Fairlough, 2003; Barros, 2015), como a que tecemos ao problematizar a operação da ideologia em discursos que tentam eufemizar práticas de encarceramento que não promovem real ressocialização, constitui-se numa forma de provocar a reflexão cidadã, no sentido de construirmos juntos caminhos que promovam uma verdadeira socioeducação. Não se pode ignorar o fato de que estamos falando de pessoas ainda muito jovens e que precisam receber das famílias, do Estado e da sociedade como um todo, meios para serem reinseridos e poderem ressignificar e reencaminhar suas vidas, que estão apenas começando.

³ <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao> Acesso em 4 out. 2022, às 14h31.

Referências

- ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- BARROS, S. M. *Realismo Crítico e Emancipação Humana – Contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- BHASKAR, R. *Uma Teoria Realista da Ciência*. Trad. Rodrigo Leitão. Niterói: UFF, 1998.
- CARVALHO, A. *Um estudo crítico das instituições públicas e a Escola Meninos do Futuro: entrelaçando poder e saber*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRGLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. London and New York: Routledge, 2003.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 64-89.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATO GROSSO. *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso: 2015-2024*. Governo do Estado de Mato Grosso. 2014. Disponível em: http://www.sesp.mt.gov.br/documents/4713378/12088987/Plano+Decenal_Salvo+em+1_12_2014_Itima+verso+%282%29.pdf. Acesso em: 05 de out. 2022.

PEREIRA, J. C. V.B. *Fora dos muros do Pomeri: (ex)inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo? Uma análise crítica do discurso*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

PEREIRA, J. C. V. B. *Políticas Educacionais Para Adolescentes Em Situação De Vulnerabilidade Social: Um Estudo Alicerçado Na Análise Crítica Do Discurso*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolitical e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

7. EM NOME DA FAMÍLIA: O DISCURSO QUE JUSTIFICA A PERMANÊNCIA EM RELAÇÕES ABUSIVAS EM PROL DO STATUS SOCIAL

Nilsa Taumaturgo de Sá de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso
nilsa.souza@ufmt.br

Viviane Silva de Oliveira Nolascio
Universidade Federal de Mato Grosso
profvivianeoliveira@hotmail.com

1. Introdução

A luta das mulheres por igualdade de gênero, promoção dos direitos humanos e direito a uma vida sem violência e discriminação é uma temática que há muito vem sendo disseminada pelo público feminino. A violência contra a mulher se manifesta de forma física, psicológica, emocional, patrimonial e sexual, como resultado de uma cultura patriarcal, na qual o homem detém o poder, promovendo, assim, a desvalorização e a diminuição da figura feminina.

Durante muito tempo, as mulheres lutaram e ainda lutam diariamente por igualdade de gênero. Muitas conquistas feministas foram resultado da árdua batalha para que a mulher tivesse voz na sociedade. No entanto, os índices de violência doméstica têm apresentado números alarmantes. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Notícias de violência doméstica, relacionamentos abusivos e feminicídios são veiculadas cotidianamente em vários meios de comunicação e, no entendimento de muitas pessoas, as mulheres são culpadas por serem vítimas de tais crimes, por

escolherem permanecer em tais relações.

Diante das questões mencionadas, a Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2003) é um aparato teórico-metodológico que pode cooperar para superar tal injustiça social, uma vez que possibilita realizar análises discursivas de diversos tipos de textos e desvendar os efeitos de sentido presentes em cada discurso. Beltrão (2019) pondera que a ACD tem caráter interdisciplinar no campo dos estudos críticos, que compreendem a linguagem como prática social e, também, por considerar o texto como principal fonte de pesquisa, o que justifica a escolha de tal aporte teórico para este trabalho.

Nessa perspectiva, o presente capítulo tem por finalidade contribuir para a redução das estatísticas de casos de violência contra a mulher e feminicídio. O estudo tem como objetivo realizar análises discursivas de um vídeo veiculado na rede social *Instagram*, no perfil particular de Hana Khalil, uma figura pública do meio artístico. A atriz, apresentadora, roteirista e diretora, como a mesma se descreve em seu perfil, criou uma série intitulada *Não é por akhaso*, na qual ela encena vídeos curtos sobre diversos temas. O vídeo, texto a ser analisado neste estudo, é o primeiro capítulo da série citada e tem como título *Em nome da família*.

A temática aqui abordada tem sido ponto de estudo em várias áreas da ciência e, nesse contexto, a proposta aqui sugerida tem importante relevância científica e social, tendo em vista que o tema será desenvolvido sob o viés da ACD, campo no qual não há estudos recorrentes sobre o assunto abordado, contribuindo, dessa forma, para os estudos da linguagem.

Tendo em vista a permanência das agressões praticadas contra mulheres no Brasil e a inversão de papéis entre vítimas e agressores, urge a necessidade de se buscar meios de erradicação desse problema social. Com isso, esta pesquisa se justifica por buscar estratégias eficazes para combater toda e qualquer ação violenta ou omissão praticadas em desfavor das mulheres, tendo como apoio aspectos psicológicos, históricos, sociais e,

principalmente, jurídicos.

O presente texto está alicerçado em três partes teóricas: a primeira versa sobre a definição dos termos violência doméstica e relacionamentos abusivos, fazendo breve menção aos aparatos jurídicos alusivos a tais crimes; a segunda apresenta a caracterização do aporte teórico-metodológico adotado, explicitando a função da ACD na busca de transformação social, dando ênfase ao significado representacional do discurso; a terceira apresenta as análises discursivas que compõem a materialidade deste estudo.

2. Relacionamento abusivo e violência doméstica: o feminicídio nosso de cada dia

A expressão 'relacionamento abusivo' ganhou notoriedade na sociedade contemporânea e tem sido amplamente discutida em diversos âmbitos sociais, inclusive nos meios de comunicação. De acordo com Pessoa (2019), a expressão se refere a uma relação afetiva/amorosa na qual permeiam abuso, coação, tentativa de controlar e ter poder sobre o outro. Barretto (2015) assegura que, em uma relação abusiva, existe a necessidade de um deter controle sobre a vida do outro, caracterizando-se como uma relação de posse. É um tipo de comportamento que nem sempre acontece de forma escancarada. Em muitos casos, manifesta-se de maneira velada, por meio de uma demonstração de controle sutil, tornando-se mais evidente com o passar do tempo.

É importante destacar que esse tipo de comportamento não está diretamente associado à prática de violência física contra a parceira. O abuso é praticado de diferentes maneiras, por violência psicológica, sexual, moral e/ou física. Nessa perspectiva, a psicóloga Denisdéia Sotero (Oliveira, 2017) pontua que o domínio do tipo de roupa que a mulher usa, dos lugares que ela frequenta, das pessoas com as quais ela pode conviver, da proibição de trabalhar, do controle das redes sociais, sob ameaça de

terminarem a relação, são fatores que configuram um relacionamento abusivo. Alguns comportamentos do abusador são quase imperceptíveis e, em muitos casos, as mulheres não percebem que vivem uma relação abusiva pelo fato de não sofrerem agressões físicas. No entanto, a tendência é que a relação de opressão evolua para casos de violência física e, em casos mais graves, de feminicídio. Day *et al.* (2003, p. 15) destacam que “na violência doméstica contra a mulher, o abuso pelo parceiro íntimo é mais comumente parte de um padrão repetitivo, de controle e dominação, do que um ato único de agressão física”.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso I, adverte que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 2016); contudo, observa-se a violação a esse artigo constitucional em cada caso de violência e de feminicídios praticados contra a população feminina no Brasil. Segundo dados levantados pela plataforma EVA, do Instituto Igarapé, entre março e junho de 2020, houve um aumento de 16% nos casos de feminicídio no Brasil, em comparação ao mesmo período do ano de 2019 (Antunes, 2020).

A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, e a Lei do Feminicídio, Lei nº 13.104/2015, têm atuado para que, de fato, aconteça, na prática, a efetivação do que assegura o texto constitucional. No entanto, os dados ainda são alarmantes e é preciso estar sempre alerta aos sinais de um relacionamento abusivo, para que, a qualquer indício de agressão física, moral, psicológica, patrimonial ou sexual, seja possível denunciar os agressores e evitar o aumento desenfreado de feminicídios no Brasil.

3. Análise crítica do discurso - significado representacional

Na sociedade contemporânea, os textos e os discursos ditos e escritos têm papel de relevância nas relações pessoais, profissionais e sociais, sendo emergente, portanto, a necessidade de uma teoria que tenha como objeto de estudo a linguagem e os

efeitos que esta evidencia. A ACD desempenha esse papel social.

Gouveia (2013, p. 1060) configura a ACD como “[...] um método de análise social e uma teoria sobre o funcionamento da linguagem [...]” que tem por objetivo a verificação de como a linguagem atua na reprodução, na manutenção e na transformação social. Para a ACD, a sociedade é composta por práticas sociais abstratas e eventos sociais concretos. Logo, segundo Gouveia (2013, p. 1061), “[...] o estudo e investigação das práticas sociais é também o estudo da constituição dos indivíduos enquanto seres sociais [...]”. Partindo dessa premissa, compreende-se a importância da ACD para a definição da linguagem e do seu papel crucial na sociedade, visto que a linguagem é parte constituinte da identidade humana e resulta da relação do indivíduo com as práticas discursivas que, por sua vez, se relacionam às ações que realizam.

Para Beltrão (2019), enquanto manifestação discursiva, a linguagem é socialmente constitutiva, mas também é formada pelos discursos que compõem sua materialidade, configurando, assim, a relação dialética entre discurso e práticas sociais.

De acordo com Fairclough (2003), o discurso pode ser caracterizado como substantivo abstrato e substantivo concreto (contáveis). A abstração se relaciona aos diversos elementos semióticos que fazem parte da vida social, tais como: textos escritos, imagens, gestos, expressões faciais e corporais etc., que representam os aspectos do mundo, como os processos, as relações e as estruturas do mundo social. O conceito de substantivo concreto se refere aos diferentes modos de representar a vida social, isto é, os discursos não podem ser considerados únicos e possuem perspectivas ideológicas, como os vários discursos em relação a um mesmo grupo social. Nessa concepção, os discursos de uma mesma pauta divergem entre si, de modo que se observam inúmeras lacunas entre discursos feministas, machistas, religiosos, homofóbicos, partidários etc. Todavia, o discurso não é determinado individualmente, mas resultado de um processo

histórico.

Melo e Ramalho (2016) remetem a Fairclough (2001), que, em *Discurso e mudança social*, sugere um novo método de análise tridimensional em que cada uma das dimensões é composta por categorias analíticas. Desse modo, ressalta-se a necessidade da análise textual e da análise discursiva. Na análise textual, é essencial considerar o vocabulário, a gramática, a coesão, a estrutura social, a força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade. Na análise discursiva, é preciso ponderar o processo de produção, a distribuição e o consumo do texto, o sistema de transitividade, o uso de metáforas, os atos de fala e a relação de ambivalência, as construções de significado e as relações intertextuais. O discurso não é mais o centro da análise e passa a ser considerado como um momento de prática social, evidenciando o caráter emancipatório da ACD, uma vez que a teoria tem um enfoque dialético.

Fairclough (2003) recomenda uma articulação entre as funções da linguagem e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo três tipos de significados: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. Neste estudo, para a análise dos dados, utiliza-se o significado representacional do discurso, o qual tem o texto como representação de aspectos do mundo. A pluralidade do termo discurso abarca a coexistência da presença de discursos em textos. A diversidade discursiva de um texto é denominada pela ACD 'interdiscursividade', que se refere à localização dos discursos em um texto e de que forma eles são ditos. A identificação acontece por meio de temas centrais e por perspectivas particulares. Outra categoria analítica do significado representacional é a representação de atores sociais, uma vez que os modos como esses atores se posicionam podem sugerir suas ideologias e estas podem ser concebidas por suas atividades e pelos enunciados que proferem. Por fim, a última categoria de análise do significado representacional é o significado da palavra. Os sentidos atribuídos às palavras são

brechas fundamentais para o foco da análise discursiva, pois, em muitas ocasiões, relacionam-se com questões históricas e sociais relevantes para as estruturas sociais.

4. Em nome da família: por uma análise crítica do discurso

Como mencionado anteriormente, o presente estudo tem por objetivo realizar uma análise discursiva de um vídeo extraído de um perfil particular, na rede social *Instagram*. Para a análise dos dados, são utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da ACD (Chouliarak; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003), enfatizando-se a categoria analítica interdiscursividade do significado representacional do discurso.

O vídeo tem duração de 1min e 8s e, até a presente data, 18 de outubro de 2022, conta com 277.995 curtidas e 5.672 comentários, demonstrando que milhares de pessoas se identificam com a temática de relacionamentos abusivos e violência doméstica e julgam ser importante tratar do assunto, com o propósito de alertar/conscientizar as mulheres sobre esse mal que, de forma alarmante, afeta a população feminina no país.

No referido vídeo, a atriz Hana Khalil aborda a temática aqui analisada, de forma ficcional, representando vários papéis, fazendo referência aos discursos reproduzidos por muitas mulheres sobre o fato de se permitirem viver em relacionamentos abusivos, com a justificativa de estarem se sacrificando em nome da família. Eis o texto a ser analisado:

Foi traída três vezes, descobriu que ele tinha um caso com outra, teve uma gravidez e uma maternidade solitária, ele proíbe de fazer várias coisas, mas ela perdoou, em nome da família.

Você conhece uma mulher que já suportou casos imperdoáveis e relacionamentos abusivos com a premissa de: “não posso destruir a família”

E quem realmente está destruindo a família, não se responsabiliza.

A ideia da “sagrada família” é um mantra do conservadorismo e da igreja. As mulheres precisam aguentar, perdoar e aceitar os deslizes do homem. Será que “destruir” é a palavra quando se trata de romper laços tóxicos?

A que custo uma mulher acumular traumas porque teve que perdoar absurdos vai fazer bem para uma família? A que custo mantê-la em uma vida cheia de mentiras e abusos psicológicos vai fazer bem para as crianças que veem as mães nessas condições?

“Nossa, mas na minha época os casais duravam tão mais! A gente não jogava fora, a gente consertava”.

Na sua época, as mulheres eram enganadas caladas. Não era paz, era silêncio.

Uma mulher que rompe por causa de uma vida abusiva não destrói a família, destrói o ideal de família feliz. Destrói possíveis traumas que poderia ter, destrói as chances de ser ainda mais violentada.

Você não vai destruir a sua família terminando um relacionamento abusivo, mas você vai salvar a sua vida de viver menos do que você merece.

Não te ensinaram a te proteger acima dos outros porque para o sistema é conveniente te ter submissa.

No primeiro parágrafo do *corpus*/vídeo acima transcrito - “Foi traída três vezes, descobriu que ele tinha um caso com outra, teve uma gravidez e uma maternidade solitária, ele proíbe de fazer várias coisas, mas ela perdoou, em nome da família” -, observa-se o uso da conjunção adversativa ‘mas’, para justificar

as relações abusivas vivenciadas por milhares de mulheres que convivem diariamente com traições, responsabilidades isoladas com os filhos e proibições: essas relações abusivas são perdoadas em nome da família.

Nesse trecho, a atriz atribui-se um papel passivo. Conforme Van Leeuwen (1996, p. 187), “a ativação ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas numa atividade, e a passivação quando são representados como ‘submetendo-se’ à atividade, ou como sendo ‘receptores dela’”. Por meio do verbo no passado (‘foi’), assume a condição de não afetada. Assim, mesmo fazendo uso de um discurso por meio do gênero midiático (vídeo), a atriz não se põe como agente da atividade anunciada. Ao contrário, ela se representa como receptora e enunciativa de tal atividade, que é realizada por outro.

Desse modo, a escolha linguística, que poderia atribuir ao sujeito um caráter dinâmico e ativo, restringe-o a sentidos de passividade. Essa representação limitada em dinamismo por parte do sujeito social é reforçada em todo o vídeo, que, com raras exceções, indica limitações em relação às ações e ao movimento.

No excerto “Você conhece uma mulher que já suportou casos imperdoáveis e relacionamentos abusivos com a premissa de: “não posso destruir a família””, há também o caso explicitado em ‘suportou casos imperdoáveis’. Aqui, ao construir as orações, a atriz se esconde-se atrás de um ‘suportou’ genérico, ocultando a agência, pois, nesse caso, não é ela que vive um relacionamento abusivo, mas um ‘alguém’, de caráter extra pessoal/universal. A construção sugere um apagamento do sentido de agência, uma vez que a oração ‘você conhece’ vem acompanhada de um elemento que expressa omissão: ‘você’.

A expressão ‘sagrada família’ é precedida de um enunciado de caráter genérico: ‘a ideia da’. Esse sentido de imobilidade é, ainda, reforçado pelo sentimento de impotência e de limitação à instauração de mudanças, como no fragmento: ‘é um mantra do conservadorismo e da igreja’; além de expressar, mais uma

vez, polaridade negativa e 'ideológica', estão sequenciadas aqui orações que configuram a representação de mulheres que se encontram com suas capacidades para o exercício da liberdade e da autonomia reduzidas, sugerindo estado de dominação e impossibilidade de romper com relações opressoras. A 'sagrada família' e o 'mantra do conservadorismo e da igreja' remetem a um discurso religioso, tendo em vista a premissa de que casamento é para sempre, como se as mulheres fossem obrigadas a aceitar as violências sofridas nos relacionamentos para sustentar o modelo de família tradicional.

"Será que "destruir" é a palavra quando se trata de romper laços tóxicos?" Expressando-se retratar identidades de mulheres afetadas por uma incapacidade de agir em seu mundo social, com a oração 'se trata de romper laços tóxicos', a atriz apresenta uma justificativa para seu posicionamento de agir sobre o outro, levando-o a uma reflexão: "será que". Desse modo, configura-se a crença na concepção de identidades essencializadas, o que implica um sentido de identidades estáticas, irreversíveis e alheias às mudanças, contrariando a noção de que as identidades são construídas em processos linguísticos sociais de natureza ideológica e podem ser transformadas.

Destaca-se que, autorrepresentando-se com sentimentos de insatisfação em relação ao tema - como em 'romper laços tóxicos' - a atriz se direciona à mudança de tal contexto, pois ela mesma expressa fazendo uso de um questionamento: "A que custo uma mulher acumular traumas porque teve que perdoar absurdos vai fazer bem para uma família?", em que ela indica a maneira de representar a condição da mulher no mundo. Para ela, as perspectivas de mudança ocorrem na dimensão do coletivo, expressa em: "Não te ensinaram a te proteger acima dos outros porque para o sistema é conveniente te ter submissa".

"Nossa, mas na minha época os casais duravam tão mais! A gente não jogava fora, a gente consertava". Como assinalam Lakoff e Johnson (2002), as metáforas estão infiltradas na vida

cotidiana das pessoas, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Segundo Fairclough (2001), as metáforas têm a propriedade de construir nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los. Ao se utilizar de um sentido metafórico, a atriz se investe de uma potencialidade carregada de abstração. Ao mencionar “na minha época a gente não jogava fora, a gente consertava”, a atriz dá voz a mulheres que viveram/vivem relações abusivas, mas que foram induzidas a acreditar que se libertar de uma relação de opressão é sinônimo de desistência do casamento. Dessa forma, o vocábulo ‘consertar’ faz referência à aceitação dessas mulheres em serem silenciadas, por receio de serem julgadas e minimizadas perante a sociedade patriarcal.

Importante salientar que as possibilidades apresentadas na sentença “Uma mulher que rompe por causa de uma vida abusiva não destrói a família, destrói o ideal de família feliz. Destrói possíveis traumas que poderia ter, destrói as chances de ser ainda mais violentada” contemplam sentidos que envolvem ação e mudança. Reitera-se que a forma genérica com que a atriz, em seu discurso, representa os atores sociais - as mulheres, como em “Uma mulher que rompe por causa de uma vida abusiva não destrói a família, destrói o ideal de família feliz” - implica o apagamento das peculiaridades que marcam os atores sociais. Como sugere Fairclough (2003a, p. 201), “a representação genérica contribui para a universalização hegemônica de uma representação particular”, legitimando uma determinada crença que, no caso, reproduz a desvalorização da mulher.

Nota-se que a atriz não se inclui como ator social. É ‘a mulher’, um outro, que é acomodado e é ‘ela’, que “[...] não vai destruir a sua família terminando um relacionamento abusivo, mas você vai salvar a sua vida de viver menos do que você merece”. Isso implica uma tensão interdiscursiva em relação ao discurso anterior, em que a atriz se representava incomodada e provida da capacidade

de ação.

De acordo com as análises aqui tecidas, deduz-se, evidentemente, que as posições dos atores sociais, dentro de qualquer prática, percebem e representam a vida social com diferentes discursos e produzem representações de outras práticas, bem como representações 'reflexivas' de sua própria prática. Para esses atores, tais representações são configuradas em consonância com o modo como eles se posicionam e são posicionados. Dessa maneira, a representação dos atores sociais é corroborada com a interdiscursividade.

A representação que Hana Khalil faz da 'mulher', sugere uma visão estereotipada desse sujeito social, pois, associado, respectivamente, aos termos 'sistema' e 'submissa', é representado conforme práticas hegemônicas de sentidos discriminatórios e opressores.

"Não te ensinaram a te proteger acima dos outros". Nessa construção, a atriz utiliza-se do masculino genérico, embora por meio de um sujeito oculto, 'te ensinaram', o que aponta para um discurso patriarcal, que se caracteriza, segundo Castells (1999, p. 169), "pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher... expressa-se também no campo do discurso, da linguagem, da subjetividade e símbolos. Essas manifestações permeiam as relações sociais dentro e fora do espaço doméstico/privado". O patriarcado se fortalece socialmente e os relacionamentos são marcados pela dominação, pela coação e pela violência. Essa escolha aponta para um discurso de exclusão e invisibilidade das mulheres. Além disso, ao fazer tal uso, a atriz questiona os significados socialmente construídos, contesta a forma com que tais significados representam. Ela não os aceita ou mesmo reproduz um discurso de valor ideológico em que o masculino é considerado prioritário, naturalizando modos de invisibilidade e de apagamento do feminino; ao contrário, esses discursos são por ela questionados.

Isso indica uma posição identitária que não está alheia às

implicações políticas/ideológicas que envolvem o uso da língua, pois, como defende Magalhães (2006, p. 83), “o masculino genérico não é apenas uma questão da língua na medida em que a língua é padronizada em um contexto social que envolve uma rede de práticas e uma relação de hierarquia entre os grupos sociais como ainda é o caso da relação entre mulheres e homens”. Certamente, os efeitos sociais do masculino genérico nos textos contribuem para moldar as identidades de gênero.

É importante ressaltar que, em vários momentos do vídeo, a atriz sugere marcas da reflexividade. As passagens que expressam esse traço quase sempre expõem a representação de sentidos voltados para sua insatisfação diante de uma situação fomentada por discursos e cultura machista, que não consegue transformar. Vale lembrar que a reflexividade está relacionada à capacidade de o sujeito refletir sobre suas práticas, seu mundo social e se reposicionar, pois a reflexão pode conduzir à mudança (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Giddens, 2002).

A atriz analisa criticamente a influência dos contextos diversos da igreja na construção identitária da mulher. Ela avança muito em relação a uma visão crítica sobre a realidade e o contexto em que a mulher está situada. Desse modo, consegue maximizar sua posição quanto ao tema proposto no referido vídeo/texto.

5. Considerações

Como mencionado anteriormente, o significado representacional está relacionado ao conceito de discurso “como modos de representar aspectos do mundo - os processos, as relações e as estruturas do mundo material, ‘o mundo mental’ dos pensamentos, dos sentimentos, das crenças, dentre outros, e o mundo social” (Fairclough, 2003a, p.124).

Assim sendo, os discursos são resultados das diferentes perspectivas de mundo das pessoas, do ‘lugar’ em que elas se posicionam ou são posicionadas em seus contextos sociais e das rela-

ções sociais que são estabelecidas. Em seu discurso, Hana Khalil representa o mundo como ela o vê e como o sente, projetando, assim, desejos, interesses, frustrações, insegurança, impotência. Em seu discurso, estão interiorizadas crenças e valores vinculados a uma representação que indica limitação no que se refere à agência. Tal limitação também está expressa nos poucos avanços que a atriz faz em relação à reflexividade.

A dimensão reflexiva pode lhe favorecer a abertura para a produção de transformações sociais e culturais. Pode, ainda, potencializá-la a atribuir novas formas a convenções existentes e isso pode contribuir para articular e rearticular práticas sociais (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Não limitada em sua criatividade e reflexividade, a atriz se apoia na capacidade de agência e, desse modo, é submetida às forças sociais que não a constroem. Ela adere a uma práxis crítica (Lazar, 2005), o que é evidenciado, por exemplo, na reprodução de formas linguísticas de domínio, como o uso do “[...] mas você vai salvar a sua vida de viver menos do que você merece”.

Ela contesta práticas naturalizadas, demonstrando maneiras de atuação no mundo social que visem à resistência e à mudança. É no seio desse posicionamento que o discurso pode se tornar uma prática emancipatória (Fairclough, 2001), implicando o fortalecimento das pessoas, o que indica que as posições identitárias não são fixas.

Referências

ANTUNES, Leda. Femicídios crescem 16% no período de maior isolamento social no Brasil. *O Globo*, 09 dez. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/femicidios-crescem-16-no-periodo-de-maior-isolamento-social-no-brasil-2-24789185>. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121

do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 01 out. 2021.*

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 01 out. 2021.*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 out. 2021.

BARRETTO, Raquel Silva. Psicóloga explica relacionamentos abusivos: o que é e como lidar com essa situação. Entrevista cedida ao Repórter Unesp. *Repórter Unesp, Bauru, 20 ago. 2015. Disponível em: <http://reporterunesp.jor.br/2015/08/20/psicologa-explica-relacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-lidar-com-essa-situacao/>. Acesso em: 08 out. 2021.*

BELTRÃO, Márcio Evaristo. *Políticas educacionais para gênero e sexualidade em Mato Grosso: um estudo crítico do discurso*. 2019. 270 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. vol. 2 - O poder da identidade. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh:

Edinburgh University Press, 1999.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 9-21, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/5SdJkYSszKYNdzcftfbRTL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse*. Routledge: Taylor; Francis Group: London and New York, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad./Org. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOUVEIA, Carlos A. M. Análise crítica do discurso: dimensões teóricas e metodológicas. *In*: PIMENTEL, Maria Cristina; ALBERTO, Farmhouse. (Orgs.). *Vir bonus peritissimus aequae*. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Language structure and language function. *In*: LYONS, J. (Org.) *New horizons linguistics*. London: Pinguin Books, 1970. p. 140-165.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Cetras, 2002.

MELO, Viviane Resende de; RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Karoll. Relacionamento abusivo pode levar ao feminicídio. *O Dia*, Teresina, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/politica/relacionamento-abusivo-pode-levar-a-feminicidio-308556.html>. Acesso em: 08 out. 2021.

PAULO, Paula Paiva. Uma em cada quatro mulheres foi vítima

de algum tipo de violência na pandemia no Brasil. *O Globo*, São Paulo, 07 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-data-folha.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2021.

PESSOA, Brenda Moraes. Consequência final do relacionamento abusivo – o feminicídio. *Âmbito Jurídico*, São Paulo, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/consequencia-final-do-relacionamento-abusivo-o-feminicidio/>. Acesso em: 08 out. 2021.

VAN LEEUWEN, Theo; WODAK, Ruth. Legitimizing immigration control: a discourse-historical analysis. *Discourse Studies*, v. 1, n. 1, p. 83-118, 1999.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

8. SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: ANÁLISE DE CONJUNTURA

Jonatan Costa Gomes

Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura

jonatanfaen@yahoo.com.br

Túlio Adriano Alves Gontijo

Universidade Federal de Mato Grosso

tuliolibras@gmail.com

1. Introdução

A adolescência representa uma fase na vida do indivíduo, marcando uma transição da infância para a vida adulta. Esta transição é caracterizada por conflitos, incertezas, alterações físicas, psicológicas, emocionais e o início de práticas sexuais (Almeida *et al.*, 2017). Neste sentido, diversos discursos circulam sobre a sexualidade na adolescência (científicos, sociais, institucionais, comunitários, políticos, religiosos, familiar etc.), atualmente, nem sempre apresentando uma concordância entre eles. A adolescência é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a fase cronológica compreendida entre 10 e 19 anos, já a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a idade entre 15 aos 24 anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define adolescência como a faixa etária entre os 12 aos 18 anos, em casos especiais estendendo-se até 21 anos (Eisenstein, 2005). Estas definições são formas de organização política e de direitos. A adolescência se apresenta para além das formas cronológicas marcadas pelo tempo. É, geralmente, na adolescência que se tem os primeiros contatos com formas distintas de vivenciar a sexualidade.

Tais modos de viver/conhecer/compreender/experienciar a sexualidade devem ser entendidos de forma contextualizada no

campo de estudos da Saúde, pois geram impactos nas formas de ação/cuidado dos profissionais para com os adolescentes. Para profissionais da saúde, a gravidez tem sido vista como um evento, todavia, a ocorrência deste tem sido evidenciada como um “problema”, que necessita de intervenções institucionais para sua “solução”, negando o direito de escolha, assegurado pelas prerrogativas legais de livre exercício da sexualidade e reprodução, independentemente da idade. Percebe-se que o movimento institucional da saúde, em relação às ações de manejo em torno da fertilidade/sexualidade/sexo desdobram, sobretudo, nas adolescentes mulheres.

É compreensível que como instituição que se responsabiliza pelo cuidado no campo da Saúde, relacionando-se politicamente com as conjunturas, em um sistema de saúde público, gerenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde deve revelar os dados referentes a tais problemáticas. Reconhece-se que os índices de infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes têm aumentado significativamente na última década e a gravidez na adolescência tem sido apontada como um problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Dados de pesquisas atuais apontam crescimento substancial e em faixa etária cada vez menor (IBGE, 2016). A taxa mundial de gravidez adolescente é estimada em 46 nascimentos para cada mil meninas entre 15 e 19 anos, enquanto a taxa na América Latina e no Caribe é de 65,5 nascimentos, superada apenas pela África Subsaariana. No Brasil, para cada mil adolescentes vê-se uma taxa é de 68,4 nascimentos (OPAS, 2018).

Outro relatório assevera que a taxa de natalidade de adolescentes no Brasil pode ser considerada alta, dadas as características de seu contexto de desenvolvimento, sendo observada maior prevalência em relação às características de renda, raça/cor e escolaridade significativos na ocorrência desse tipo de gravidez, geralmente adolescentes pobres, negras ou indígenas e com menor escolaridade tendem a engravidar mais (UNFPA,

2018).

O estado de Mato Grosso ainda possui escassos estudos sobre a temática; entretanto, a Secretaria Municipal Saúde de Cuiabá (SMS) estuda novos projetos para desenvolver em parceria com as Unidades de Saúde da Família (USF) que sejam efetivos para prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e a diminuição do índice de gravidez na adolescência; todavia, isso ainda continua sendo um desafio.

A gravidez na adolescência ou na maioridade, planejada ou não, desejada ou não, traz consigo inseguranças e mudanças na vida dos adolescentes e seus familiares. Inúmeros casos advêm de abusos ou violência sexual, outros ainda resultam em uniões conjugais precoces, geralmente, com homens mais velhos. Ao engravidar, a menina muda sua rotina de vida, logo seus projetos futuros são alterados, o que contribui para a evasão escolar, por conseguinte, a perpetuação de ciclos de pobreza, desigualdade e exclusão social (Gomes, 2016).

O que os adolescentes pensam a respeito da sexualidade precisa ser considerado e entendido criticamente por profissionais de saúde, pelos gestores e pela comunidade acadêmica, visando ampliar as formas de interação-comunicação e educação-cuidado nos diversos contextos, tais como serviços de saúde, ambientes educacionais, comunidade, sociedade e política. Partimos do princípio de que para entender criticamente e contribuir para ampliação das ações e práticas sociais, devemos nos dispor a escutar o que eles (adolescentes) têm a dizer sobre sexualidade, nos campos da saúde sexual e reprodutiva, incluindo a compreensão dos sentidos que carregam e de seus significados e afetamentos sociais. Além disso, fazem necessárias construções sociodiscursivas inclusivas, integrais e humanas que observem o adolescente enquanto sujeito social livre, de direitos e em um contexto variado com significados e sentidos amplos. Para entendê-los, o profissional que lida diretamente com este cuidado, precisa reconstruir-se constantemente e estar aberto a mudan-

ças, livre de preconceitos, paradigmas e tabus, pronto a oferecer um cuidado humanizado nos princípios da integralidade do sujeito, observando cada projeto de vida.

As construções discursivas em torno da sexualidade na adolescência têm nos instigado a compreender a inter-relação desta com documentos políticos que influenciam diretamente no cuidado e ações sociais para o adolescente. Profissionais da saúde representam socialmente e discursivamente enunciados sobre sexualidade na adolescência, por vezes discordantes com os princípios sociais da integralidade do sujeito. Portanto, compreender as representações da sexualidade contida em documentos oficiais e as representações sociais dos profissionais sobre sexualidade na adolescência é importante, pois elas participam das construções de sentidos sobre saúde e sexo, são mediadores e ressignificam sentidos atribuídos em uma construção coletiva (Gomes, 2016). É urgente que profissionais da saúde compreendam a construção peculiar de discursos, reconhecendo sentidos, o discurso social e conteúdos ideológicos que mobilizam, dada a natureza social e política deles.

Este estudo foi balizado pela tríade dos estudos críticos do Discurso, abordado a seguir.

2. Teoria Social Crítica: RC, ACD e LSF

2.1 Realismo Crítico

Ram Roy Bhaskar foi um filósofo nascido em Londres, que iniciou seus estudos de doutorado pesquisando sobre a relevância da teoria econômica para países subdesenvolvidos. Ao discorrer sobre as filosofias da ciência e das Ciências Sociais, o autor dá corpo ao desenvolvimento do Realismo Crítico (doravante RC), abordagem filosófica que defende o potencial crítico e emancipatório da pesquisa social. Em sua concepção de filosofia, as ciências sociais seriam socialmente situadas, mas não socialmente

determinadas, mantendo, assim, a possibilidade de crítica social e objetiva buscando motivar mudanças sociais, e promovendo, assim, a libertação humana, principalmente relacionada às das desigualdades sociais, ao qual chamou de emancipação humana.

2.2 Análise Crítica do Discurso

Norman Fairclough (2001) é um teórico britânico, cujos estudos se concentram em sua maioria no campo da Linguagem, que elaborou a Teoria Social do Discurso de forma transdisciplinar, no diálogo com estudos e teorias da Sociologia, Linguística e Filosofia, bem como a partir de uma oportuna e cuidadosa crítica aos limites e contribuições das abordagens de análise do discurso da época, por meio da qual evidenciou a existência de várias compreensões de discurso e propostas analíticas conflitantes e sobrepostas, orientadas por perspectivas diversas, com a intenção de superar a visão ingênua existente a respeito do discurso. Para compreender o evento discursivo criticamente, Fairclough (2003) articula os pensamentos social e político com recursos da linguística e os trata de forma inseparável das práticas sociais, econômicas, culturais, políticas, familiares, entre outras.

De modo sintético, na Análise Crítica do Discurso – doravante ACD, o discurso é visto e tratado como constitutivo de uma estrutura social – como conformado por ela e influente nas dimensões da mesma que o moldam. A ACD contempla a análise das relações sociais de poder e dominação presentes no conteúdo e na estrutura dos textos, ela também aborda a dialética social da linguagem/do discurso e o seu papel na reprodução e mudança das práticas sociais e das ideologias, com a preocupação não só de explicá-las, mas também, de agir em prol de transformações sociais voltadas à superação das desigualdades (FAIRCLOUGH, 2003). Além disso, a ACD é particularmente útil à análise da natureza discursiva de muitas mudanças sociais contemporâneas (WODAK, 2004).

O caráter crítico da ACD decorre do fato de a análise buscar evidenciar as conexões entre discurso, ideologia e exercício do poder, sendo o discurso comumente naturalizado e, assim, mais facilmente reproduzido. Conforme Ruth Wodak (2004), é possível conjugar a ACD com diferentes áreas do conhecimento, voltadas para a reflexão da natureza social e política do discurso e à operação de mudanças nas relações sociais de dominação existentes. Ainda em consonância com a autora, essa abordagem se volta, particularmente, pelos modos por meio dos quais o discurso, em sua heterogeneidade, é utilizado na organização das instituições sociais e para estabelecer, manter e transformar relações sociais de poder.

2.3 Linguística Sistêmico-Funcional

Para Halliday (1994), todo e qualquer uso que fazemos do sistema linguístico é funcional relativamente às nossas necessidades de convivência em sociedade. Com esse pensamento que Halliday, no início do século XX, desenvolveu as ideias de John Rupert Firth que iniciara as primeiras sistematizações da linguagem que, por sua vez, já havia sido trabalhado pelo antropólogo Malinowski.

De acordo com Fuzzer e Cabral (2014), a linguagem é utilizada como um instrumento de ação que se realiza nas escolhas linguísticas que cada falante precisa fazer, tendo de considerar sempre o conjunto de variáveis contextuais que leva a comunicação. Halliday define o potencial de significados em dois os níveis contextuais: de cultura e de situação.

O texto é regido pelos aspectos do contexto em que foi produzido, logo, texto e contexto estão interseccionados, como bem pontua Eggins (1995, p. 7) “o texto está no contexto”. O conceito de contexto, tanto na sua dimensão de situação quanto de cultura, tem uma importância para a LSF, uma vez que, de acordo com Halliday (1978).

Interpretado no contexto de cultura, o potencial de significado é todo o sistema semântico da língua [...]. Interpretado no contexto de situação, é o sistema semântico particular, ou o conjunto de subsistemas, que é associado com um tipo particular de situação ou contexto social (Halliday, 1978, p. 109).

O contexto de situação é descrito por Halliday (1978) como uma noção para explicar porque certas coisas são ditas ou escritas em uma situação particular e o que mais poderia ser dito ou escrito mais não foi. Já o contexto de cultura é descrito por Fuzzer e Cabral (2014) como uma referência não só as práticas, mas também amplas associadas a diferentes países e grupos étnicos, e como práticas que compõem instituições como escola, igreja e família. Para nortear como, linguisticamente, isso acontece no contexto de situação, Halliday (1985) utiliza-se das noções de campo, relação e modo.

Campo remete à atividade que está sendo realizada pelos participantes, à natureza da ação social que está ocorrendo, com objetivo específico. Relação envolve os participantes, a natureza do papel que desempenha, o grau de controle de um participante sobre o outro, a relação entre eles e a distância social ou o grau de formalidade. O modo refere-se à função que a linguagem exerce e ao veículo utilizado naquela situação ou, ainda, ao que os participantes esperam que a linguagem faça por eles em determinada situação (Fuzzer; Cabral, 2014, p. 30).

A variável do contexto de situação é possível de ser identificada nos textos através de alguns elementos linguísticos. Essa identificação é viável porque as variáveis contextuais estão entrelaçadas com as funções sociais que a língua desempenha, denominada

por Halliday (1994) de metafunções.

A seguir, realizaremos a análise de conjuntura sobre o tema.

3. Conjuntura sócio-histórica das políticas públicas para criança e adolescente

Assim como a história de saúde pública no Brasil, a trajetória sócio-histórica para oferta de políticas públicas em torno da saúde da criança e do adolescente foi marcada por longos e intensos processos de lutas, reivindicações e debates intermináveis pela garantia dos direitos desse público.

Para atender as novas necessidades da população infantojuvenil, se estabelece, nesse período, cinco ações importantes para o atendimento das crianças: I. O aleitamento materno e orientação familiar sobre a alimentação em situação de desmame; II. Estratégias para o controle das afecções respiratórias agudas; III. Imunização básica; IV. Controle efetivo das doenças diarreicas e; V. O acompanhamento profissional do crescimento e do desenvolvimento infantil (Brasil, 2011; Silva, 2006).

As Leis orgânicas nº 8.080 e nº 8.142, de 1990, trouxeram mudanças significativas para o campo da saúde de forma geral, pois a década de 1980 foi marcada por conquistas sociais advindas das lutas populares por uma saúde pública e equânime de qualidade. Estas leis contribuíram para as transformações no modelo de saúde vigente anteriormente no Brasil, assim como na saúde da criança e adolescente (Perez; Passone, 2010).

Em 13 de julho de 1990 foi, então, aprovada a Lei nº 8.069 (Brasil, 1990a), que discorre sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ampliando à garantia de direitos para proteção à integridade física e psicológica, lazer e bem-estar, devendo ser amparados pela família, comunidade e Estado. O ECA configura-se como um importante avanço na garantia de direitos para criança e adolescente no Brasil, abordá-lo-ei em sequência, no próximo tópico.

3.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei nº 8.069/1990, é reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados diplomas legais dedicados à garantia dos direitos da população infantojuvenil. Entretanto, suas disposições ainda hoje são desconhecidas pela maioria da população. Isso faz com que haja uma fragilidade na busca pela garantia dos direitos sociais, resultando em descumprimento por parte de administradores públicos, de elementos e princípios fundamentais que deveriam ser prioridade na proteção de crianças e adolescentes, dada a complexidade e teor do seu conteúdo.

Em seu segundo artigo, o ECA considera como criança, uma pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Estipula-se, portanto, uma idade mínima e máxima para ser criança e adolescente, ao mesmo tempo em que se incluem ambos na mesma Lei, sem dar especificidades para cada nomenclatura. Estas nomenclaturas “criança” e “adolescente” são adotadas de forma divergente na legislatura quando o indivíduo do sexo feminino se torna gestante, adota-se o termo “mulher”.

No quarto artigo, o ECA declara que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Observa-se que o ECA assevera sobre o direito à saúde e à educação, ainda que de modo geral, o dispositivo, que praticamente reproduz a primeira parte do enunciado do art. 227, caput, da CF, procura deixar claro que a defesa dos direitos fundamentais assegurados à criança e ao adolescente não é tarefa de apenas um órgão ou entidade, mas deve ocorrer a partir de uma ação conjunta e articulada entre família, sociedade/comu-

nidade e poder público. Importante mencionar que a família foi relacionada como a primeira das instituições convocadas a atuar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, haja vista que o trabalho desenvolvido em benefício destes deve ocorrer preferencialmente no âmbito familiar (Digiácomo, 2010).

Na história das civilizações, perceber que as responsabilidades que envolvem o cuidado da criança/adolescente/filho são direcionadas às famílias, em sua maioria, chefiadas pelo sexo feminino. Tal fato faz com que estas sintam um peso social maior, em relação às ações cometidas pelos filhos (Gomes, 2016).

No título II, Capítulo I, o ECA reforça os direitos fundamentais da criança e do adolescente, o direito à vida e saúde. No sétimo artigo, vê-se que tanto a criança quanto o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência.

O poder público, em todas as esferas (municipal, estadual e federal), tem o dever de desenvolver políticas públicas voltadas à proteção integral da saúde de crianças e adolescentes, em regime da mais absoluta prioridade (Digiácomo, 2010). Entretanto, não é o que se observa na realidade do cuidado a saúde integral destes, pois até hoje, prioriza-se/enfatiza-se no campo do cuidado na atenção primária a saúde da mulher, da criança e do idoso, necessitando ainda maior ênfase no campo de cuidados a saúde do adolescente, especialmente no que diz respeito ao tema sexualidade. Corroborando com Ayres (1990, p. 144), “não se trata de somar conhecimentos, mas transformá-los num outro, apropriado às necessidades específicas do trabalho com adolescentes”. Importante ressaltar que o campo da saúde é amplo, mas para este início do ECA a vida e saúde do adolescente está ligada a aspectos reprodutivos, pois segue na íntegra o artigo 8º, modificado em 2016.

É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo

e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2016, p.16).

De acordo com o art. 226, nos parágrafos 7º e 8º da Constituição Federal; art. 2º do CC e Portaria nº 426/2005/MS, de 22 de março de 2005, que institui, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida, permite-se observar a preocupação do legislador em garantir o bem-estar do feto, através do cuidado prestado à mãe, que deve ocorrer tanto no plano físico quanto no emocional, começando pelo planejamento familiar, valendo sobre a matéria observar o disposto na Lei nº 9.263/2003, de 12 de janeiro de 2003, que regula o art. 226, o sétimo parágrafo, da CF. Entretanto, a lei se limita por não especificar que esta mãe pode ser adolescente.

Nota-se também que no artigo 7º, utiliza-se a terminologia “criança” e “adolescente”, já no artigo 8º, a terminologia “mulher”. Isso demonstra uma disparidade nas classificações terminológicas nos documentos oficiais, em que não se adequa à gestação ao período da infância/adolescência, mesmo este evento sendo constante na sociedade. O uso de outra terminologia refere-se à mulher adulta grávida, e este parágrafo está no Estatuto para assegurar saúde à criança ainda em seu ventre. Sabe-se que por razões históricas que o fenômeno da gravidez na infância/adolescência ainda é uma realidade na conjuntura atual, principalmente nas camadas vulneráveis da sociedade.

Adicionado em 2019, pelo atual governo no Brasil, o artigo 8º-A, incluído pela Lei nº 13.798, de 2019, que cria a Semana Nacional da Prevenção da Gravidez na Adolescência, com o intuito de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. A lei, apesar de parecer transgressora, não especifica como será a abordagem, visto que no mês seguinte o atual governo solicita que retirem as páginas contendo o tema

sexualidade das cartilhas de saúde de adolescentes¹. Essa atitude deve ser pensada e discutida por profissionais que cuidam de adolescentes nos diversos cenários, pois cercear o direito ao acesso a uma cartilha informativa sobre saúde e sexualidade na adolescência é uma estratégia eficaz no “combate” aos problemas atuais para esta população?

No capítulo IV, trata-se da educação, cultura, esporte e lazer, ressaltando em seu Art. 53 que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (Brasil, 1990a, n. p.).

Um aspecto importante a se ressaltar é que o campo da educação é muito amplo, e não se restringe apenas ao âmbito escolar. Mesmo abordando o importante papel da saúde na vida de adolescentes, o ECA não traz nenhuma inter-relação entre a saúde e a educação, elemento de extrema importância para dar qualidade em todo processo de garantia dos direitos na infância e adolescência. O papel da educação em saúde, dever de todos os profissionais de saúde de acordo com código de ética profissional em diferentes áreas precisaria ser reforçado? Porque ainda existem escassos estudos relacionando o papel do profissional da saúde na saúde sexual de adolescentes?

¹ Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-sugere-que-pais-rasguem-paginas-sobre-educacao-sexualde-caderneta-de-saude-da-adolescente-23506442>. Acesso em: 25 fev. 2020.

4. Tempos difíceis: retrocessos nas políticas para saúde e sexualidade da criança e do adolescente

Em 2019, instaurou-se no Brasil um novo paradigma político, marcado com mudanças que impactaram todos os setores da sociedade, inclusive o campo da Educação e Saúde. Os anos anteriores foram marcados por impeachment da Dilma Rousseff (2016), representante do Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual assumiram a gestão do Brasil durante quase 14 anos (13 anos e cinco meses). Em 2018, opositores eleitorais do PT endossam a Operação Lava Jato liderada pelo Juiz Sérgio Moro, culminando na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A conjunção de acontecimentos com o afastamento da ex-presidenta Dilma, a prisão do Lula fortaleceu a polarização política auxiliando na ascensão da direita no Brasil, elegendo o atual presidente, Jair Bolsonaro e seus apoiadores políticos.

O ano de 2019 inicia-se com a indicação para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, da pastora evangélica Damares Alves cuja função foi criar/coordenar políticas diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos. A ministra, em comemoração no dia 02 de janeiro de 2019, refere-se ao acontecimento como “o Brasil vive uma nova era, menino veste azul e menina veste rosa”. A afirmação causou polêmica e alvoroço em todo país, noticiada em todos os meios de comunicação, encontrando opositores e apoiadores a ela.

No dia seguinte, a Lei nº 13.798 foi sancionada, em 03 de janeiro de 2019, instituindo novo artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 8º-A) com a criação da “Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência”, a ser celebrada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro. A ênfase foi bem recebida pelo Conselho Federal de Medicina do Estado de Mato Grosso que tratou de na primeira quinzena de fevereiro pactuar encontros anuais na referida data.

O encontro marcou um início das discussões em Mato Grosso

ao abarcar profissionais das diversas áreas e campos na saúde pública e privada. O evento aconteceu no auditório do CRM-MT, onde foram discutidas as múltiplas razões pela qual o fenômeno gravidez na adolescência ocorre, formas de o profissional da saúde abordar e ênfase na educação em saúde como forma emancipatória de cuidado, ao finalizar o encontro foi formado um grupo no aplicativo WhatsApp para novas discussões, disseminação de palestras, eventos relacionados à saúde do adolescente.

Em março de 2019, o presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro solicitou ao Ministério da Saúde que recolhesse e retirasse de circulação a Caderneta de Saúde do Adolescente, pois nela continham imagens de orientações e cuidados com a saúde sexual e reprodutiva, mostrando como adolescentes em vida sexual ativa deveriam usar corretamente a camisinha para prevenir a gravidez não planejada e infecções sexualmente transmissíveis. No local, ele indica que deveriam ser retiradas as imagens de prevenção, para dar lugar a uma cartilha mais “barata, com menos páginas, sem estas figuras”, indicando a figura de orientações de saúde sexual e reprodutiva, idealizada por profissionais da saúde em conformidade com o que determinam as políticas públicas e legislações para o cuidado a saúde integral de adolescentes. Atualmente, no site oficial do Ministério da Saúde, a Caderneta de Saúde do Adolescente foi excluída, não oferecendo mais a possibilidade de download, para profissionais de saúde e população em geral.

Em janeiro de 2020, a ministra Damares propõe que a campanha da sua pasta para este ano terá como tema “abstinência sexual para prevenção da gravidez na adolescência”. A proposta causou grande furor em toda a sociedade, principalmente nos profissionais e representantes do campo da saúde, pois é um grande retrocesso, para não dizer que algo absurdo quando se vê o número de adolescentes iniciando a vida sexual cada vez mais cedo. A sociedade Brasileira de Pediatria se posicionou “contra”, salientando que deve-se preconizar entre outros aspec-

tos: orientações sobre a anticoncepção com discussão detalhada sobre os métodos disponíveis para evitar gravidez inoportuna e infecções sexualmente transmissível, estimulando a escolha responsável do início da vida sexual; desenvolver políticas públicas sobre educação sexual, autoestima, autocuidado; divulgação sistemática nas escolas e na mídia sobre estes temas; estimular o conhecimento científico enfatizando que a educação é a primeira ferramenta contra pobreza e a melhor forma de desenvolvimento potencial dos indivíduos” (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2020, p. 12).

O CRM-MT também se posicionou em nota esclarecendo que a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a ciência revelam fatos importantes a favor da educação, sexualidade e os direitos humanos marcando em reunião no dia 27 de janeiro de 2020, uma agenda de discussões a iniciar em fevereiro sobre esta temática, endossando os pilares ressaltados pela SBP para a gravidez na adolescência e prevenção das IST's.

A ciência e conselhos a nível federal, estadual e municipal de saúde contradizem a proposta da ministra Damaris sobre a abstinência sexual para prevenção da gravidez na adolescência. A educação sexual nas escolas brasileiras está prevista na BNCC (Base Nacional Curricular Comum) e nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), documentos que orientam a atuação de professores do país. Este último prevê que o tema da sexualidade seja tratado transversalmente, ou seja, em diferentes áreas do conhecimento, e que aborde temas como uso de contraceptivos, prevenção de IST's, igualdade de gênero, autoconhecimento, entre outros.

Nesse cenário, a ministra Damares Alves anunciou que pretende adotar medidas que estimulem a abstinência sexual como método contraceptivo, o que não está previsto nem na BNCC, nem nos PCN's. Esta estratégia se popularizou nos EUA a partir de meados da década de 1990, mas ainda são incipientes os estudos que comprovem sua eficácia.

Os pesquisadores da Universidade de Exeter, no Reino Unido, buscaram determinar o impacto de cinco tipos de intervenções: programas focados apenas em abstinência, programas focados em prevenção de gravidez, programas focados em prevenção do HIV, programas de educação sexual com currículos abrangentes e a instalação nas escolas de clínicas de orientação a alunos (com participação voluntária). Neste processo concluiu-se que:

intervenções focadas em abstinência são ineficazes para promover mudanças positivas no comportamento sexual. Em contraste, intervenções abrangentes, programas focados em prevenção do HIV e clínicas nas escolas demonstraram ser efetivas em melhorar conhecimento e mudar atitudes e comportamentos e resultados relacionados à saúde (Denford *et al.*, 2017, p. 12).

Não há, portanto, evidências científicas de que a abstinência sexual em adolescentes seja eficaz para prevenção da gravidez na adolescência. E, na conjuntura política atual, se percebe com esta atitude um retrocesso, principalmente quando se compara aos avanços nas políticas públicas para adolescentes, estes enfatizam que é necessário ampliar a educação sexual nas escolas e setores de educação em saúde, e as diretrizes apoiam a ampliação do cuidado a esta população conjunta a meios de comunicação e educação sexual que as oriente, instrua, e respeitem suas individualidades.

Para que haja emancipação humana, o sujeito precisa ter possibilidades que o permitam olhar para além do que existe de concreto e o que já viveu no campo empírico. Permitir que adolescentes acessem o campo abstrato será uma mudança que permite aos indivíduos gerirem suas vidas de forma consciente e aberta como sujeitos de direitos e empoderados. Escolher as possibilidades que a sexualidade humana pode proporcionar e não reprimir os desejos, vontades e verdades individuais. O campo da

saúde e da educação humana deve se abrir para permitir que indivíduos sejam livres em suas escolhas conscientes, independente de faixa etária, classificações ou “nomenclaturas” que foram designados para si. Libertos dos preconceitos e tabus criados pela historicidade de uma sociedade que se organiza pelas normas, a sexualidade será, por fim, utilizada para fins de crescimento e evolução humana, não reduzida somente para procriação.

No último tópico, discutiremos sobre quais os desafios para elaboração de políticas para adolescência. Tempos de lutas: desafios para elaboração e manutenção de políticas para o público infanto-juvenil.

5. A guisa da conclusão

O cuidado integral à saúde para o público infanto-juvenil realizado por profissionais da saúde é uma lacuna que deve encarada como um desafio a ser enfrentado para a:

(1) Elaboração da política estadual e municipal com ênfase na ampliação das especificidades no cuidado a diferentes faixas de idade, dentro da definição de adolescente;

(2) Criação de redes de atenção conjunta das entidades e conselhos de saúde articulando-se aos representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde do estado do Mato Grosso, com debates, discussão e proposição de ações integradas.

Quando se fala em sexualidade e saúde reprodutiva, as práticas educativas são indispensáveis para a formação de adolescentes. Estas atividades visam facilitar também a troca de informações e a apropriação do conhecimento necessário à prática do sexo seguro. A escola é um espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças. A articulação entre escola, a unidade de saúde e a atenção básica como um todo, é essencial para que as práticas educativas sejam apoiadas em discussões construtivas, com es-

cuta qualificada (Brasil, 2017).

Nas escolas, o trabalho de promoção da saúde com os estudantes, e também com professores e funcionários (profissionais da educação), precisa ter como ponto de partida o que eles sabem e o que eles podem fazer. É preciso desenvolver em cada um a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2017). Desse modo, os profissionais da saúde e da educação devem assumir uma atitude permanente de empoderamento dos princípios básicos de promoção da saúde por parte dos educandos, professores e funcionários das escolas.

A escola e os serviços de saúde, trabalhando de maneira integrada, podem constituir-se como uma rede de proteção. Na escola, por exemplo, é essencial ter espaços para conversar, sem constrangimento, sobre sexualidade, prevenção e redução de danos no uso de álcool e outras drogas. Estes espaços, se democráticos, respeitosos e participativos, funcionarão como fatores e processos de proteção. Ações continuadas e permanentes que incentivem atividades solidárias fortalecendo a comunicação e o respeito às diferenças minimizam os mais diversos fatores de risco e incrementam potentes fatores de proteção.

É importante que cada vez mais as Unidades de Saúde da Família estimulem que seus gestores municipais a aderirem ambas as estratégias, pois o ambiente escolar deve afirmar-se como um espaço permanente de discussão e produção de conhecimento em âmbito nacional com relação à saúde sexual e à saúde reprodutiva. Já existem muitas experiências inovadoras de gestão integrada que contribuem para a redução dos diferentes contextos de vulnerabilidade dos jovens brasileiros (Brasil, 2017).

Nas UBS's, é fundamental que essas ações educativas encontrem respaldo e continuidade apoiando as ações no planejamento reprodutivo, no pré-natal e nas consultas após o parto para que os(as) adolescentes sejam atendidos(as) em suas sin-

gularidades e necessidades, visando à proteção e à promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva.

Por fim, a atuação na saúde e no cuidado de adolescentes precisa ser considerada seus múltiplos contextos, singularidades e projetos de vida, valorizando a sua participação para desenvolver autonomia e corresponsabilidade. O autocuidado deve ser estimulado, para que possam aprender lidar com situações cotidianas, problemas, compreender sobre as redes de apoio e saber usá-las quando necessário, sem julgamentos ou preconceitos. A participação deste, em todo processo de cuidado, desde a elaboração de políticas, até o momento do cuidado em seus múltiplos contextos, deve ser valorizada, trazendo-o para o centro do protagonismo, como sujeitos de direitos.

Referências

ALMEIDA R. A. A. S. *et al.* Knowledge of adolescents regarding sexually transmitted infections and pregnancy. *Rev. Bras. Enferm. [Internet]*, v. 70, n. 5, p. 1333-1339, 2017.

AYRES, J. R. C. M. Adolescência e saúde coletiva: aspectos epistemológicos da abordagem programática. *In: SCHRAIBER, L. B. (Org.). Programação em saúde hoje.* São Paulo: Hucitec, 1990.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.* Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde. *Competências dos profissionais de nível superior na estratégia de saúde da família.* Brasília: UNA-SUS, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Diretrizes nacionais de implantação da estratégia e-SUS Atenção Básica.* Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016*. Proteção e Recuperação da Saúde: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

DENFORD, S. *et al.* A comprehensive review of reviews of school-based interventions to improve sexual-health. *Journal Health Psychology Review*, v. 11, 2017.

DIGIÁCOMO, M. J. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado. In: DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A. *Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente*. Curitiba: 2010.

EGGINS, S. *An introduction to systemic functional grammar*. London: Printer Publisher, 1995.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência e Saúde*, v. 2, n. 2, jun. 2005.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Routledge: Taylor; Francis Group: London and New York, 2003.

FUZZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

GOMES, J. C. *Gravidez e cuidado à saúde de adolescentes: discurso social de companheiros e mães*. 2016. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as a social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. Londres: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

IBGE. *Pesquisa nacional da saúde do escolar*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

OPAS. *Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe*, 2018.

PEREZ, J. R. D.; PASSONE E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cad. Pesqui. [Internet]*, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

SILVA, M. A. Política de saúde para crianças: apontamentos para a atuação da enfermagem. In: GAÍVA, M. A. M. *Saúde da criança e do adolescente: contribuições para o trabalho de enfermeiros(as)*. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Documento Científico. Abstinência sexual na Adolescência: o que a ciência evidencia como método de escolha para prevenção de gravidez na adolescência. *Revista Sociedade Brasileira de Pediatria*, 2020.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe. *Adolescent Pregnancy. A review of the evidence*. Population and Development Branch. Technical Division, Forthcoming October, New York: UNFPA, 2017.

WODAK, R. Do que trata a ACD –um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em Dis(curso)*, v. 4., n. esp., p. 223-243, 2004.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Antonio Henrique Coutelo de Moraes tem Pós-doutorado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Mato Grosso, supervisionado pela Profa. Dra. Solange Maria de Barros; Doutorado e Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco; Graduação em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco e em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional. Professor/Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal do Mato Grosso. Professor do curso de Letras - Língua Inglesa da Universidade Federal de Rondonópolis. Tem experiência nas áreas de Ensino e Línguas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: Inclusão, Aquisição, Ensino, Língua Estrangeira, Inglês, Surdez.
E-mail: antonio.moraes@ufr.edu.br

Márcio Evaristo Beltrão tem Pós-Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco, supervisionado pelo Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes; Doutorado e Mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso, Especialização em Linguística Aplicada: Ensino de Línguas pela Faculdade Araguaia e em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura, Graduação em Letras: Português, Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, em Letras Espanhol pela UAB/PARFOR/UFMT, Campus de Rondonópolis, e em Pedagogia pela UNINTER. Atuou como avaliador dos livros didáticos de Inglês do PNL D - Ensino Médio (2017) e da Educação Infantil (2021) . Integra o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP). É professor colaborador

credenciado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (Campus Cuiabá) e professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. Tem experiência nas áreas de Linguística Aplicada, com ênfase nos seguintes temas: Formação crítica de professores/as de línguas, Análise Crítica do Discurso e Alfabetização e Letramento. E-mail: marcioevaristobeltrao@hotmail.com

SOBRE AS/ES/OS AUTORAS/US/ES

Alexcina Oliveira Cirne tem Pós-doutorado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Mato Grosso, supervisionado pela Profa. Dra. Solange Maria de Barros; Doutorado e Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco; Graduação em licenciatura em Letras pela Funeso. Possui experiência em administração no ensino superior. É membro do grupo de pesquisa NEPEL - Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem - PPGEL/UFMT e membro colaboradora da Comissão de Igualdade Racial da OAB-PE. Desenvolve pesquisas sobre os pensadores Pierre Bourdieu, Norman Fairclough e Teun Van Dijk e sobre formação do leitor crítico, leitura crítica, leitura interacional. Áreas de interesse especial: análise crítica do discurso (ética na análise crítica do discurso, bases epistemológicas da análise crítica do discurso e metodologia na análise crítica do discurso), leitura crítica, leitor competente, leitor crítico. Também desenvolve pesquisa na área da Epistemologia, com especial interesse na epistemologia de Karl Popper. E-mail: alexcina.cirne@unicap.br

Álvaro José Antunes Brandão é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Possui Graduação em bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Emancipatórias – NEPEL. Atualmente, é Técnico Administrativo efetivo da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso. Tem interesse na área de Linguagens, Análise de Discurso com ênfase na Análise Crítica de Discurso e Direito. E-mail: alvarojose.brandao@gmail.com

Arivan Salustiano da Silva é doutorando em Estudos de Linguagem na Universidade Federal de Mato Grosso. Possui Graduação em licenciatura plena em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso e Mestrado em Estudos de Linguagem

pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente, é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino/Aprendizagem de Inglês, Análise Crítica do Discurso e Letramento Crítico. E-mail: arivan.silva@sou.ufmt.br

Jonatan Costa Gomes tem Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso; Especialização em Avaliação de Serviços de Saúde pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Graduação pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Terapeuta: Acupuntura Auricular Chinesa - Práticas Integrativas e complementares em Saúde. Atualmente, é professor no curso de Enfermagem do ICEC. E-mail: jonatanfaen@yahoo.com.br

Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira tem Doutorado e Mestrado em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação da Profa. Dra. Solange Maria de Barros; Graduação em Letras: Português e Inglês. Participa do grupo de pesquisa vinculado ao CNPq “Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem” (Nepel). Tem experiência nas áreas de Linguística Aplicada, com ênfase nos seguintes temas: Formação crítica de professores/as de línguas estrangeiras; Sistema Socioeducativo; Análise Crítica do Discurso. E-mail: jussivaniabatista@gmail.com

Karl Heinz Efken tem Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco; e Graduação em licenciatura plena em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco; Curso de Filosofia Pura - Philosophisch-Theologische Hochschule St. Georgen/Alemanha; Graduação em Teologia pelo

Instituto de Teologia do Recife. Atualmente, é professor Adjunto IV da Universidade Católica de Pernambuco. Exerceu a função de professor gestor do American College of Brazilian Studies. Foi coordenador do curso de filosofia da Universidade Católica de Pernambuco até o ano de 2011. É avaliador do MEC/INEP de cursos de graduação em filosofia. É professor e pesquisador do curso de filosofia, do Programa de Pós-graduação stricto sensu (mestrado) em Filosofia e do Programa de Pós-graduação de mestrado e doutorado em Ciências da Linguagem da UNICAP. Exerceu até maio de 2021 a função de coordenador do mestrado em Filosofia/Unicap. Até 2019, atuou como pesquisador, membro e coordenador do Comitê de Ética da Universidade Católica de Pernambuco. Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão giram em torno de temas ligados à filosofia, ao pensamento de Jürgen Habermas e à educação, à ética e à Análise do Discurso. E-mail: karl.efken@unicap.br

Márcio Evaristo Beltrão tem Pós-Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco, supervisionado pelo Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes; Doutorado e Mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso, Especialização em Linguística Aplicada: Ensino de Línguas pela Faculdade Araguaia e em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura, Graduação em Letras: Português, Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, em Letras Espanhol pela UAB/PARFOR/UFMT, Campus de Rondonópolis, e em Pedagogia pela UNINTER. Atuou como avaliador dos livros didáticos de Inglês do PNL D - Ensino Médio (2017) e da Educação Infantil (2021) . Integra o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP). É professor colaborador credenciado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (Campus Cuiabá) e professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado

de Mato Grosso. Tem experiência nas áreas de Linguística Aplicada, com ênfase nos seguintes temas: Formação crítica de professores/as de línguas, Análise Crítica do Discurso e Alfabetização e Letramento.

E-mail: marcioevaristobeltrao@hotmail.com

María Laura Pardo tem Doutorado em Letras pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora Principal do Conicet. Diretora do Departamento de Linguística do Centro de Pesquisas em Antropologia Filosófica e Cultural (CIA-FIC) pertencente ao Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas CONICET. Ex Presidente da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso. Professora responsável pela disciplina Análise das Linguagens de Comunicação de Massa na Carreira de Letras da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Ela é membro do Language Research Centre da Swansea University, Reino Unido. Membro Honorário da Associação Mulheres pela Justiça. Membro fundador da Associação Argentina de Linguística Forense. Ex-presidente da Sociedade Argentina de Linguística 1996-1998-2000. Ex-Secretária Geral da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso 2001-2004. Ex-editora da Document Design Book Series de John Benjamins com Jan Renkema e Ruth Wodak e da Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad da Gedisa. Ex-vice-presidente da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) 2013-2015-2017. Seu trabalho em Análise Crítica do Discurso tem se concentrado no estudo do Discurso Político e Jurídico na Argentina. Há quinze anos pesquisa o discurso de e sobre as pessoas que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade na Cidade Autônoma de Buenos Aires, junto com sua equipe do Departamento de Linguística do CIAFIC-CONICET e do FFYL da UBA. É fundadora da REDLAD (Rede Latino-Americana para a Análise do Discurso da Pobreza) cujo estudo centra-se no problema da pobreza desde uma perspectiva discursiva. Seus livros incluem: (1996) Direito e Linguística. Como julgar com

palavras; (2011) Teoria e metodologia da pesquisa linguística. Método sincrônico-diacrônico de análise linguística de textos; (2016): Discursos do mundo em desenvolvimento. Pesquisando problemas, complexidades e aspirações, editado por Routledge com Dr. Shi-xu e Dr. Prah. Possui mais de 100 publicações nacionais e internacionais na área. Ministrou conferências, cursos e seminários na América do Norte, América Latina, Europa e Ásia. E-mail: pardo.linguistica@gmail.com

Nilsa Taumaturgo de Sá de Souza é Doutoranda em Estudos de Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem Mestrado em Estudos de Linguagem pelo programa de Pós Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso; Especialização em Gestão Social, Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos pela Universidade Norte do Paraná; Especialização em Educação Especial com ênfase em LIBRAS/SURDOCEGUEIRA - Guia-Interpretação pela Faculdade Integrada de Cuiabá; Graduação em bacharelado em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná. Ministra cursos e palestras na área de Inclusão e Acessibilidade; Ledora e Transcritora para pessoas com deficiência visual com formação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Pesquisadora na área de tradução/interpretação e guia-interpretação; Tradutora/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal de Mato Grosso. É integrante do grupo de estudos e pesquisas REBAK - Relendo Bakhtin na UFMT, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Comunicação Social Háptica - GEPICSH na Universidade Metodista do Estado de São Paulo - UMESP; e do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem na UFMT. E-mail: nilsa.souza@ufmt.br

Solange Maria de Barros é professora associada do Curso de Letras-Inglês da Universidade Federal de Mato Grosso. Pós-doutorado na Universidade de Londres (IOE), sob a orienta-

ção de Roy Bhaskar. Doutorado em linguística aplicada e estudos da linguagem (PUC/SP). Estudos doutorais na universidade de Lancaster (Reino Unido), sob a supervisão de Norman Fairclough. Entre suas publicações constam: *Prática pedagógica emancipatória: o professor reflexivo em processo de mudança* (Pedro & Joao Editores, 2008); *Formação crítica de educadores de línguas: desejos e possibilidades* (Pedro & Joao Editores, 2010); *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso* (Pontes Editora, 2015). É autora em conjunto com Marcio Beltrão do livro *Transgressão como Prática de Resistência: um olhar crítico sobre os Estudos Queer e a Socioeducação* (EdUFMT, 2019). É organizadora juntamente com Danie M. de Jesus do livro "What is Critical in Language Studies? Disclosing Social Inequalities and Social Injustice" pela Routledge (2020). Organizou também com Viviane de Melo Resende o livro intitulado "Coloniality in Discourse Studies: A Radical Critique" também pela Routledge (2023). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem – NEPEL da UFMT. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Emancipatória em Linguagem do CNPq. Membro do grupo brasileiro sobre discurso, pobreza e identidade (CNPq), da Associação latinoamericana de estudos do discurso (ALED), da Rede Latinoamericana de estudos do discurso da Pobreza Extrema (REDLAD). Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: análise crítica do discurso, realismo crítico e formação crítica do professor.

E-mail: solmarbarros@gmail.com

Túlio Adriano Alves Gontijo é Coordenador do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMT. Doutorando e Mestre em Estudos da Linguagem pela UFMT. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem – NEPEL. Graduado em Letras Libras pela Universidade Federal de Mato Grosso, Professor de Ensino Superior do Centro Universitário do UNIVAG. Tradutor intérprete de Libras na Universidade Federal de Mato Gros-

so- UFMT e Coordenador acadêmico e de tradução da ACESSA. LIBRAS. Já atuou como Interpretete de Libras na Câmara Municipal dos Vereadores da cidade de Goiânia, como professor e Intérprete no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS- GO), e também na produção de material didático. Atualmente pesquisa na área do Realismo Crítico, Análise Crítica do Discurso e Emancipação humana voltados a cultura e identidades Surdas.
E-mail: tuliolibras@gmail.com

Viviane Cristina Vieira é Professora Associada 3 do Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Orientadora de Mestrado e de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. Doutora e Mestre em Linguística-Linguagem e Sociedade pela UnB com Pós-doutorado pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Membro da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) e do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS-UnB), do qual foi Vice-coordenadora de 2012-2022. Vice-líder do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq). Editora do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* desde 2017. Na Pós-Graduação, desenvolve o projeto de pesquisa *Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos*, vinculado à linha *Discurso e recursos sociossemióticos em perspectiva crítica*. Na Graduação, desenvolve desde 2011 o projeto de ensino, pesquisa e extensão *Leitura crítica e escrita para a universidade*. Autora do livro *“Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa”* (Vieira, Viviane e Resende, Viviane de M. 2ed. Campinas: Pontes, 2016), e de publicações nacionais e internacionais. Instrutora de meditação terapêutica para estudantes (NELiS/CEAM). E-mail: vivi@unb.br

Viviane Silva de Oliveira Nolascio é Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso. Tem

Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Rondônia; Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Futura e em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Educacional da Lapa; Graduação em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná e em Letras – Português, Inglês e suas respectivas literaturas pelas Faculdades Integradas de Ariquemes. Atualmente, é professora efetiva da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, ministrando aulas de Língua Portuguesa na Escola Estadual Frei Henrique de Coimbra (Cacaulândia-RO). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise Crítica do Discurso.

E-mail: profvivaneeoliveira@hotmail.com